

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de *O
Propagador da Indústria Rio-grandense* – 1833-1834

Álvaro Antonio Klafke

Porto Alegre, janeiro de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de *O Propagador da Indústria Rio-grandense* – 1833-1834

Álvaro Antonio Klafke

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Helen Osório.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ilmar Rohloff de Mattos – PUC/RJ

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli – UFRGS/RS

Prof. Dr. Temístocles Cezar – UFRGS/RS

Porto Alegre, janeiro de 2006.

O nome de Ana Inés Arce deveria constar nos agradecimentos. No entanto, faltariam palavras que expressassem com justiça a gratidão e o reconhecimento devidos. A ela é dedicado este trabalho, como, de resto, quase tudo o que eu faço.

AGRADECIMENTOS

À professora Helen Osório, orientadora compreensiva e sempre presente.

Aos professores do departamento de História da UFRGS, especialmente Luís Dario Ribeiro, Enrique Serra Padrós, Cesar Guazzelli, Regina Xavier, Temístocles Cezar e Helga Piccolo.

Aos meus irmãos, apoiadores constantes, Carlos Klafke, Romeu Klafke e Laura Arce.

À Celeste Marcaccio, pelo incentivo incondicional manifestado de várias formas, principalmente em inigualáveis nhoques e milanesas.

Aos meus colegas da graduação e do mestrado, pelo estímulo e agradável convivência.

Um agradecimento afetuoso devo a uma pessoa especial, que sabe combinar como ninguém o rigor da crítica com o carinho da amizade: minha colega e amiga Maria da Glória de Oliveira.

O trabalho foi realizado com o apoio do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

RESUMO

O trabalho analisa o periódico *O Propagador da Indústria Rio-grandense*, publicado nos anos de 1833-1834, na Vila de Rio Grande, núcleo portuário da província sul-rio-grandense. O jornal era mantido pela Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, associação formada por membros da elite provincial, especialmente do segmento dos comerciantes. A análise e interpretação do *Propagador* é orientada pela hipótese de que, agindo em defesa da manutenção dos circuitos de comércio, o grupo que o patrocinava elaborava um discurso que o associava às elites do centro do Império no processo amplo de construção do Estado e de constituição simultânea da classe dominante. Atuando em uma conjuntura local adversa à defesa do centralismo, em virtude da agitação da propaganda farroupilha, a Sociedade Promotora procurava “pensar” o Império enquanto totalidade a ser integrada, contrapondo-se aos anseios autonomistas. A ação desses sujeitos é analisada tendo como referencial o projeto centralizador levado a cabo a partir do chamado “regresso conservador”. Entretanto, busca-se propor um deslocamento temporal e geográfico, discutindo as ações que, fora do âmbito da Corte e antes do período de efetivação do Estado imperial unificado, contribuíram para a sua construção.

ABSTRACT

This study analyses *O Propagador da Indústria Rio-grandense*, a newspaper published in the years 1833-1834, in Vila de Rio Grande, a port center in the southern Rio-grandense province. The newspaper was financially supported by the Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, an association formed by members of the provincial elite, specially the trader's segment. Both analysis and interpretation of *O Propagador* are based on the hypothesis that the speech by its sponsors in defense of the commerce circle maintenance, would link the paper to the Empire's center elites, during the wide process of the State construction and the simultaneous constitution of the ruling class. The Sociedade Promotora, acting under circumstances that, owing to the commotion caused by the farroupilha propaganda were adverse to the defense of centralism, would think of the Empire as a totality to be integrated, thus running counter to the autonomist desires. The action of those subjects is analyzed having the centralizing project – carried out with the so-called conservative return – as the point of reference. Nevertheless, a geographical and temporal displacement is proposed by discussing the actions that, outside the Court and before the unified Empire State, contributed for this construction.

SUMÁRIO

Introdução.....	3
I – Uma elite provincial: a Sociedade Promotora e o <i>Propagador</i>	14
<i>Classes ilustradas</i> – de elites à classe.....	14
<i>Cidadãos zelosos do bem público</i> – os nomes.....	22
<i>Um escritor público</i> – o redator.....	34
<i>Uma folha puramente industrial</i> – <i>O Propagador da Indústria Rio-grandense</i>	39
<i>Bolsas dos negociantes</i> – Porta-voz do segmento comercial.....	57
II – Uma província cindida em um Estado em construção.....	64
<i>Cisma político</i> – divergências trazidas a público.....	64
<i>Doutrinas pestíferas</i> – o papel das Sociedades.....	75
<i>Proprietários, capitalistas, comerciantes</i> – disputas econômicas.....	80
<i>Hordas bárbaras</i> – demarcando posições.....	86
<i>Dar vigor ao princípio da centralização</i> – combate ao federalismo.....	99
III – O Império na província.....	108
<i>Na vastidão do Império</i> – pensar o Império.....	110
<i>Conduta franca e patriótica</i> – administração <i>versus</i> política, interesses <i>versus</i> paixões.....	119
<i>Instruir os homens, difundir as Luzes</i> – razão e ilustração.....	129
<i>Destinos do vosso Império</i> – um sentido para a História.....	137
<i>Persista o governo brasileiro nos princípios adotados</i> – construção da unidade na província.....	146
Conclusão.....	155
Fontes	159
Bibliografia.....	161

“Contudo o Brasil, fora da política continental da Europa, defendido pela vastidão do Oceano, e pela imensidade de suas matas, elevadas cordilheiras, vastas campinas, e imensos rios; e mais do que tudo pelos próprios interesses do mundo comercial; o Brasil, dizemos, a que a natureza liberalizou tantas e tão exclusivas vantagens, pode realizar aquele voto filantrópico, e antecipar essa idade de paz, esse império do bem, que para os outros Povos só deixará de ser um sonho, quando a sucessão dos séculos, os progressos da civilização, e a revolução dos princípios, forçar os governos a desistirem de sua política opressiva, violenta, e devastadora.”

O Propagador da Indústria Rio-grandense, nº 98, 8 de fevereiro de 1834.

Introdução

O processo de construção do Estado nacional brasileiro tem merecido uma atenção bastante considerável na produção historiográfica recente. Esses estudos dissociam-se da busca de uma “nação” ou de pretensos sentimentos nacionais, que teriam se manifestado já desde o período colonial, em uma espécie de pré-configuração da nacionalidade brasileira, idéia-força tão cara e recorrente para uma boa parcela dos autores que se debruçaram sobre a história de nossa formação.¹ Atualmente, as pesquisas voltam-se mais para a investigação das propostas e ações políticas concretas dos atores históricos, examinando as complexidades com que se defrontaram os protagonistas dos embates que perpassaram grande parte do século XIX – ainda que suas origens remontem ao Brasil colônia – e resultaram no Estado imperial unificado. A construção do Estado passa a ser vista como ponto de convergência a partir do qual, por vezes violentamente, superaram-se as particularidades e impôs-se, entre os setores predominantes das elites, a idéia de nacionalidade como edificação eminentemente política. Nesse sentido, são consideradas as diferentes formas de organização da administração pública, os condicionamentos ideológicos, os conflitos regionais, as limitações de ordem econômica, entre outros elementos presentes nas análises sobre a atuação dos agentes desse processo de multifacetada compleição.²

É também nessa perspectiva que se insere este trabalho, objetivando refletir sobre a participação das elites regionais na configuração do Estado imperial. Este enunciado aponta para um enfoque voltado para as discussões referentes à arquitetura política estatal, sem deixar de reconhecer a relevância da chamada “questão nacional”.³

¹ Sobre o debate historiográfico a respeito da existência ou não da nação antes da constituição do Estado há um sintético balanço em GRAHAM, Richard. Construindo uma Nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. In: *Diálogos*. Vol. 5, nº 1, 2001.

² Veja-se, por exemplo, a obra coletiva organizada por JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo – Ijuí: Hucitec/FAPESP/ UNIJUÍ, 2003.

³ Conforme analisa com acuidade István Jancsó na apresentação da obra citada anteriormente: Este livro. In: JANCSÓ, I. (org.). *Brasil...* Op. cit., p. 16-17.

Se os grupos que defendiam a monarquia unificada no Brasil, em meados do século XIX, lograram atingir um razoável consenso em torno da necessidade de centralização, esse só pode ser obtido pela ampla atividade de segmentos que estavam fora do âmbito do governo central. Esse pressuposto básico norteará a análise do jornal *O Propagador da Indústria Rio-grandense*, publicado na então Vila do Rio Grande, província do Rio Grande do Sul, importante núcleo portuário centralizador das conexões com as demais regiões do Império, além de estabelecer a ligação com a Europa, os Estados Unidos e as repúblicas do Prata. A entidade mantenedora do periódico – Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense – era constituída por um grupo de elite que pretendia influir nos rumos do desenvolvimento da província e, mais ambiciosamente, do conjunto do Império, em um período crucial da história do Rio Grande do Sul e determinante para a formação do Estado nacional brasileiro (1832-1834).

As discussões sobre as revoluções liberais das décadas de 1820 e 1830 estavam na ordem do dia, e crescia a influência inglesa em toda a parte sul da América, especialmente depois da formalização da República Oriental do Uruguai. A criação da república vizinha vinculava-se muito estreitamente aos interesses dos produtores sulistas. As questões referentes à definição das fronteiras e tudo o que isso envolvia, principalmente no que diz respeito às tarifas alfandegárias, estavam na origem do conflituado relacionamento entre setores da elite produtora da província e o governo central, tanto no Primeiro Reinado quanto depois, durante a Regência. Já se fazia sentir o acirramento dos ânimos que conduziria à Revolução Farroupilha, a partir das reivindicações não satisfeitas dos produtores de gado e de parte dos charqueadores.⁴ O contexto político instável, as necessidades e prioridades do governo central (o que ocasionava atritos entre setores da elite provincial), a continuidade do processo de ocupação de terras, a imigração; diversos eram os fatores que tornavam a sociedade sul-rio-grandense mais complexa, em todos os aspectos.

Em um outro plano, verificavam-se as dificuldades dos governos da década regencial para conter as rebeliões provinciais que eclodiam em várias

⁴ Cf. LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

regiões do Império.⁵ Através de um processo simultâneo, as mesmas elites que a muito custo tratavam de construir uma base institucional mais sólida para o precário edifício político, viam-se na contingência de reinsserir-se na divisão produtiva global, agora sob a liderança da Inglaterra, carro-chefe do capitalismo ascendente. Essa reinserção dava-se pela ascensão da produção do café no sudeste, deslocando a predominância econômica, antes mais identificada com o açúcar das províncias do “Norte” (atual nordeste).⁶ Esses dois aspectos do processo, o econômico e o político, são correlatos e dependentes. Ao deslocamento do eixo de liderança econômica para o “Sul”, como se dizia na época, correspondia a necessidade de articulação das diversas regiões produtoras do Império, o que acontecia no quadro turbulento das manifestações de autonomia provincial. Daí resulta a complexidade da empreitada centralizadora efetivada por setores das elites brasileiras empenhadas em manter a integridade do território imperial.

O radicalismo das “paixões”, na medida em que fomentava a dissensão e a fragmentação, vinha de encontro aos interesses da produção e do comércio e, por conseguinte, do progresso da Nação. Foi sob essa inspiração que a Sociedade Promotora surgiu no final de 1832, fundada na Vila de Rio Grande (atual município de Rio Grande), por membros destacados da sociedade local, especialmente comerciantes, com a proposta de lutar pelo progresso da província. A formação da entidade deve ser analisada tendo em vista as disputas relativas ao processo de formação do Estado e também à luz de um movimento mais amplo, ou seja, nos marcos do reformismo ilustrado. Insere-se, assim, no mesmo ambiente cultural gerador das várias associações que proliferavam no final do

⁵ As peculiaridades e “perigos” do período regencial, tal como era visto pelos contemporâneos, constitui um dado conjuntural fundamental, aparecendo ao longo de todo o trabalho. Antecipo, da vasta bibliografia existente, alguns autores que, sob diferentes prismas, abordam o tema: CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: *História geral da civilização brasileira*. Dir. Sergio Buarque de Holanda. 6ª Ed. Tomo II, vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995; PICCOLO, Helga I. L. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998; MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997; RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

⁶ MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema*. Op. cit.

século XVIII e início do XIX.⁷ Característico das academias e associações formadas no período é a forma similar de recepção e adaptação prática dos princípios “ilustrados”, aliando intenção pedagógica à defesa da ordem e do desenvolvimento. Uma entidade nesses moldes e que, pela proximidade do momento de fundação e pela semelhança de objetivos propostos, deve ser destacada, é a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada no Rio de Janeiro, em 1827. Esta, guardadas as diferenças de alcance, tem muitos pontos em comum com a congênere provincial.⁸ O objetivo de estabelecer uma direção e a pretensão formadora dessas associações exigia um órgão de divulgação próprio, veículo da difusão da “ilustração”, papel que se auto-atribuíam os grupos de elite. O periódico da Sociedade Promotora foi lançado um mês depois da sua fundação, ocorrida em dezembro de 1832. É anterior, portanto, ao da Sociedade Auxiliadora, que surgiu apenas em 1834.

Sobre a Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense não há, até o momento, documentação específica conhecida. As informações limitam-se às referências que aparecem no *Propagador* – pequenos avisos, extratos de atas de reuniões, etc – e em outros periódicos do período, constituindo um material bastante escasso. Apesar dessa dificuldade, é preciso reforçar que essas instituições e seus jornais desempenharam função importante na proposição e divulgação de temas candentes no período. Em vista disso, é de estranhar-se a escassez de estudos verificada. Não existe nenhum trabalho acerca da Sociedade Promotora e o *Propagador*, e sobre a Sociedade Auxiliadora uma das poucas obras existentes é a importante dissertação de José Luís Werneck da Silva.⁹ Assim, o objeto da pesquisa, ou seja, a análise sobre o jornal da entidade,

⁷ Sobre a composição de elementos culturais presentes nas manifestações dos construtores dos novos Estados americanos, os principais aportes vêm de GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3ª Ed. México: FCE/MAPFRE, 2001; e CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1997.

⁸ A trajetória da Sociedade Auxiliadora foi estudada com profundidade por SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece – A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1979. (dissertação de mestrado inédita)

⁹ Também há um estudo, embora sintético, sobre a Sociedade Auxiliadora em CARONE, Edgard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978.

acompanhada da identificação da posição sócio-econômica dos seus membros, procura contribuir no sentido de valorizar essas instâncias de atuação.

O Propagador da Indústria Rio-grandense afirmava estar ligado ao desenvolvimento econômico, afastando-se das disputas políticas, algo não muito usual à época. Não obstante a evidência de um discurso inicial que se pretendia bastante prático, voltado para a produção e para o comércio, a análise do conjunto do periódico procura destacar precisamente aquilo que, de acordo com o seu enunciado de fundação, tendia a ser minimizado, ou seja, a sua atuação política. Objetivo sustentar que, mais do que uma atuação no âmbito local, esses agentes propunham-se a “pensar” o Brasil enquanto totalidade imperial. Ainda que a entidade (Sociedade Promotora) tivesse sido formada e atuasse em um espaço reconhecidamente periférico em relação ao centro do Império e à Europa, percebe-se a intenção de estabelecer um diálogo e conexões com esses âmbitos mais amplos. Nesse sentido, no contexto de uma “nação em formação”, esse segmento da elite tentava influir na organização estatal e simultaneamente associar-se às elites do centro do Império no labor de “forjar-se” como classe dominante.

A constituição dessa classe, que se dava concomitantemente à própria formação do Estado imperial brasileiro, nos termos em que é proposto por Ilmar Mattos, em *O Tempo Saquarema*, constitui o fio condutor a orientar a leitura do jornal. Reconheço como válida a argumentação do autor sobre o êxito do empreendimento de centralização efetivado pelos principais líderes conservadores, após a Maioridade. Entretanto, pretendo demonstrar que o processo referido tem raízes que transcendem a delimitação temporal e espacial estabelecida pelo protagonismo conferido à liderança Saquarema, argumentando que muito do que é atribuído à formulação dos próceres da Corte corresponde à defesa de interesses e idéias disseminadas pelas províncias. A partir dessa idéia básica, estrutura-se uma reflexão sobre as relações entre os âmbitos local e global, desdobrada no contexto específico da construção do Estado imperial brasileiro e considerando também a posição peculiar da província rio-grandense, determinada pela proximidade com o Prata. A divergência de interesses impunha divisões que antagonizavam grupos da elite local. Como se posicionava a parcela que se colocava francamente contrária aos anseios autonomistas dos farroupilhas? Trata-

se de buscar uma aproximação no entendimento das idéias e práticas de um grupo de elite que se empenhou efetivamente na tarefa de centralização estatal e procurou influir na edificação do Estado, ao mesmo tempo em que se identificava com outros setores das elites nacionais, decorrência de vínculos econômicos já estabelecidos.

As análises realizadas sobre as dissensões que culminaram na Revolução Farroupilha tendem, majoritariamente, a destacar o ponto de vista dos idealizadores do movimento.¹⁰ Pouca atenção é conferida à perspectiva dos legalistas, o que não diminui o mérito dos trabalhos realizados. Contudo, um maior conhecimento acerca da parcela da sociedade provincial que, antes e durante a guerra, defendeu os interesses do Império, pode contribuir na discussão desse tema. Os comerciantes da Sociedade Promotora, nesse sentido, constituem um exemplo das possibilidades de ampliação da reflexão.

A atuação desse grupo na defesa da unidade ganha relevo por situar-se em uma quadra histórica particularmente problemática, pois o período que sucede à Abdicação é reconhecidamente farto em demonstrações de manifestações autonomistas. Em uma conjuntura local (especialmente), mas também nacional adversa às justificativas centralistas, o *Propagador* posicionava-se, permanente e intransigentemente, a favor da integridade imperial e da autoridade do governo monárquico. As razões que fundamentavam essa postura devem ser buscadas na constituição da Sociedade Promotora, predominantemente formada por negociantes ligados ao transporte marítimo, de origem portuguesa, com vínculos comerciais estabelecidos com o centro do Império. Daí a sua insistente contraposição da regularidade do desenvolvimento do comércio e da “indústria” aos perigos das dissensões oriundas das “paixões”. Essa elite, é verdade que em uma posição subsidiária, determinada pela divisão produtiva interna que se

¹⁰ Existem diversos trabalhos que se dedicam, principalmente, a traçar perfis biográficos das lideranças do movimento, caso, por exemplo, de SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Triunfo: Petroquímica Triunfo S.A., 1987; ou ROSA, Othelo. *Vultos da epopéia farroupilha. Escorços biográficos*. Porto Alegre: Globo, 1935. Nesses estudos, ainda que não estejam ausentes os líderes legalistas, é privilegiado o grupo rebelado. Na historiografia de caráter mais analítico, a preponderância de um enfoque voltado aos argumentos dos farrapos é ainda mais acentuada, como, por exemplo, na obra coletiva organizada por DACANAL, José Hildebrando (org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985; ou em GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997 (tese de doutorado inédita).

configurava no Império, encontrava seu lugar. A comunhão de interesses concretos com setores dominantes da Corte, aliada a uma série de condicionamentos ideológicos comuns, manifestava-se em uma correspondência de princípios, no discurso, que se pode ler como identidade de classe.

Essa identificação, baseada na relação estabelecida entre interesses dos comerciantes e defesa do governo e da unidade, era bastante explícita no *Propagador*. Tratava-se de um órgão de informação de um grupo que se propunha a manifestar suas opiniões publicamente. Isso lhe confere um caráter de construção discursiva carregada de intencionalidade, que pode ser analisada por dois ângulos. Primeiramente, em um nível mais imediato, tomando os textos do periódico por aquilo que eles efetivamente dizem, ou seja, reconhecendo um discurso objetivo.¹¹ Em um segundo nível de leitura, podem ser destacadas as nuances da argumentação, as contradições, as tergiversações e sobretudo as ausências e omissões. Esses dois níveis de observação são contemplados na abordagem do *Propagador*, e este destaque é feito porque importa salientar que a interpretação resulta em uma construção historiográfica orientada por uma visão contextual (também construída) e por uma busca do entendimento das posturas desse grupo que se manifestava no periódico. Nesse sentido, prescindindo de um tipo de análise que se prende ao texto em sua própria estrutura, tal como realizado por pesquisadores mais afeitos aos aportes da lingüística.¹² O exame que aqui é realizado do jornal aproxima-se de trabalhos recentes que também têm a imprensa periódica como fonte. De maneira geral, como resume João Paulo Pimenta, busca-

¹¹ Quando faço referência aos textos do jornal, uso os termos “discurso”, “texto”, “retórica” do *Propagador*, etc, como intercambiáveis. Isto demarca que não existe uma pretensão rigorosa de qualificar *um* tipo de discurso ou *uma* determinada forma de análise deste. Valho-me do dicionário de Houaiss para reter o que estas expressões têm em comum com o texto propriamente dito do periódico, e que servem ao meu propósito. Os significados possíveis vão do sentido mais simples de “texto”: redação original de qualquer obra escrita (p. 2713); passando por “discurso”: enunciado oral ou escrito que supõe, numa situação de comunicação, um locutor e um interlocutor (p. 1054); chegando até um dos significados de “retórica”: emprego de procedimentos enfáticos ou pomposos para persuadir ou por exibição (p. 2447). A leitura que proponho do *Propagador* considera todos estes elementos, daí a liberdade com que é tomada a sinonímia das expressões, sem confundir-se com uma estrita “análise do discurso” ou com um estudo baseado nas regras da Retórica, por exemplo. HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

¹² Nos moldes em que trabalha, por exemplo, CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes; Campinas: UNICAMP, 1979.

se apreender o vocabulário da época considerando-o em um contexto lingüístico no qual as mudanças estão referidas, simultaneamente, ao universo mental a às práticas dos homens do período.¹³ Com uma preocupação semelhante, ou seja, a apreensão da relação entre o discurso e a prática, que embasa a busca das especificidades da linguagem que se constitui, inscrevem-se também os trabalhos de Marco Morel,¹⁴ e a obra coletiva organizada por Paula Alonso.¹⁵

O trabalho com imprensa implica lidar com imagens cuja interpretação necessariamente vai estar vinculada à dose de subjetividade inerente ao afastamento temporal, e portanto cultural, do pesquisador. Além disso, também deve ser reconhecida a condição precária e provisória da própria reconstituição contextual. Não obstante esta ponderação, persiste, enquanto intenção, a busca por uma aproximação a um conhecimento histórico referenciado em uma determinada realidade social. Discorrendo sobre o debate entre representação e realidade histórica no âmbito da micro-história italiana, Edoardo Grendi propõe uma integração entre a ação e a expressividade/representação na análise dos processos sociais, pois “uma imagem não é apenas o produto de uma outra imagem, está também associada a uma situação que ela exprime e organiza ao mesmo tempo”.¹⁶ Essa assertiva, sintetiza, de certa forma, a maneira como está orientada a leitura do *Propagador*. A busca desta “objetividade” (usando o termo com uma boa dose de liberalidade), é fundamentada, por um lado, pelo seguimento de uma linha mestra a balizar a análise, qual seja o já referido processo simultâneo de construção do Estado e constituição da classe que o conforma.¹⁷ Por outro lado,

¹³ PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002, p. 24.

¹⁴ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

¹⁵ ALONSO, Paula (compiladora). *Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

¹⁶ GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 261.

¹⁷ Neste sentido, será largamente referida a já citada obra de Ilmar Mattos, comparecendo também outros autores que abordam estas questões de forma similar, como por exemplo JANCSÓ, István. A construção dos Estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História*

pela procura de uma precisão conceitual dos termos e expressões mais recorrentes nos quais o *Propagador* embasava sua linha argumentativa, principalmente pela consideração do sentido que assumiam na época.¹⁸

O trabalho está organizado de maneira a realizar uma exposição de argumentos amparada largamente, e durante todo o texto, em artigos do periódico, evidenciando a relação estreita entre princípios gerais e interesses objetivos dos agentes em foco. Assim, não há uma divisão entre apresentação dos dados empíricos e interpretação. Esta é feita simultaneamente e consoante o aparecimento das partes citadas do *Propagador* que correspondam ao tema dos capítulos ou itens que os dividem. Os títulos das sub-divisões estão compostos pela enunciação da temática precedida por expressões do próprio jornal, ou de outros do período, cujo sentido está vinculado ao assunto abordado. A separação dos capítulos e itens responde a uma necessidade de organização e exposição, resultando um tanto arbitrária, pois os temas não aparecem separados nos textos do jornal, já que qualquer objeto de análise era passível de justificar uma peroração sobre várias questões.

Já foi referido o desconhecimento de documentação produzida pela Sociedade Promotora. A respeito das pessoas que a compunham, entretanto, foi possível traçar um quadro de informações bastante razoável, possibilitando menções e análises individualizadas que em grande medida compensam aquela falta documental. Além da fonte básica, portanto, que é a coleção do jornal, contribui na pesquisa uma documentação variada, relacionada principalmente à trajetória dos indivíduos que formavam a Sociedade Promotora. Um vasto material bibliográfico também é utilizado essencialmente para coleta de dados biográficos. É preciso destacar ainda que uma melhor compreensão do *Propagador* exige o cotejamento com folhas similares, da província e da Corte.

econômica da Independência e do Império. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Ed. da USP/Imprensa Oficial, 2002.

¹⁸ Análises de noções referidas ao período encontram-se, por exemplo, em CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados...* Op. cit.; ou na também já citada obra coletiva organizada por István Jancsó, *Brasil: formação do Estado e da Nação*, principalmente na seção Idéias e Conceitos. Entre os dicionários de época, destaca-se o de MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Fluminense, 1922. (fac-símile da 2ª edição, 1813)

Em virtude disso, foram analisados *O Noticiador* e *O Observador*, de Rio Grande, *O Recopilador Liberal*, de Porto Alegre, e *O Despertador* e *Aurora Fluminense*, do Rio de Janeiro.

Os três capítulos da dissertação seguem um ordenamento que, grosso modo, inicia com o surgimento do jornal, situando-o em um quadro mais geral; a seguir, é focado o particular ou, pode-se dizer, o contexto local; e por fim é proposto retornar aos aspectos mais amplos, finalizando com o que consiste no cerne da argumentação, que é a defesa do protagonismo dos agentes locais na construção do Estado imperial.

No primeiro capítulo, inicialmente, o uso do conceito de elite será discutido teoricamente, em sua relação com a noção de classe, visto que serão tomados de maneira complementar. Da abstração do conceito passa-se a concretude dos nomes, na composição da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense. A análise geral dos conteúdos do periódico é precedida pela apresentação da figura do redator – José Marcellino da Rocha Cabral – cuja trajetória merece ser descrita. O último tópico desta primeira parte salienta o que é predominante no discurso do *Propagador*, a defesa dos comerciantes. Percebem-se aqui as dissensões entre grupos de elites, determinadas pelos interesses divergentes, o que encaminha para o capítulo seguinte, no qual o foco está voltado para a postura do periódico no contexto imediatamente anterior à Revolução Farroupilha.

A publicação do *Propagador* ocorria em um período onde já se vislumbravam as divisões que redundariam na prolongada sedição. Assim, o segundo capítulo volta-se às disputas entre comerciantes e criadores, e como isto aparecia em um jornal mantido por uma Sociedade que congregava representantes de ambos grupos, além dos charqueadores, que por vezes exerciam simultaneamente atividades comerciais e de criação. Considerando essa composição heterogênea, mas tendo em vista a preponderância dos comerciantes, busco realizar uma discussão que estabeleça conexões entre a defesa de interesses específicos e os diferentes projetos de construção do Estado nacional, em debate na época. O âmbito regional platino deve ser considerado como fator importante

na enunciação destes projetos.¹⁹ Nesta parte, os textos do *Propagador* mostram a pregação incansável sobre os perigos das dissensões, evitando fazer referência direta às questões colocadas em pauta na província. O combate se dá, neste ponto específico, pela omissão que busca esvaziar a discussão política. É pelo confronto com outros jornais contemporâneos que essa postura se evidencia. Em uma outra frente, o periódico parte para a defesa intransigente da centralização monárquica, fundamentada na crítica sistemática do federalismo. É a transição de um posicionamento frente a uma situação local em direção à formulação de proposições gerais sobre a constituição do Estado unificado que remete ao terceiro capítulo.

A última parte é onde procuro demonstrar que o conjunto dos textos do periódico, para além de um mero posicionamento frente a disputas locais, constitui-se na elaboração de um discurso unificador que tem o Império como horizonte. O *Propagador*, visto como porta-voz dos interessados na manutenção dos circuitos comerciais, buscava realizar no plano retórico a aproximação já existente nos negócios. Nessa direção, identificava-se com setores do centro do Império, não apenas aderindo, mas procurando influir na construção do novo Estado. Simultaneamente, associava-se aos grupos de elite de diferentes províncias, que à época conformavam a classe dominante cujos valores marcariam o século XIX no Brasil.

¹⁹ Diversos autores abordam a questão da contingência ou da indeterminação das configurações políticas no espaço platino no período. Isto incluía a província Rio-grandense. Cito, entre outros, os trabalhos de GUAZZELLI, C. A. B. *O horizonte...* Op. cit.; PIMENTA, J. P. G. *Estado e Nação...* Op. cit. e MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria...* Op. cit.

Cap. I – Uma elite provincial: a Sociedade Promotora e o *Propagador*

O Império, após a abdicação de D. Pedro I, encontrava-se imerso em uma dura luta política, travada em torno das proposições dos diferentes grupos que disputavam a primazia do direcionamento da sociedade. Entretanto, para que essa direção fosse efetiva, não bastava derrotar os adversários do momento, mas conseguir impor um modelo de constituição do Estado e de conformação social que garantisse uma posição de dominação. Na busca desse objetivo, muitos foram os episódios de violência explícita. Mas os vários segmentos das elites também expunham suas divergências apelando ora ao convencimento, cooptação, ou composição, ora à deslegitimação e ao combate ferrenho das idéias dos oponentes. As armas usadas nesse tipo de contenda eram, quase sempre, os argumentos, e os instrumentos de sua veiculação os precários jornais da época.

Atestando a intensidade das discussões públicas, nesses anos proliferaram as associações e suas folhas. Majoritariamente localizadas na Corte, não estiveram ausentes das províncias, e tampouco abstiveram-se de participar ativamente dos debates que abrangiam todo o Império, como mostra a trajetória de uma dessas sociedades, localizada no extremo meridional do Brasil.

Classes ilustradas – de elites à classe

Debruçar-se sobre a história das associações – e seus periódicos – das primeiras décadas do século XIX implica considerar todo um quadro de mudanças culturais que, grosso modo, pode-se caracterizar como sendo a emergência de atores sociais modernos, em detrimento daqueles identificados com o que se convencionou chamar de sociedade de Antigo Regime.²⁰ François-Xavier Guerra,

²⁰ Esta diferenciação não presume ignorar a permanência dos traços de Antigo Regime, que, apesar da complexificação da sociedade, permaneceram e marcaram profundamente o Império do Brasil. Veja-se, a este respeito FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Sobre o Antigo Regime em Portugal, importante por conter elementos vigentes também na América portuguesa: MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *Elites e poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003. Obra coletiva importante sobre os vários aspectos do Antigo Regime português também é a de HESPANHA, António Manuel (coord.). *O Antigo Regime (1620-1807)*. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. (vol. 4). Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

abordando este tema no contexto da América hispânica, sustenta que novas formas de sociabilidade, originárias da ascensão do individualismo, conduzem a uma nova visão da política:

“Una política que exigirá un esfuerzo permanente para transformar la heterogeneidad de los actores sociales en la unidad de la opinión, del interés o de la voluntad generales. Lo que también exigirá un personal especializado en esa función, los hombres políticos, y una competición para apropiarse de la legitimidad salida del nuevo soberano, el pueblo. Competición en la que el discurso desempeña un papel fundamental, puesto que la palabra pueblo remite aquí a un ente abstracto y homogéneo, mientras que, contrariamente a él, la sociedad no es más que pura diversidad.”²¹

Esta apreciação, formulada para a realidade das novas repúblicas americanas, adapta-se também à fase pós-independência do Brasil, notadamente ao interregno regencial.²² As disputas de legitimidade farão surgir, nessa quadra histórica, inúmeras associações de vários tipos, cuja principal arma de ação seria a palavra (sem prejuízo de outros meios, às vezes mais efetivos, como a violência pura e simples). Eram ampliados os espaços e mecanismos públicos de discussão, conforme o demonstra bem, para o Rio de Janeiro, Marco Morel. Afirma o autor, especificamente a respeito do período, que: “Após a saída do imperador do Brasil, em 1831, verifica-se verdadeira ampliação das sociabilidades: políticas, patrióticas, filantrópicas e maçônicas, públicas ou secretas”.²³

Esse alargamento dos canais de manifestação não se limitou à Corte, mas alcançou quase a totalidade do Império.²⁴ Na província do Rio Grande do Sul, na então Vila de Rio Grande, surgiu, em dezembro de 1832, a Sociedade Promotora

²¹ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias...* Op. cit., p. 91.

²² Período que foi até mesmo caracterizado de “republicano”, conforme CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: *História geral da civilização brasileira*. Op. cit.

²³ MOREL, M. *As transformações...* Op. cit., p. 268.

²⁴ Com mais força, evidentemente, nas províncias mais populosas e com maior poderio econômico, como era o caso de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Maranhão e Rio Grande do Sul. Veja-se AZEVEDO, M. Duarte Moreira de. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 48, 1885.

da Indústria Rio-grandense. Formada por um grupo de destacados membros da sociedade local, a entidade era fruto de um ambiente político e cultural que deve ser entendido a partir da intersecção de uma série de fatores, tanto de âmbito local e imediato quanto de abrangência mais ampla. Com relação ao primeiro aspecto, refiro-me aos perigos e inquietações que assombraram os contemporâneos durante a Regência, tema largamente explorado pela historiografia,²⁵ e às peculiaridades de uma conjuntura política provincial extremamente complexa. Considerando o segundo conjunto de fatores, mais gerais, interessa inicialmente destacar uma certa matriz cultural na qual a elite que participa dessas associações se insere. E aqui se nota um caráter misto: é tributária do Iluminismo, mas também já teria sido marcada pelo espírito revolucionário, originário das revoluções norte-americana e francesa, e que na América de colonização espanhola se manifesta nas guerras de independência. François-Xavier Guerra salienta o segundo aspecto: “Contra la visión ilustrada de la historia, concebida antes que nada como evolución, la generación revolucionaria pone en primer plano la ruptura.”²⁶ A radicalidade que objetiva essa “ruptura”, é aqui colocada menos no aspecto político do que em um plano cultural mais amplo. Trata-se de destacar a percepção, pelos contemporâneos, de se estar vivendo um novo momento histórico, e é por isso que se pode fazer uma aproximação das reflexões do autor com a realidade dos sujeitos cujas posturas são objeto deste trabalho. O que

²⁵ As tensões do período regencial são bastante destacadas pela historiografia. Conforme, por exemplo, CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: *História geral da civilização brasileira*. Op. cit. Sobre as complexidades das articulações políticas deste período, com enfoque que privilegia o contexto provincial, veja-se também PICCOLO, Helga I. L. *Vida política...* Op. cit. Discorrendo sobre a delimitação das fronteiras nacionais, Demétrio Magnoli diz que: “Ao mesmo tempo, nas décadas conturbadas anteriores à Maioridade, a empreitada realizou-se no ambiente ameaçador da revolução bolivariana e sob o impacto das eclosões separatistas internas que podiam ter esparramado os fragmentos desconexos do Brasil bragantino”. MAGNOLI, D. *O corpo da pátria...* Op. cit., p. 293. José Honório Rodrigues cunhou, para caracterizar o período, consoante seu estilo peremptório, a expressão “inferno da Abdicação”. RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil...* Op. cit., p. 40. Ilmar Mattos chama a atenção para a maneira como a historiografia oitocentista aborda o período: “À Historiografia nascente, de base conservadora, coube também a tarefa de fixar temas, cristalizar noções e difundir imagens. Assim, os acontecimentos do Período Regencial, ao insistirem em contrariar um “desenvolvimento natural” (isto é, período colonial – Reino Unido – emancipação política – Estado nacional centralizado e território unificado), devem ser entendidos como “ilógicos”, expressão de uma “crise” (ou seja, de um perigo) que deverá ser superada para que o destino nacional se possa cumprir”. MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema*. Op. cit., p. 140

²⁶ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias...* Op. cit., p. 239.

parece, em uma antecipação do que a análise do jornal da Sociedade Promotora tentará demonstrar, é que o componente ligado à influência da Era das Revoluções,²⁷ então sendo vivenciada, foi mitigado em favor de um reformismo ilustrado. Assim, privilegiava-se antes o gradualismo das Luzes do que as rupturas, mas sem nunca deixar de perceber e frisar que se inauguravam novos tempos, e o Brasil “nascia” como entidade política soberana.

As considerações anteriores não pressupõem uma visão da atuação da Sociedade Promotora baseada exclusivamente na articulação entre o discurso e um determinado padrão cultural de um grupo. Ressalto que a leitura dos textos do periódico da Sociedade fundamenta-se também na consideração da posição social dos atores que a compunham. O enfoque político privilegiado, portanto, está longe de significar uma negação ou uma diminuição dos aspectos econômicos, correspondendo antes a uma aspiração de análise mais abrangente.²⁸ Esta abrangência é determinada e justificada pela própria maneira como os indivíduos – membros da Sociedade Promotora – asseguravam seu espaço na rígida estrutura social do período, inserindo-se simultaneamente em vários “círculos” de legitimação. Como corolário à amplidão de fatores considerados, temos o uso também mais amplo da terminologia que caracteriza os atores históricos. Isto quer dizer que, em função de vários aspectos observados, me permito conceber esses sujeitos como pertencentes às elites da província e mesmo do Império. Mas isto impõe, especialmente nesse caso, algumas considerações para tentar desfazer de antemão as possíveis confusões oriundas do uso constante do impreciso termo “elite”.

A simples identificação das pessoas que compõem a Sociedade Promotora permite que se utilize, genericamente, a expressão “elite regional” para caracterizar esse grupo definido pelo destaque de seus cargos e vinculações políticas e pelo considerável volume dos cabedais envolvidos em suas atividades econômicas. No entanto, é necessário tentar avançar na discussão sobre a forma como essa elite vinculava-se aos grupos diretivos de outras partes do Império que,

²⁷ HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções – 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

²⁸ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias...* Op. cit., p. 14.

naquele momento, estavam empenhados no que os próprios contemporâneos reconheciam como sendo o trabalho de construção de uma nação.

Para situar a Sociedade Promotora nesta “obra coletiva” exclusiva das elites, (uma vez que não reconheciam protagonismo em nenhum outro segmento social) proponho como horizonte de referência a aceitação da complementaridade das noções de elite e classe social. Se isto traz o risco de uma certa imprecisão teórica, por outro lado ajuda a diminuir a conseqüência, talvez pior, de uma excessiva rigidez no enquadramento do grupo em questão. Penso que se deve considerar, conforme foi sugerido por Tom Bottomore, que

“[...] esse confronto entre os conceitos de ‘classe dominante’ e ‘elite política’ mostra que enquanto em um nível podem opor-se inteiramente, como componentes de teorias globalizantes que interpretam a vida política e especialmente as possibilidades futuras de organização política de maneira inteiramente diferente, em outro nível podem ser considerados conceitos complementares, referindo-se a tipos diversos de sistemas políticos ou a aspectos diversos do mesmo sistema.”²⁹

Evidentemente que esta menção não desconsidera o fato de que Bottomore pensa o uso dos conceitos em um contexto absolutamente distinto. Para o Brasil imperial, naquela conjuntura, a confrontação entre “classe dominante” e “elite política” é muito menos nítida do que a realidade do século XX, à qual se volta a reflexão do autor. Mas é precisamente devido a esta impossibilidade de separação que creio poderem ser empregadas aqui as suas idéias no sentido de apontar para a possibilidade teórica da superação de um uso rígido dos termos. Semelhante é a argumentação que Flávio Heinz desenvolveu para discutir a viabilidade da utilização conjunta dos conceitos de elite e burguesia. Pondera Heinz:

“Mesmo que os conceitos de elite e de burguesia pertençam a duas correntes distintas – e opostas – do pensamento sociológico, a saber, a sociologia paretiana de um lado e o marxismo de outro, isto não deveria impedir sua aproximação. [...] Com efeito, a idéia de elite ou de elites, no plural, não é por definição antinômica com aquela de classes sociais ou com a utilização de categorias de classificação social, ainda mais se

²⁹ BOTTOMORE, Tom. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, p. 43.

considerarmos que diferentes elites originam-se exatamente nos meios burgueses.”³⁰

O autor está tratando de responder teoricamente aos desafios de seu trabalho historiográfico, que aborda um período mais recente e que trata de elites relacionadas com categorias profissionais. Mas penso que se pode reter o que há de genérico na citação, e que, de certa forma, é mais explicitado a seguir:

“Minha posição aqui não vai no sentido de negar as substanciais diferenças que orientam a utilização de uma noção e outra, mas simplesmente tornar menos ‘dramáticos’ eventuais trânsitos conceituais que, se não são teoricamente simples – vide as profundas oposições que marcaram a emergência da noção paretiana de elite face ao materialismo histórico do final do século XIX – são ao menos metodologicamente úteis.”³¹

Valendo-me, portanto, da liberdade proporcionada por esses “trânsitos conceituais”, procuro analisar essa parcela da elite que compunha a Sociedade Promotora. Buscando vincular-se a outros grupos do Império, especialmente na Corte, esses sujeitos associavam-se a um processo mais amplo que era o de constituição e dominação de uma classe. Assim, quando doravante forem usadas – serão muitas vezes – as expressões “elite”, “elite provincial” ou similares, isto significa que devemos ter em mente o momento de construção de um determinado tipo de Estado que impunha a necessidade de acomodação nos vários níveis do poder político e econômico.³² Essa acomodação, que não desconsiderava, é claro, o potencial de disputa que havia entre os vários grupos de elite, se dava sobre uma base de identidade comum, de classe, afirmada no pertencimento a um estrato superior. E agora já abrangendo todo o Império, radicalmente diferenciado das

³⁰ HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. In: *Logos*. Canoas: Ulbra, v. 11, nº 1, maio, 1999, p. 45.

³¹ *Ibid.*, p.45.

³² O que implica considerar as hierarquias. Neste sentido tem razão Nuno Monteiro, que, ao analisar o processo de modernização das instituições portuguesas, apesar de utilizar “o termo mais inócuo e mais ambivalente de elites” (p. 43) destaca a hierarquização entre os grupos sociais concretos envolvidos. MONTEIRO, N. G. F. *Elites e poder...* Op. cit.

“classes perigosas” (escravos e pobres), diferenciação que era, em grande medida, o fator de coesão mais forte contra a dispersão em unidades autônomas.

Ilmar Mattos, em obra que aqui será referência, analisa os mecanismos através dos quais as elites imperiais trataram de adequar os seus interesses com os interesses capitalistas dominantes, porém mantendo suas “singularidades”, especialmente, é claro, o trabalho escravo. Esse movimento, que demandava uma certa homogeneização de interesses e diferenciação em relação a outros grupos, estava na base do processo através do qual se constituía a “classe senhorial”:

“Intimamente ligados ao aparelho de Estado, expandiam seus interesses, procuravam exercitar uma direção e impunham uma dominação. No momento em que se propunham a tarefa de construção de um Estado soberano, levavam a cabo o seu próprio forjar enquanto classe, transbordando da organização e direção da atividade econômica meramente para a organização e direção de toda a sociedade, gerando o conjunto de elementos indispensáveis à sua ação de classe dirigente e dominante. Não se constituindo unicamente dos plantadores escravistas, mas também dos comerciantes que lhes viabilizavam e, por vezes, com eles se confundiam de maneira indiscernível, além dos setores burocráticos que tornam possíveis as necessárias articulações entre política e negócios, a *classe senhorial* se distinguiria nesta trajetória por apresentar o processo no qual se forjava por meio do processo de construção do Estado imperial.”³³

Esta citação sintetiza, de certa forma, as idéias centrais resultantes do trabalho do autor. É aqui trazida para sinalizar um certo balizamento que orientará a leitura dos textos do periódico da Sociedade Promotora. Ao ampliar o espectro de análise dessa classe dominante, que “transborda” do campo econômico para uma visão global da organização social do período, o autor inclui diferentes setores das elites, ainda que em posições hierarquicamente diferenciadas, no processo de construção do Estado imperial. É esse alargamento que permite a utilização do termo “elites” significando, nesse contexto específico, uma

³³ MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema*. Op cit., p. 57.

composição de pessoas e grupos, em alguns aspectos bastante heterogênea, envolvida no processo de formação de uma classe dirigente.³⁴

Assumir como pertinente e fundamentada a reflexão sobre o processo de imbricamento entre a construção do Estado e a formação da classe dominante não implica em abrir mão de algumas ponderações que serão feitas, buscando discutir, a partir de um deslocamento temporal e geográfico, questões relativas ao que Mattos designa como uma época específica, um *Tempo Saquarema*. Que é mais do que um mero período cronológico, constituindo-se em um agente organizador, pois une o passado ao presente, apontando para a conservação e combatendo as rupturas socialmente temíveis. De outra parte, impõe-se como novo, pois possibilita “a passagem de um momento anterior, sempre compreendido como desorganizado e bárbaro, não obstante os aspectos positivos que o passado colonial encerrava, a um outro momento, entendido como superior porque o *lugar* da Ordem e da Civilização.”³⁵

Esse tempo particular, formador de uma sociedade propriamente histórica, no qual “os que tinham intenção de não apenas dominá-la, mas sobretudo dirigí-la, erigiram como questões a origem e a instituição da própria sociedade”,³⁶ revestiu-se de características peculiares que determinaram não só a construção de um “passado” para o Império do Brasil como efetivamente instituiu um determinado tipo de organização social que influenciou no direcionamento das grandes questões da vida “nacional”. Contou, na sua construção, com o aporte de grupos de elite como o que formou a Sociedade Promotora e o *Propagador da Indústria Rio-grandense*. A estratégia de inserção desse conjunto de “cidadãos ilustrados” no processo maior de instituição da própria sociedade, nas palavras de Mattos, partia da explicitação dos objetivos fundamentais da entidade sob a qual se reuniram, que eram

³⁴ Fazendo referência a esse processo, e apoiando-se em E. P. Thompson, diz Mattos que “a natureza da classe e seus elementos de coesão – sua identidade, em suma – aparecem como resultados de experiências comuns vividas por determinados homens, experiências essas que lhes possibilitam sentir e identificar seus interesses como algo que lhes é comum, e dessa forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses são diferentes e mesmo antagônicos aos seus”. MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema*. Op. cit., p. 16.

³⁵ Ibid., p. 297.

³⁶ Ibid., p. 296.

“dirigir os espíritos dos nossos concidadãos para o amor do trabalho, e para as origens da riqueza geral; promover o desenvolvimento dos imensos recursos do nosso solo, e da nossa feliz posição, e acelerar, quanto possível for, a época dos destinos de grandeza e glória, a que é chamada a nossa amável Pátria.”³⁷

A pátria cujo destino glorioso se podia acelerar pela ação eficaz de uma “direção”, era o Império, tomado em sua totalidade, conforme o texto deixava claro a seguir, quando era reiterado “o mais vivo entusiasmo no aspecto do brilhante futuro do Brasil”.³⁸ Quase todo o material publicado pelo periódico da Sociedade Promotora pode ser tomado como uma tentativa complexa de, partindo de um presente instável, projetar esse futuro anunciado. É o que veremos por inúmeros exemplos. Mas referir constantemente as idéias veiculadas no periódico, cerne deste trabalho, ficaria um tanto abstrato se não conhecêssemos os homens que propiciaram os meios de sua difusão.

Cidadãos zelosos do bem público – os nomes

A argumentação desenvolvida anteriormente buscou diminuir o grau de indeterminação que o uso do termo elite confere à análise. Esse esforço pode ser auxiliado pela identificação dos membros da Sociedade Promotora. Assim, o que se pretende aqui é nomear e precisar, na medida em que o permitem as fontes analisadas, os papéis desempenhados pelas pessoas que compunham a instituição.

É preciso chamar a atenção para três pontos importantes referentes à relação que segue. O primeiro diz respeito à decisão de nomear as pessoas, em lugar de simplesmente efetuar uma quantificação dos aspectos que interessam.³⁹

³⁷ *O Propagador*...nº 12, 13 de março de 1833. As passagens citadas do jornal tiveram a grafia das palavras atualizada, mantendo-se a estrutura original do texto.

³⁸ *Ibid.*

³⁹ É importante esclarecer que não se está realizando aqui um estudo prosopográfico, ainda que me valha das contribuições deste método para acerrar-me desse grupo de atores históricos. Sobre a prosopografia, já incorporando uma apreciação crítica, veja-se o muito citado artigo de STONE, Lawrence. Prosopography. In: *Daedalus, Journal of the American Academy of Arts and Sciences*. V. 100, 1971, n.1 winter. Exemplos de estudos com utilização mais estrita do método prosopográfico são os trabalhos de GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de

Por não ser uma relação muito extensa, vale a pena citá-los porque isto contribui na percepção de atividade e “vida” por trás do discurso em grande medida institucional do jornal. Trata-se de membros de uma elite, cujas afinidades, principalmente quando contrapostas aos segmentos subalternos da sociedade, encaminham-se no sentido do reconhecimento de uma identidade de classe. Essa avaliação pode ganhar concretude com a observação, ainda que limitada, das pessoas e suas trajetórias, simultaneamente condicionadas e formadoras desse processo.

O segundo aspecto a destacar é que a Sociedade Promotora contava com vários membros de destaque na sociedade provincial do período. Como muitos desses indivíduos têm uma biografia bastante conhecida, sua identificação já permite, em certa medida, ajudar a encaminhar uma justificativa para o tratamento de “grupo de elite”, além da sua própria auto-referência como “classes ilustradas”.

Um último ponto que deve ser salientado é quanto à limitação das informações, que aqui ficarão circunscritas às atividades econômicas, políticas, administrativas e militares desses atores. O olhar estará orientado, portanto, à face “pública” da vida dessas pessoas. Isto se deve, por um lado, ao direcionamento que as próprias fontes impõem. De outra parte, mais importante, é por se tratar de uma questão de opção. Ao buscar realizar uma análise voltada para os temas econômicos e políticos no discurso do jornal, é fundamental destacar as atividades dos membros da Sociedade que os vinculam a estes campos. Junto com a atividade econômica, aparecem as funções políticas, administrativas e militares, porque, em uma época ainda de sinecuras e “partilhamento” de várias funções do Estado, era praticamente impossível separar as funções.

Vejamos, então, a relação nominal dos membros da Sociedade Promotora, acompanhada de informações restritas aos aspectos acima mencionados, anteriores e posteriores ao período em que estas pessoas constituíram a instituição. Constam desta lista os nomes das 36 pessoas citadas como sócios nas páginas do *Propagador*. É uma relação parcial, pois no exemplar número 27, de 4 de maio de 1833, lê-se que a Sociedade compunha-se de 46 sócios. Não tenho informação do

Janeiro: Ed. FGV, 1999, no qual são citados os nomes das pessoas que compõem o grupo enfocado; e a já referida obra de MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos*. Op. cit. No segundo caso, o autor opta por realizar uma quantificação de características selecionadas do grupo, sem nomear os sujeitos.

número total atingido pelo quadro associativo, mas conjecturo que não seja muito superior ao desta última cifra divulgada pelo jornal; assim, esse grupo já identificado conforma uma amostragem significativa.⁴⁰

Anacleto José de Medeiros – comerciante, tesoureiro da Caixa Econômica (em Rio Grande, 1833), presidente da Câmara Municipal da mesma vila (1832).

Anselmo José Pereira – comerciante, consignatário e proprietário de navios que comerciavam especialmente com Montevideu e Maldonado. Também era consignatário de navios de comércio com a Europa (Holanda, por exemplo). Vereador em Rio Grande (1832).

Antonio Correia de Mello – comerciante, membro fundador, em 1844, da Câmara de Comércio de Rio Grande.

Antonio de Moraes Figueiredo Viseu – comerciante, consignatário de navios.

Antonio José Affonso Guimarães – comerciante, tesoureiro da Sociedade Promotora, procurador do Hospital de Beneficência, tesoureiro da Caixa Econômica (1833), proprietário de navio, negociava gêneros importados e escravos, representante de proprietários de terras no Uruguai para vendê-las na província. Capitão-mor, vereador em Rio Grande. Deputado provincial em 1850 e 1851

Antonio Teixeira de Magalhães – português, comerciante, proprietário de navio (comerciava principalmente com o Rio de Janeiro), tesoureiro da Caixa Econômica, procurador da Sociedade Promotora, fundador da Câmara de Comércio de Rio Grande em 1844 e posterior presidente. Juiz de Paz, vereador em Rio Grande.

⁴⁰ Estes dados biográficos foram obtidos em várias fontes dispersas (além disso, muitas destas pessoas possuem uma biografia amplamente conhecida). Optei por fazer um apanhado geral de informações e citar aqui as principais fontes utilizadas: Correspondência da Câmara de Vereadores de Rio Grande, Livros de Notas de Rio Grande, Anais do AHRGS (vol. 1 a 12), O *Noticiador* (1832-1836), O *Propagador da Indústria Rio-grandense* (1833-1834). Principais fontes bibliográficas: AITA, Carmem, AXT, Gunter, ARAÚJO, Vladimir (org). *Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias:1821-1996*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902 (7 vol.). PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais do município de Rio Grande*. Porto Alegre: Oficina gráfica da Imprensa Oficial, 1944. RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990. ROSA, Othelo. *Vultos da epopéia farroupilha*. Op. cit. SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Op. cit. A pesquisa também foi complementada com uma busca pelos inventários *post-mortem* dessas pessoas, realizada na documentação dos cartórios de Órfãos e Ausentes, e Cível e Crime de Rio Grande e Pelotas. Obtive os inventários de 16 dos sócios.

Bento Gonçalves da Silva – fazendeiro, coronel, Comandante do 4º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha, Comandante da fronteira de Jaguarão. Currículo bastante conhecido por sua participação como um dos principais líderes da Revolução Farroupilha – foi presidente da República de Piratini.

Domingos Rodrigues Ribas – estancieiro, vendia estâncias da República Oriental na província, capitão da Guarda Nacional, vereador em Pelotas em 1844.

Faustino José Correia – estancieiro, Juiz de Paz do distrito do Taim.

Francisco das Chagas Santos – Marechal-de-Exército de vastíssimo currículo no serviço público. Foi membro da 1ª Assembléia Constituinte do Brasil (1823). Participou de vários conflitos de fronteira no Prata. Comandante das Armas da província de São Paulo em 1829, exercendo igual função na Corte em 1830-31 e 1838. Em 1837 chegou ao seu cargo máximo, que foi o de Presidente e Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul.

Francisco Vieira Braga – comerciante, fazendeiro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, coronel da Guarda Nacional, fundador da Câmara de Comércio de Rio Grande, em 1844.

Francisco Xavier Ferreira - boticário, proprietário da tipografia onde se iniciou a impressão do *Propagador*, vice-presidente da Sociedade Promotora, presidente da Câmara Municipal de Rio Grande, membro da Junta Governativa que administrou a província de 1822 a 1824, deputado pela província na Assembléia Geral da primeira legislatura (1826-1829), presidente da primeira Assembléia Provincial, presidente da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional (1832) e da Sociedade de Beneficência (1833), promotor público interino, partidário extremamente atuante da Revolução Farroupilha.

Gabriel Martins Bastos – comerciante, deputado na Assembléia Provincial de 1835. Exerceu vários cargos públicos, como Escriturário da Contadoria da Junta da Fazenda Real (1815), Comissário Pagador das Tropas (1816) e Tesoureiro da Alfândega. Representante do Conselho Geral da Província em 1830, 1832 e 1833.

Hayes Engerer e Cia. – única empresa citada, era grande consignatária de navios em Rio Grande e Porto Alegre, que comerciavam especialmente com os Estados Unidos, e tinha como sócio o cônsul norte-americano na província, Isaac Austin Hayes.

Ignácio de Oliveira Guimarães – estancieiro, tenente-coronel, vereador em Rio Grande, chefe de polícia do departamento de Boqueirão durante a Revolução Farroupilha, deputado na Assembléia Constituinte Farroupilha. Foi eleito um dos vice-presidentes da República de Piratini quando da eleição de Bento Gonçalves.

João Alves Pereira – vereador em São Francisco de Paula (posteriormente cidade de Pelotas), deputado provincial suplente em 1835.

João da Costa Gularte – presidente da Câmara de Vereadores em Rio Grande (1836).

João de Miranda Ribeiro – português, comerciante, fundador e 1º presidente da Câmara de Comércio de Rio Grande em 1844.

João Francisco Vieira Braga – comerciante e estancieiro, Conde de Piratini (1885), presidente da Sociedade Promotora, fundador da Câmara de Comércio, em 1844, tesoureiro da Caixa Econômica, deputado provincial em 1835, detentor de um vasto currículo em funções públicas.

João Jacintho de Mendonça – um dos primeiros charqueadores de Pelotas. Sócio da empresa para abertura do canal da barra de São Gonçalo. Vereador em Pelotas (1844).

José Correia Mirapalheta – Juiz de Paz suplente no distrito do Taim.

José do Brum da Silveira – fazendeiro, participante ativo do movimento farrapo.

José dos Santos Magano – consignatário de embarcações, comerciante de escravos.

José Joaquim da Cunha – Procurador fiscal da Fazenda Provincial.

José Luiz Augusto da Silva – comerciante, charqueador, vereador em Rio Grande, Juiz de Paz, secretário da Caixa Econômica, vendia estâncias uruguaias na província. Fundador da Câmara de Comércio, em 1844.

José Maria de Sá – comerciante, secretário da Sociedade Promotora, secretário da Caixa Econômica, intermediava venda de escravos, grande consignatário e proprietário de embarcações.

José Rodrigues de Oliveira – escrivão da alfândega.

Manoel Francisco Moreira – charqueador. Vereador em Pelotas (1852/1856).

Manoel Vieira da Cunha – fazendeiro.

Matheus Gomes Vianna – advogado, promotor público, major, escritor e poeta, foi redator do *Liberal Rio-grandense* em 1835/36, jornal claramente legalista e

crítico da Revolução Farroupilha. Secretário dos presidentes da província José de Araújo Ribeiro e Feliciano Nunes Pires. Redator do *Correio de Porto Alegre*, em 1837.

Pedro Rodrigues Fernandes Chaves – vice-presidente e redator do regulamento da Sociedade Promotora, Juiz de direito, irmão do presidente da Província deposto Fernandes Braga. Deputado provincial em 1835. Teve participação importante no conflito farroupilha, no lado legalista. Encarregado de Negócios do Império no Uruguai em 1838-1839, Ministro Plenipotenciário nos Estados Unidos em 1840. Foi presidente da província da Paraíba em 1841/1842. Deputado na Assembléia Geral em 1848/1849 e 1853/1856. Senador em 1853. Barão de Quaraí em 1855.

Porfírio Ferreira Nunes – comerciante, fundador da Câmara de Comércio de Rio Grande, em 1844, e posterior presidente. Administrador da Santa Casa de Rio Grande em 1848/1861.

Sebastião Barreto Pereira Pinto – detentor de vasto currículo no serviço público ligado às questões militares, muito atuante nos conflitos de fronteira das décadas iniciais do século XIX. Deputado provincial em 1835 e 1847. Marechal, Comandante das Armas, deposto junto com Fernandes Braga, teve participação fundamental na Revolução Farroupilha, ao lado do governo central, chegando a ser comandante-em-chefe do exército imperial. Foi presidente da província de Minas Gerais em 1841.

Serafim de Paula Freire – comerciante, capitão da Guarda Nacional, fundador da Câmara de Comércio (Rio Grande, 1844) e posterior presidente.

Vasco Madruga de Bitancurt – fazendeiro, Juiz de Paz (1838), atuante na causa farroupilha.

Vicente Manoel d’Espíndola – português, comerciante, vereador em Rio Grande, Juiz de Paz, procurador da Sociedade Promotora, tesoureiro da Caixa Econômica, fundador da Câmara de Comércio de Rio Grande em 1844.

A conformação desse grupo, em alguns aspectos tão heterogêneo, permite traçar um perfil que o caracterize? Fundamentalmente, deve-se destacar da listagem que, dos 36 nomes⁴¹, 17 aparecem identificados como comerciantes, 9

⁴¹A única notícia de novas filiações aparece na edição de número 54, do dia 14 de agosto de 1833, quando uma correspondência da Câmara de Vereadores de Jaguarão relata que dois dos seus

como fazendeiros ou estancieiros, 3 como charqueadores e 3 como militares de carreira, independente de exercerem mais de uma dessas atividades simultaneamente. O predomínio dos comerciantes é incontestado, mesmo considerando eventuais lacunas nas informações. Este registro é importante porque, a esta percepção, vão juntar-se os exemplos de textos do *Propagador*, configurando o que considero o núcleo onde se formulava o discurso que pretendia representar a Associação, ou seja, o grupo dos comerciantes da região portuária. É interessante também observar que, nesse núcleo diretivo, concentravam-se os portugueses da Sociedade – todos, por sinal, comerciantes: Antonio Teixeira de Magalhães, João de Miranda Ribeiro e Vicente Manoel d’Espindola.⁴² Esses três homens, juntamente com Antonio Correia de Mello, Porfírio Ferreira Nunes, Serafim de Paula Freire, João Francisco Vieira Braga, Francisco Vieira Braga, José Luiz Augusto dos Santos e José dos Santos Magano participariam, em 1844, da fundação da importante Câmara de Comércio de Rio Grande, primeira associação desse gênero na província. A participação nessa entidade demonstra a permanência dessas pessoas no segmento comercial da cidade, além de uma amostra inegável de prestígio.⁴³

Notemos ainda que nada menos do que 26 indivíduos estavam envolvidos com funções políticas e administrativas de diversos níveis, e 9 desempenhavam funções militares, sem prejuízo dos demais aspectos analisados (por exemplo, Antonio José Affonso Guimarães era comerciante, militar e político).⁴⁴ Esta

membros solicitaram associação na Sociedade Promotora, sem citar os nomes. A mesma correspondência também diz que a Câmara autorizou o seu procurador a entregar ao tesoureiro da Sociedade a importância correspondente a uma ação. Não sei se isto configura uma filiação, um investimento ou simples colaboração.

⁴² Estes são os que a documentação permite afirmar com segurança serem portugueses. É possível que outros membros também o fossem.

⁴³ A Câmara de Comércio de Rio Grande, fundada em 26 de setembro de 1844, por 224 “comerciantes, industrialistas e capitalistas”, foi uma das mais fortes entidades empresariais da província. Apesar de ser de porte, duração e efetividade incomparavelmente maior do que a Sociedade Promotora, esta pode ser vista como uma espécie de ensaio daquela. Dez dos sócios que em 1832-1834 participaram da S. Promotora foram fundadores da Câmara de Comércio, sendo que desse grupo saíram os seus quatro primeiros presidentes: João de Miranda Ribeiro, Antonio Teixeira de Magalhães, João Francisco Vieira Braga e Porfírio Ferreira Nunes. Informações sobre a Câmara de Comércio de Rio Grande devem-se basicamente a PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais...* Op. cit.

⁴⁴ Aqui deve ser feita uma diferenciação, pois as funções militares, demonstradas pelas patentes que aparecem na documentação, em geral referem-se à participação eventual nas tropas auxiliares

atuação em vários campos era especialmente importante nesse momento, principalmente no que se refere ao exercício de cargos públicos. A ocupação desses cargos tinha a função de, por um lado, legitimar socialmente o ocupante. Por outro, representava, nesse período, uma forma direta de obtenção de lucros, em alguns casos, ou a garantia de acesso aos canais de pressão que regulamentavam a vida social e, fundamentalmente, as transações comerciais. A articulação entre atividade econômica (principalmente comerciante) e desempenho em funções públicas deve ser realçada. Este é o nexo que determina uma situação de dominação caracterizada conciliando as noções de “classe dominante” e “elite política”, nos termos em que defendo no texto.

A formação de redes parentais e de negócios, traço tão característico de sociedades de Antigo Regime,⁴⁵ tem na constituição da Sociedade Promotora, nessa conjuntura de transição, um exemplo muito eloqüente. Vejamos, apenas por algumas informações parciais: João Francisco Vieira Braga era irmão de Francisco Vieira Braga e cunhado de Domingos Rodrigues Ribas. Os irmãos Braga eram primos de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves e cunhados de Antonio José Affonso Guimarães (Guimarães, é importante destacar, era sogro do presidente da província Antonio Rodrigues Fernandes Braga, deposto pelos farrapos em 1835; este, por sua vez, era irmão de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves). João Jacintho de Mendonça era sogro de Manoel Francisco Moreira, Faustino José Correa era sogro de João Correa Mirapalheta, e Francisco Xavier Ferreira era tio de Domingos Rodrigues Ribas. Ignácio de Oliveira Guimarães casou-se, em segundas núpcias, com uma filha de Bento Gonçalves da Silva.

Essa proximidade anterior e posterior à associação é reveladora da mescla de comportamentos tradicionais e modernos, apontada por François-Xavier

ou na Guarda Nacional. Militares de carreira, ligados às tropas regulares, eram Bento Gonçalves da Silva, Francisco das Chagas Santos e Sebastião Barreto Pereira Pinto.

⁴⁵ A coesão e um relativo “fechamento” desses grupos, determinado pelas relações econômicas que se confundiam com as de parentesco, foram demonstrados na análise das elites mercantis do Rio de Janeiro por FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, pp. 319-333 Para o Rio Grande do Sul, em um período imediatamente anterior ao da Sociedade Promotora, veja-se OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da extremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999 (tese de doutorado inédita), pp. 248-269.

Guerra como característica das formas de sociabilidade no mundo hispânico, mas que também pode ser estendida a essa situação particular. Para o autor, que está se referindo mais às associações políticas, as solidariedades internas de grupos estruturados por fatores como parentesco ou amizade são limitadoras, porque freqüentemente incongruentes com a lógica individual das novas sociabilidades, segundo a qual as relações entre seus membros deveriam escapar às paixões e se reger unicamente pelas leis da razão.⁴⁶ No caso da Sociedade Promotora, entretanto, parece haver uma base econômica fundada nos negócios em comum e nas sociedades entre seus membros. Assim, as ligações parentais atuariam como reforço de coesão de uma atuação política em grande medida pautada por interesses concretos. Nesse sentido, a aproximação entre seus membros, mesmo que fundamentadas em relações pessoais, não estaria em contradição com as “leis da razão”.

Para além de sobrevivências das sociabilidades típicas de estruturas de Antigo Regime, a trama de parentesco revela também, quando analisada retrospectivamente, uma relativa permanência de um mesmo grupo social em posição de destaque. Seis desses homens eram filhos de comerciantes que já apareciam, em 1808, no rol de negociantes do “Almanak da Villa de Porto Alegre”, de Manoel Antônio de Magalhães. Parte da Sociedade Promotora, portanto, era composta por uma nova geração de famílias que já estavam econômica e socialmente bem estabelecidas mesmo antes da Independência.⁴⁷ Essa informação, além da já destacada presença de alguns nomes antigos no desempenho de cargos políticos, como os de Francisco das Chagas Santos,⁴⁸ João

⁴⁶ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias...* Op. cit., p. 93.

⁴⁷ No almanaque, constam como comerciantes em Rio Grande os nomes de Domingos Rodrigues, José de Oliveira Guimarães, José Vieira da Cunha, Baltazar Gomes Vianna, Manuel Ferreira Nunes e João Francisco Vieira Braga. Estes homens eram, respectivamente, pais de Domingos Rodrigues Ribas, Ignácio de Oliveira Guimarães, Manoel Vieira da Cunha, Matheus Gomes Vianna, Porfírio Ferreira Nunes e João Francisco Vieira Braga, membros da Sociedade Promotora. A filiação foi determinada graças ao cruzamento com o banco de dados (inventários) disponibilizados pela prof^a Helen Osório. As listas do “Almanak da Villa de Porto Alegre com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul”, de Manoel Antonio de Magalhães, são devidas a FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, pp. 94-97.

⁴⁸ O velho marechal, já nos primórdios da vida política independente do Brasil, teve participação ativa. Membro da primeira Assembléia Constituinte, participou da comissão que recebeu D. Pedro I na abertura dos trabalhos, em 3 de maio de 1823. Veja-se SOUZA, Octávio Tarquínio de.

Francisco Vieira Braga⁴⁹ e Sebastião Barreto Pereira Pinto, revela uma composição que nada tem de renovação, em termos sociais. Difere, portanto, do que Alcir Lenharo percebeu em Minas Gerais, quando estudou os circuitos do abastecimento interno no mesmo período. O autor identifica a emergência política de um segmento social, cuja base econômica era a “produção e distribuição de gêneros de primeira necessidade para o consumo interno”, que se projeta no espaço da Corte, principalmente “a partir da Independência, quando novos setores sociais perceberam alargadas as possibilidades de participação”.⁵⁰ É certo que o período regencial pode ter ampliado o espectro social, entre as elites dirigentes, fazendo com que coexistissem as antigas lideranças com “setores sociais até então ausentes da composição social que sustentara o Estado imperial”.⁵¹ Mas este não parece ser o caso do grupo rio-grandense, tratando-se antes de uma rearticulação, ou talvez de uma reinserção de um segmento social de elite enraizado visando buscar formas de participação em contendas políticas que se davam em novas bases.

História dos fundadores do Império do Brasil. Volume VII – Três golpes de Estado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 11.

⁴⁹ A biografia de Braga é um exemplo de permanência e adaptação às circunstâncias políticas. Sua trajetória foi descrita por CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a estância da Música. Administração de um latifúndio rio-grandense em 1832.* Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/IEL; Caxias do Sul: UCS, 1978. Cesar inicia seu relato afirmando que o Conde “foi um potentado”, e de fato, esse “negociante de grosso trato” foi muito rico e gozou de poder e das benesses do Estado, qualquer que fosse a sua forma, em troca dos “serviços prestados”, que ele mesmo enumerou, em longas listas, nas justificativas de sua ascensão nobiliárquica, assim resumida: “Em 13 de junho de 1841, foi nomeado Guarda-roupa da Casa de S.M.I.; em 5 de março de 1845, passou a Viador da mesma Augusta Casa; por alvará de 3 de agosto de 1846, teve a mercê do Foro de Fidalgo Cavaleiro da Imperial Casa, e em 17 de julho de 1872 recebeu a Comenda da Imperial Ordem da Rosa. Era Cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo e Comendador da Imperial Ordem do Cruzeiro. Em 2 de dezembro de 1854 foi agraciado com o título de Barão de Piratini; por Decreto Imperial de 29 de dezembro de 1866, foi elevado a Visconde do mesmo título, e, em 20 de junho de 1885, S.M.I. novamente o elevou, agraciando-o com o título de Conde de Piratini. Era amigo pessoal de S. M. Imperial, a quem hospedou uma vez.” (Mário Teixeira de Carvalho, *Nobiliário Sul-rio-grandense*), apud César, p. 13. Longevo, morreu aos 94 anos (1793-1887). Como observa o autor, “vindo do último decênio do século XVIII, viveu durante vinte e nove anos sob o regime colonial, assistiu à implantação da Independência e só desapareceu dois anos antes da queda da Monarquia”.(p. 12).

⁵⁰ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842.* São Paulo: Símbolo, 1979, p. 24

⁵¹ *Ibid.*, p. 127.

Juntamente com os laços familiares, percebem-se, fundamentalmente graças aos inventários *post-mortem*, as intensas relações de negócios, envolvendo empréstimos em dinheiro, fianças, representação através de procurações.⁵² João Francisco Vieira Braga, por exemplo, era procurador de Ignácio José de Oliveira Guimarães, que era credor de dívidas de Vasco Madruga de Bitencourt e dos herdeiros de Bento Gonçalves da Silva. Ignácio, por sua vez, devia muito dinheiro a Francisco Vieira Braga. João da Costa Gularte era credor de Vicente Manoel d’Espíndola, e José dos Santos Magano tinha créditos com Antonio Teixeira de Magalhães e Porfírio Ferreira Nunes. Anselmo José Pereira devia a Antonio José Affonso Guimarães, a João Francisco Vieira Braga e a João de Miranda Ribeiro. É grande o número de ocasiões nas quais aparece a assinatura, como testemunha ou procurador, de membros da Sociedade Promotora em processos e ações que envolvem seus membros, evidenciando uma rede de relações que se mantém por décadas após a fundação da efêmera Sociedade.⁵³

A constituição desse grupo e as relações detectadas entre as pessoas que o compunham apontam para uma rede cujo centro de coesão era a praça comercial

⁵² Os inventários *post-mortem*, apesar de não serem aqui usados como uma fonte serial ou extensiva, aportam informações importantes sobre o nível de riqueza destes indivíduos. Cito alguns exemplos, tomando como referência elementos indicativos de um considerável “cabedal”. Quanto à posse de escravos: João Jacintho de Mendonça (inventário de 1862) – 75 escravos; Francisco Vieira Braga (1870) – 33; Antonio de Moraes Figueiredo Viseu (1860) – 43; Faustino José Correa (1859) – 24; Jose do Brum da Silveira (1856) – 16. São quantidades consideráveis para os padrões da província. O valor total do patrimônio apontado nos inventários mostra números expressivos: 449:445\$457 (quatrocentos e quarenta e nove contos, quatrocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete réis, de João de Miranda Ribeiro); 388:355\$104 (João Jacintho de Mendonça); 285:409\$681 (Antonio de Moraes Figueiredo Viseu); 259:050\$732 (Faustino José Correa); 224:398\$970 (Domingos Rodrigues Ribas). Como parâmetro de comparação, tomemos por exemplo o valor total das exportações do Rio Grande do Sul no ano de 1860, mesmo período da execução dos inventários: 7.467:756\$000. A soma do patrimônio daquelas cinco pessoas equivale a mais de um quinto do valor exportado pela província naquele ano. Fonte: Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul, Nº 8, dez, 1992. Porto Alegre: Globo, 1922. Apud: ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002, p. 258. A presunção do alto grau de riqueza de muitos dos sócios também é reforçada por outras informações complementares, como os anúncios do próprio jornal que mostram a intensa atividade de negócios de importação e exportação, atividade que requeria um razoável nível de capital aplicado.

⁵³ A efemeridade das associações, e principalmente das publicações, é notória no período, o que permite até relativizar um tanto esta apreciação sobre a Sociedade Promotora, que durou, aparentemente, um ano e quatro meses. Para uma avaliação de um contemporâneo sobre a profusão da criação de associações de todos os tipos, atestando também a pouca duração da maioria delas, veja-se AZEVEDO, M. Duarte Moreira de. *Sociedades fundadas no Brasil...* Op. cit. Não há nenhuma referência à Sociedade Promotora nesta obra.

de Rio Grande. Dois fatores, entretanto, fazem com que se possa pensar a sua atuação em um horizonte mais amplo do que o local: a natureza de seus negócios e o desempenho em cargos políticos. Quanto às atividades econômicas, já foi salientado o predomínio dos comerciantes de “grosso trato”.⁵⁴ A esses se impunha, naturalmente, uma atenção aos circuitos mais amplos da economia nacional e mundial, conferindo à associação um caráter mais abrangente.⁵⁵ A reforçar esta percepção, ou antes, complementando-a, observemos algumas carreiras políticas dentre essas pessoas. A despeito do grande número de vereadores (o que não é pouca coisa, diga-se de passagem, em uma sociedade extremamente excludente), vemos que, nos anos anteriores, e principalmente posteriores ao período de existência da Sociedade Promotora, vários de seus membros participaram das Assembléias Provincial e Geral, obtiveram títulos e condecorações nobiliárquicas e administraram outras províncias do Império. Tudo isto demonstra a existência de relações que ultrapassam o âmbito da província e, mais significativo, permite pensar a atividade coletiva do grupo para além da defesa de interesses meramente locais.

Uma síntese das informações biográficas obtidas sobre esses indivíduos indica que a Sociedade era, então, majoritariamente composta por negociantes, muitos dedicados ao comércio de importação e exportação, com relações estabelecidas fora da província e que ultrapassavam, por vezes, os limites do Império. Era intensa a atividade política da maioria dos seus sócios.⁵⁶ Estavam

⁵⁴ Evidentemente que em nível inferior aos grandes comerciantes da Corte, conforme já o demonstrou, para um período um pouco anterior, Helen Osório. A pesquisa da autora indica o maior poderio econômico dos comerciantes: “Portanto, pode-se identificar os negociantes como a elite econômica do Rio Grande de São Pedro e como grupo ocupacional diverso dos grandes proprietários de terra e gado”. p. 247. Ao mesmo tempo, estabelece uma hierarquia nas relações dos comerciantes locais com os do Rio de Janeiro, estando os rio-grandenses em “posição subalterna, restando-lhes o papel de administradores ou correspondentes”. OSÓRIO, H. *Estancieiros, lavradores e comerciantes...* Op. cit., p. 298. O que parece não ter mudado significativamente, mesmo para um período mais próximo ao abordado aqui, conforme o mostra FRAGOSO, J. *Homens de grossa aventura...* Op. cit.

⁵⁵ Essa atenção devida aos circuitos mais amplos é percebida nos inventários. Por exemplo: Anselmo José Pereira, ao morrer, tinha créditos a receber de uma firma de Nova Iorque e outros da Ilha da Madeira; Vicente Manoel d’Espíndola tinha apólices da dívida pública do Império; Antonio Correa de Mello era proprietário de terras no Aveiro, em Portugal; João Jacintho de Mendonça tinha vários bens no Uruguai e títulos da dívida pública daquela república.

⁵⁶ As atividades políticas dos membros da Sociedade Promotora, principalmente com vistas às divisões determinadas pelo contexto pré Revolução Farroupilha, serão tratadas no capítulo II.

socialmente “estabelecidos” já há algum tempo, e continuaram depois do período de existência da entidade, como sugere o acompanhamento da história familiar de alguns desses homens. Seu centro de atuação era a vila de Rio Grande, onde se concentrava o núcleo diretivo, o que não diminuía a pretensão de ter uma abrangência provincial, conferida pelos sócios residentes em Porto Alegre, São Francisco de Paula (atual Pelotas) e localidades de fronteira, como Jaguarão.

Essa elite provincial, através da sua rede de relações, extrapolava esse âmbito, vendo-se em posição de influir no processo de construção do Estado e educação da sociedade. Para a concretização dessa pretensão, os membros da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, a exemplo de outras similares, estabeleceram como objetivo precípua a divulgação das suas idéias em uma folha periódica. A escolha do redator, personagem fundamental na empreitada, era importante, e parece indicar de antemão algo do direcionamento pretendido pela publicação.

Um escritor público – o redator

Analisar os textos de um periódico oitocentista exige o conhecimento de quem o escrevia. No caso do *Propagador da Indústria Rio-grandense*, além da importância central que teve no jornal, a trajetória do redator, **José Marcellino da Rocha Cabral**, também esclarece muito das tensões políticas e das possibilidades de inserção social de um homem sem fortuna mas dotado de algum cabedal intelectual.⁵⁷

⁵⁷ Sobre Rocha Cabral, a exemplo do que foi feito com os membros da Sociedade Promotora, as informações foram obtidas em várias fontes. Cito as principais: BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973-76. BITTENCOURT, Feijó. *Instituto Histórico: os fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. MARTINS, A. A. de Barros. *Esboço histórico do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro – 1837 a 1912*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1912. TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (primeiro centenário) 1837-1937*. Rio de Janeiro: s/e, 1940. Destacam-se também os escritos do próprio: CABRAL, José Marcellino da Rocha. *Collecção de alguns artigos escriptos e publicados no Brasil, pelo portuguez José Marcellino da Rocha Cabral, bacharel formado em Leis pela universidade de Coimbra, e actualmente encarregado do consulado geral de Portugal no Rio de Janeiro, seguida de alguns documentos e precedida e seguida de observações em refutação às calumnias e convícius contra elle publicados*. Rio de Janeiro: Typographia da Ass. do Despertador, dirigida por F.S. Torres Homem. Rua da Quitanda, n. 55, 1839 (publicado). Datado (redação) de 21/set/1838. Ainda do redator há um artigo: Considerações sobre o actual estado político do Brasil, oferecidas,

Contratado pela Sociedade Promotora para a função, este “doutor em leis por Coimbra” havia saído de Portugal em virtude da sua identificação com os “constitucionalistas” no embate contra os “miguelistas”, por ocasião dos conflitos sucessórios de Portugal, em 1831. Chegando ao Brasil, travou relações com os círculos portugueses no Rio de Janeiro, mas logo depois se transferiu para o Rio Grande do Sul, onde além de elaborar os estatutos da Sociedade Promotora e assumir o cargo de redator do jornal, participou ativamente da vida da província, tendo sido, por exemplo, secretário da Caixa Econômica em Rio Grande. Renunciou à redação do *Propagador* (e com isso o jornal deixou de circular, em 1834) para assumir a tarefa de realizar uma estatística provincial completa, a convite do presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga, que não foi concluída. Abandonou a província quando da eclosão da Revolução Farroupilha, devido aos seus vínculos com a facção legalista. De volta ao Rio de Janeiro, foi sócio, diretor e redator de outro periódico, o *Despertador*, membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da primeira comissão de redação da revista do IHGB. Resultado de sua iniciativa, ou pelo menos sob a sua liderança, foi a fundação de duas entidades importantes para a comunidade portuguesa da época: a Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Real Gabinete Português de Leitura.

A profícua e intensa atividade desse “homem de letras” é percebida desde a sua estada na província até os tempos passados na Corte. Suas inúmeras empreitadas, contudo, não lhe renderam fortuna. O *Despertador* faliu em 1841, Cabral perdeu tudo e foi para Diamantina, em Minas, onde advogou até 1849. De volta ao Rio de Janeiro, morreu pobre em uma pequena casa no bairro do Jardim Botânico, em 1850. Este sucinto extrato biográfico merece ser um pouco mais esmiuçado. Cabral, pelo seu contínuo trabalho na redação de periódicos, tanto na província quanto mais tarde, na Corte, e pela vinculação com as várias associações das quais fez parte, parece ser um típico representante daquele grupo de pessoas que, no dizer de Marco Morel, “uniam ao poder da palavra impressa a presença em formas de sociabilidade institucionalizadas”.⁵⁸ Da atividade desses

em testemunho de gratidão e affecto, ao povo brasileiro, por José Marcellino da Rocha Cabral. Datado: Mariana, 17 de outubro de 1844. In: *Papeles varios sobre el Rio de la Plata*. (Biblioteca Nacional, Setor de Livros Raros, 51,1,27, n.11A)

⁵⁸ MOREL, M. *As transformações...* Op. cit., p. 171.

homens originava-se um espaço público novo, moderno, mas que ainda mesclava elementos do que o autor chama de “República das Letras”, vinculada ao iluminismo setecentista, com as idéias críticas dos novos “cidadãos-escritores” mais ligados ao liberalismo das primeiras décadas do século XIX.⁵⁹ Esse hibridismo cultural, ver-se-á com inúmeros exemplos, era característico dos escritos do redator do *Propagador*.⁶⁰

Quando falamos em mescla, ou em ambiente cultural híbrido, surge um outro elemento que confere ainda maior complexidade à análise da posição de José Marcellino da Rocha Cabral como redator desses jornais empenhados na construção do Estado e da própria Nação: o fato de ser português de nascimento e de formação. Isoladamente, este dado não teria uma importância maior, mesmo porque outros redatores também não eram brasileiros, mas o fato é que Cabral permaneceu, durante toda a parte de sua vida no Brasil, estreitamente ligado aos círculos portugueses. Não quer isto significar nenhuma vinculação com grupos restauracionistas, porque sua trajetória não permite esta ilação. O que importa destacar é uma certa “profissionalização” da atividade de “escritor público”, como ele mesmo se definia, na medida em que, pelo menos nesse caso, a defesa dos interesses do Império brasileiro em construção não implicava negação da identidade portuguesa, o que jamais foi feito por Cabral. Em reforço dessa percepção, além do que já foi mostrado pela fundação das entidades vinculadas aos portugueses no Brasil, ressalte-se também a sua atuação como Cônsul de Portugal junto à Corte Brasileira, atividade que exercia em 1838.⁶¹

⁵⁹ Ibid., pp.167-171.

⁶⁰ A expressão “hibridismo cultural” é por si redundante, na medida em que toda manifestação de cultura é resultado de uma composição de elementos. Não se está pressupondo aqui a existência de alguma cultura “pura”, mas apenas chamando a atenção para uma combinação de idéias por vezes bastante díspares ou contraditórias. Estudando a formação da Argentina, Chiaramonte chama a atenção para esta “conciliación de rasgos aparentemente antitéticos que desafia los intentos de clasificación con las categorías usuales de periodificación de la historia cultural.” CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados...* Op. cit., p. 23.

⁶¹ Na sua *Colleção de alguns artigos escriptos e publicados no Brasil...* Op. cit., Cabral, defendendo-se de ataques sofridos na imprensa da Corte, afirmava que as críticas que lhe eram dirigidas, mais do que uma questão pessoal, tinham o objetivo de “desacreditar o representante da Rainha Fidelíssima nesta Corte, que me elegeu em circunstâncias extraordinárias para as funções consulares, e trata-se de desconceituar também em mim um empregado da nação.” (pp. 4-5).

A posição política expressada por Cabral mostrava-se inequívoca. Alinhava-se com os moderados, conforme vários de seus textos, combatendo os dois extremos do espectro político de então, exaltados e restauradores, os primeiros pela ameaça da “anarquia”, os segundos pelo retrocesso que representaria uma volta à “tirania” e ao “despotismo”.⁶² A aproximação de José Marcellino com os moderados brasileiros não era meramente circunstancial, parecendo ter raízes que remontavam ao seu período de formação e vida política em Portugal. Depreende-se isto das passagens em que ele dizia ter sido forçado a abandonar a terra natal em função de divergências políticas com os desmandos de um governo “tirânico”.⁶³ Recorrendo novamente à Marco Morel, pode-se incluir o redator, pelos seus escritos posteriores e pelo período em que viveu na Europa, no grupo dos intelectuais formados no contexto do “liberalismo Moderado português, vitorioso desde 1823 com a retomada de poderes por D. João VI num quadro constitucional (e sobretudo com a Constituição de 1826 outorgada por D. Pedro)”, que se caracterizava pelo “predomínio da soberania monárquica que coabitava com a representação das Câmaras”. Morel diz que “esta tendência liberal desempenhou papel hegemônico na modernização conservadora da política em Portugal, contrapondo-se aos legitimistas partidários do absolutismo”.⁶⁴ Estes últimos, aliás, voltando ao poder com D. Miguel, foram os responsáveis, segundo o próprio Cabral, por sua saída da pátria, em 1831.

⁶² Essa divisão das tendências políticas do período regencial já foi muito abordada por uma historiografia sobejamente conhecida. Tomo aqui, um tanto simplificada, os restauradores como partidários da volta de D. Pedro I, ou pelo menos como defensores da Carta Constitucional de 1824, e que depois de 1834, quando da morte do ex-imperador, irão compor com os moderados e reforçar os aspectos mais conservadores desse grupo. Os exaltados são os que, junto aos moderados, forçaram a Abdicação em nome de aspirações de autonomia federalista bastante radical; viram estas aspirações frustradas pelos governos do período regencial, e eram a principal força de oposição, notadamente na província rio-grandense. Os moderados, no poder efetivo desde a Abdicação, pugnavam pelo fortalecimento do parlamento, mas eram cuidadosos na avaliação do grau de autonomia das províncias, defendendo a monarquia constitucional e centralizada. A rigor todos os segmentos eram monarquistas, com o republicanismo, minoritário, abrigando-se entre os exaltados. Para uma análise mais profunda da divisão trinitária do espectro político no período regencial, remeto à já citada obra de Marco Morel, especialmente ao capítulo 3, As três soberanias: exaltados, moderados e restauradores. MOREL, M. *As transformações...* Op. cit., pp. 99-147.

⁶³ Ainda na *Colleção...* Op. cit., o redator afirmava, à página 35, haver chegado ao Brasil em dezembro de 1831. Em várias passagens de seus escritos, dizia-se um emigrado político, sem nunca esclarecer exatamente em que circunstâncias se dera a sua saída de Portugal, mas sempre fazendo referência à perseguição e à tirania que o “arrojou” a esta terra.

⁶⁴ MOREL, M. *As transformações...* Op. cit., p. 118

Uma questão se impõe, a partir das considerações anteriores: o jornal emitia as opiniões de quem? Cabral, como de resto todos os redatores dos jornais da época, era responsável por quase toda a redação do periódico. O fato de ser português e liberal monarquista moderado seguramente teve um grau de influência nas posturas adotadas pelo *Propagador*. É difícil aferir em que medida um jornal desse período manifestava as idéias e pontos de vista de quem o escrevia ou de quem o patrocinava. Isto será discutido em momentos de análise dos textos do *Propagador*, mas é importante já destacar as limitações e a ponderação que um trabalho com este tipo de fonte exige. Referindo-se à imprensa do período, na clássica biografia de Evaristo da Veiga, Octávio Tarquínio de Souza sustenta que “o jornal era a expressão de uma personalidade, refletindo-lhe as idéias, os sentimentos, o feitiço moral; recebia a marca do seu redator, como um livro, como uma obra individual a recebe do seu autor exclusivo”.⁶⁵ Uma afirmação assim peremptória, tão ao gosto do velho mestre, deve ser relativizada. É certo que o texto recebia a marca de quem o escrevia, principalmente se pensarmos em Evaristo e sua *Aurora Fluminense*, mas essa marca pode também ser vista não tanto como manifestação de uma individualidade, e mais como resultado de posturas assumidas por um grupo que se vê, ou se pretende, representado no jornal. E isso parece ser ainda mais aceitável quando lemos uma publicação mantida por uma associação coletiva como era a Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense.⁶⁶ Em vista disso, parto do pressuposto de que o redator dispunha, sim, de grande autonomia, mas isto não implica o reconhecimento de uma orientação editorial ditada por José Marcellino da Rocha Cabral. O mais provável, e isto é uma conjectura baseada em evidências bastante concretas, como os escritos posteriores de Cabral, é que havia uma identidade de princípios muito forte entre o “escritor público”, nos termos da época, e as principais lideranças da Sociedade Promotora. Dessa forma, creio

⁶⁵ SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil. Volume VI – Evaristo da Veiga*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988, p. 57.

⁶⁶ Neste sentido, tem razão Nelson Werneck Sodré, ao caracterizar os escritores das folhas do período: “Um homem, escritor, foliculário, político, servindo a interesses seus ou de outrem, adotando orientação própria ou obedecendo àquela imposta por seus mandantes, escrevia o jornal inteiro.” SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 159.

poder tomar o discurso do jornal como representativo do pensamento da elite que o mantinha.⁶⁷

Uma folha puramente industrial – O Propagador da Indústria Rio-grandense

Tal como grande parte das associações similares, a Sociedade Promotora foi formada com o objetivo principal de financiar uma publicação periódica. Esta constatação por si só já atesta o valor dado à imprensa pelos contemporâneos, e também reconhecido pela historiografia, uma vez que são muitos os trabalhos que se valem do rico manancial representado pelos jornais do período.⁶⁸ Sendo uma das poucas e mais eficazes formas de comunicação coletiva, as folhas representavam uma porta de entrada no espaço das novas sociabilidades e uma arma na arena dos debates públicos, sobretudo nos tempos que corriam.⁶⁹ Além da observação do notável desenvolvimento quantitativo, deve-se salientar, de acordo com o que registra Paula Alonso sobre a imprensa oitocentista da América hispânica, que a sua relevância não se deve tanto à quantidade de impressos ou ao número de leitores, mas antes ao fato de que o periodismo era veículo de projetos,

⁶⁷ A identificação político-ideológica de Cabral com o setor dirigente da Sociedade Promotora ficará bastante evidente na apreciação da conjuntura local que antecede a Revolução Farroupilha, tema do capítulo seguinte.

⁶⁸ A rigor, os trabalhos que enfocam aspectos políticos das primeiras décadas do dezenove nunca prescindem dessa valiosa fonte, mesmo quando fundamentados em outro tipo de documentação. Recentemente têm surgido pesquisas que se valem da imprensa como material principal, casos, por exemplo, das obras de LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000; ou de PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação...* Op. cit.

⁶⁹ Nelson Werneck Sodré observa a relação entre o aparecimento e crescimento da imprensa e o incremento da atividade política, fazendo referência específica ao período regencial: “A fase da Regência foi, realmente, um dos grandes momentos da história da imprensa brasileira, quando desempenhou papel de extraordinário relevo e influenciou profundamente nos acontecimentos.” SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Op. cit., p. 120. Esta constatação é corroborada por Marco Morel, que estuda o espaço da Corte Imperial e mostra, numérica e graficamente, o grande aumento do número de publicações no Rio de Janeiro dos anos pós Abdicação. MOREL, M. *As transformações...* Op. cit. Também na província sul-rio-grandense, ainda que não haja um estudo específico sobre isto, percebe-se o desenvolvimento do periodismo no período. Interessante lembrar que a vila de Rio Grande, à época em que circulou o *Propagador da Indústria Rio-grandense*, contava com mais três folhas: o *Noticiador*, o *Observador* e a *Folha Mercantil da Villa do Rio Grande do Sul na Província de São Pedro*.

instrumento de debates, propulsor de valores, além de ser um dos principais meios de fazer política, e de reproduzir e construir imagens das sociedades do século XIX.⁷⁰

Pouco depois da formação da sua associação mantenedora, ocorrida em fins de 1832, veio à luz o *Propagador da Indústria Rio-grandense*, cujo primeiro número é de 30 de janeiro de 1833. Em nada diferente, quanto à forma, dos jornais da época,⁷¹ havia uma intenção manifesta de se diferenciar quanto ao conteúdo. O periódico pretendia estar ligado à produção e ao comércio, afastando-se das disputas políticas, algo raro para a época. A “indústria” que se queria propagar deve ser entendida no sentido amplo que assumia na época. No dicionário de Moraes Silva, significa “arte, destreza para grangear a vida; engenho, traça, em lavar, e fazer obras mecânicas, em tratar negócios civis, etc.”⁷² Conforme observa José Luiz Werneck da Silva, em seu trabalho sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o termo correspondia, nesse período, “à atividade produtiva, processo produtivo ou trabalho social. Em suma, às forças produtivas.”⁷³ Este alargamento do alcance do conceito é importante pois, de fato, para os contemporâneos, e o periódico analisado mostra isto, desenvolver a indústria era abarcar praticamente todo o espectro econômico e social da vida da coletividade.

No prospecto que antecedeu e anunciou o início da publicação periódica, divulgado provavelmente nos primeiros dias de 1833, eram elencadas as intenções e pretensas interdições do jornal:

⁷⁰ ALONSO, Paula. Introducción. In: ALONSO, P. (compiladora). *Construcciones impresas...* Op. cit., p. 10.

⁷¹ O jornal era impresso em folha dupla, quatro páginas, tamanho 22 x 32 cm (eventualmente saía com mais uma folha inserida). Feito inicialmente na tipografia de Francisco Xavier Ferreira, até o número 28, de 11 de maio de 1833, quando passou a ser impresso na tipografia adquirida pela própria Sociedade Promotora. Circulava às quartas e sábados, e aceitava subscrições em Rio Grande, São Francisco de Paula (atual Pelotas), Porto Alegre e Rio de Janeiro, a 4\$000 réis por semestre. Seu período de existência foi de 30 de janeiro de 1833 até 8 de março de 1834. Dos 101 números do periódico, tive acesso à leitura de 91, faltando os exemplares de número 76,81,83,85,86,87,95,96,99 e 100.

⁷² MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario...* Op. cit., p. 153 (vol. II).

⁷³ SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece...* Op. cit., p. 14 (vol. I).

“Propagar o espírito de associação, fazer amar o trabalho, divulgar alguns conhecimentos de Economia Política, Rural e Doméstica e dos processos industriais; dar as notícias comerciais que possam facilitar as transações e dirigir os especuladores; e, em geral, promover os possíveis melhoramentos na Riqueza Pública da Província. [...] Serão dela excluídos todos os objetos políticos e todas as correspondências que não tiverem uma relação imediata com aquele fim e, sobretudo, a polêmica dos partidos e as personalidades. Terão, todavia, lugar nas colunas do “Propagador da Indústria” alguns objetos de Literatura e algumas Doutrinas próprias para a conservação e aperfeiçoamento da Moral, assim como as notícias políticas, nacionais e estrangeiras, que possam influir no Comércio. Também serão publicadas as Leis e atos d’Administração que tiverem relação com a Economia Pública da Província e se lembrarão algumas providências que exijam as suas necessidades”.⁷⁴

Buscando dissociar-se das folhas politicamente virulentas que abundavam no território do Império, o *Propagador* já assumia, evidentemente, uma atitude política antes mesmo do seu primeiro número. Um exame superficial do conjunto do periódico pode até, em um primeiro momento, dar realmente a impressão de abstenção nos debates travados à pena e papel. O jornal disponibilizava espaço para anúncios comerciais de todos os tipos, e contava com colunas fixas de informações que giravam essencialmente em torno do movimento do porto. Registravam-se as datas de partida ou chegada, destino ou procedência, nomes dos navios e dos mestres, cargas e passageiros. Divulgavam-se também os “gêneros de importação”, informando os produtos e seus respectivos navios, com data de chegada. A coluna “preços correntes dos gêneros de exportação” publicava o valor daqueles produtos fundamentais para a economia exportadora local: carne-seca, couros, sebo, graxa, cabelo de cavalo, chifres, erva-mate. O preço dos produtos constantes nesse quadro era o local, pois junto aparecia outro semelhante que trazia os preços dos “objetos” da província no comércio da praça do Rio de Janeiro. Eram os mesmos produtos, com exceção da erva-mate, com uma diferença de valor que chegava, em alguns casos, ao dobro ou triplo do preço local, evidenciando a alta taxa de lucro dos intermediários. Também havia a

⁷⁴ Prospecto de lançamento de *O Propagador da Indústria Rio-grandense*. Apud: BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986, p.123.

coluna de “câmbios”, que trazia as variações da moeda no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e o valor local, em mil-réis, dos “dobrões espanhóis” e das moedas de ouro e prata, sempre com valor superior ao nominal, característico de uma situação de escassez do meio circulante. Todas essas informações não aparecem de forma sistemática e uniforme nas edições do jornal. São irregulares, às vezes ausentes por algumas edições, às vezes um tanto resumidas.

A parte mais substancial do periódico era composta pelos textos, muitos deles com prosseguimento em edições seguintes, evidenciando o caráter formativo, mais do que de mera informação, da imprensa do período. A paginação em seqüência contínua – cada exemplar iniciava com o número da primeira página imediatamente subsequente ao da última página da edição anterior – prática comum a outros periódicos da época, também é um elemento que aponta para a visão do jornal como uma obra “total”, coerente e “fechada”. Nos artigos, as temáticas predominantes eram a indústria de maneira genérica, a agricultura, a pecuária, o comércio e a circulação de capitais e mercadorias. Muitas vezes contemplava-se mais de um destes temas simultaneamente. A maioria era de redação local, de autoria de Cabral, mas também havia reprodução de textos de outros periódicos, usual na imprensa da época. Privilegiavam-se, nesse caso, as “memórias” sobre assuntos bastante objetivos, como trechos dos tratados de agricultura publicados no *Auxiliador da Indústria*, do Rio de Janeiro, do *Jornal da Sociedade da Agricultura da Bahia* ou reproduziam-se textos do *Journal des Connaissances Usuelles*, da França. As memórias sobre vários temas, obras que apareceram abundantemente na esteira do reformismo ilustrado, mesmo antes do desenvolvimento da imprensa periódica, mantiveram sua vigência, mas também foram adaptadas às características das publicações em seqüência, reduzindo o tamanho, sem contudo abrir mão de abarcar as dimensões analítica, informativa e orientadora que distinguem esse tipo de escrito.⁷⁵

Os artigos transcritos invariavelmente mereciam algum comentário adicional do redator, sugerindo adaptações às condições locais ou chamando

⁷⁵ Exemplos importantes dessas publicações são os trabalhos de LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999 (1ª Edição 1810); e de CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1978. (1ª Edição 1822).

atenção para alguns aspectos, com nítida intenção pedagógica. A pretensão instrutiva das associações desse tipo denota identidade de princípios com um movimento de difusão de novos conhecimentos que já remontava a várias décadas. Analisando a trajetória da Academia de Ciências de Lisboa (1780), José Luís Cardoso faz uma apreciação que se aplica à Sociedade Promotora, sustentando que a ação da instituição lusitana adquiria “uma importante dimensão pedagógica, de resto patente, quer nos trabalhos e manuais de cultivo divulgados, quer nas propostas para criação de escolas práticas de agricultura”, as quais funcionariam de forma autônoma, ou “integradas em associações/sociedades econômicas provinciais ou locais”.⁷⁶

O *Propagador* também citava vários jornais de outras partes do Império, mas geralmente apenas quando copiava comunicações oficiais do governo central. As folhas locais não eram mencionadas, e os assuntos políticos do momento nunca eram enfrentados explicitamente e, assim, o órgão cumpria, em princípio, a função a que se propunha uma Sociedade patriótica. A epígrafe do jornal confirma a disposição de manter-se afastado dos debates das facções, pois apesar de ser do revolucionário francês Louis-Auguste Blanqui, não faz menção à ação política propriamente dita, destacando antes o valor do trabalho: “Le travail est l’âme du monde; sans lui tout périt, par lui tout prospere”. Não obstante ser uma frase um tanto neutra, é de se destacar que privilegiar o ideal do trabalho em uma sociedade ainda tão marcada pelos privilégios da nobreza, e cuja economia sustentava-se graças à mão-de-obra escrava, não deixava de ser uma coisa nova. De qualquer maneira, a citação parecia corresponder aos anseios do periódico, ou seja, a “modernização” sem os riscos dos tensionamentos políticos.

Naquele momento conturbado, contudo, promover uma divisão entre associações patrióticas e políticas, hierarquizando-as, sendo as primeiras consideradas um estágio superior de civilização, como ainda veremos, já era sinal de filiação aos princípios moderados, em correspondência com uma retórica tão

⁷⁶ CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos fins do século XVIII – 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 56. É interessante registrar que o *Propagador*, afora suas inúmeras menções à necessidade de formação, preconiza, no seu número 48, de 24 de julho de 1833, a utilidade das “quintas experimentais”, pois “semelhantes estabelecimentos podem ser verdadeiras escolas não só da Agricultura, mas de todos os ramos da economia rural”.

ao gosto de um dos seus maiores líderes, Evaristo da Veiga.⁷⁷ Colocar-se como legítimo representante da moderação, ainda que sem jamais fazer uso do termo, era combater por um tipo específico de desenvolvimento, o que exigia também um determinado comportamento dos membros do organismo social. Em um comentário sobre a formação de uma empresa para abertura do canal de São Gonçalo, obra fundamental para toda a economia da região de Rio Grande e São Francisco de Paula, algumas dessas idéias aparecem resumidas:

“Não foi sem fundamento, que temos louvado no nosso número 9 o espírito público dos habitantes da Vila de São Francisco de Paula, nem o que temos dito em outros números sobre os progressos do espírito de associação, e de empresa nesta Província, e seus prováveis, ou antes certos resultados. Quando a ilustração, junto ao patriotismo, fazem dar uma tal aplicação aos fundos particulares, quando aquele princípio de vida anima um Povo, pode afirmar-se sem receio, que ele é o precursor do cabal desenvolvimento das riquezas, da prosperidade, e da grandeza do Estado, pode também assegurar-se que ele é o companheiro da atividade, do trabalho, e dos bons costumes.”⁷⁸

O desenvolvimento do Estado era colocado em um plano que o separava da atuação política direta, ligando-se antes ao uso racional dos “fundos particulares”, direcionados no sentido do pleno aproveitamento dos recursos naturais. Ainda havia muito da “natureza pragmática” que Maria Odila Silva Dias detecta na análise que faz sobre aspectos da apropriação do pensamento ilustrado no Brasil desde antes da Independência.⁷⁹

⁷⁷ Augustin Wernet observa que a diferenciação entre sociedades patrióticas e políticas, com a desqualificação das últimas, era, de maneira geral, prática recorrente dos liberais moderados: “Elogiavam a formação de Sociedades patrióticas e desconfiavam das Sociedades políticas. Evaristo da Veiga, por exemplo, escreveu que ‘o espírito de associação é de grande utilidade em crises políticas ou em momentos nos quais o governo não tem força e prestígio, mas em estado normal das coisas quando o cidadão desassombrado vive no seio da paz, são inúteis e até perigosas’”. WERNET, Augustin. *Sociedades políticas: 1831-1832*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1978, p.125.

⁷⁸ *O Propagador*...nº 12, 13 de março de 1833.

⁷⁹ DIAS, Maria Odila Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 279 – abril/junho – 1968.

Essa modalidade de “patriotismo ilustrado” de cunho liberal aproximava a Sociedade Promotora das elites de outras partes do Império.⁸⁰ Associações e periódicos com identidade de princípios mantinham correspondência e trocavam informações. Essa prática percebe-se por várias menções às diversas sociedades similares. Em 23 de fevereiro de 1833, o *Propagador* anunciava a criação do *Auxiliador da Indústria Nacional*, órgão de comunicação da prestigiada Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, atuante na Corte desde 1827. Em seguida, a 13 de março, era reproduzida uma correspondência enviada pela Sociedade Promotora à esta última, na qual, após a louvação das iniciativas desse tipo, era feita uma solicitação de contato permanente, pois, devido à localização distante dos grandes centros do Império, os empreendedores locais careciam “de vossa coadjuvação, para levar a efeito as suas vistas de adiantamento e prosperidade pública”. Portanto,

“A comunicação de tudo o que possa concorrer para a obtenção do fim comum, quer seja de produções teóricas, ou doutrinárias, sobre as matérias dos diferentes ramos da indústria, quer de noções sobre a aplicação prática das ciências físicas às artes, e processos usuais, ao mesmo tempo que será de uma inapreciável vantagem para esta Sociedade, oferece à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional um meio seguro de estender a esfera de sua benéfica influência, e de conseguir o seu louvável e importantíssimo fim.”⁸¹

⁸⁰ A recorrência do uso do termo “ilustração” não deixa dúvida sobre o caráter pedagógico de que se revestia a maioria dos textos, conforme a acepção que a palavra tinha na época. No dicionário de Moraes Silva, significava “o dar luz, e notícia clara de alguma coisa, discurso que dá luz, e ilustra ciências, ou passos de Autores obscuros, ou antigüidades. Inspiração.” Já o termo “ilustrar” equivalia a “fazer ilustre, nobre, enobrecer. Declarar com explicações, notas, comentários, interpretações, alguma matéria obscura.” Veja-se que também se pode estabelecer uma ligação entre ilustrar, ou mesmo ilustrar-se, com os mecanismos de legitimação social, aspecto não descuidado na retórica do jornal. MORAES SILVA, A. *Diccionario...* Op. cit., p. 131 (vol. II).

⁸¹ *O Propagador...*nº 12, 13 de março de 1833. Pouco tempo depois, no número 19 (6 de abril de 1833), foi publicado um texto que estabelecia comparações entre as duas sociedades: “[...] o paralelo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e da Sociedade Promotora da Indústria, deduzido do estado respectivo dos fundos de cada uma é para nós extremamente prazenteiro, e esperançoso. Aquela tem de existência mais de 5 anos, e esta apenas 3 meses; e contudo aquela apresenta em seu estado de fundos recebidos a quantia de 1:735\$550 [um conto, setecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e cinqüenta réis], quando esta já conta com 5:300\$000.” As causas dessa diferença seriam duas. A primeira deveria-se ao “melhor plano, que se adotou nos estatutos da Promotora, formando-se o seu fundo por ações; pois que os donativos são sempre um meio precário para qualquer Estabelecimento”. A segunda razão era creditada ao “espírito desta Província, dado ao trabalho, e aos progressos da riqueza geral, ao mesmo tempo, que na Capital são os ânimos entregues geralmente (com honrosas exceções) às agitações e maquinações dos

Esta carta traz pelo menos dois elementos importantes do discurso do jornal. Primeiro, nota-se a intenção de vinculação com projetos que extrapolavam o âmbito da província, colocando-se, desde o início, em uma perspectiva muito mais ampla de interlocução. De outra parte, os temas ao redor dos quais era sugerido que se estabelecesse um canal de comunicação dizem muito sobre a posição das elites em geral e do discurso do *Propagador* em particular. O “fim comum” ao qual o texto se referia era mais do que a simples busca do conhecimento para a maximização da “aplicação prática das ciências físicas às artes”, correspondendo também e principalmente ao processo de legitimação diretiva de alguns segmentos da sociedade imperial. Ao se aproximar das elites da Corte, esse grupo local associava-se àqueles que, construindo um novo modelo de Estado, constituíam-se também como classe dominante.

José Luiz Werneck da Silva, no seu já citado trabalho, seguramente o mais completo estudo realizado sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, situa a atuação desta, para além do contexto nacional, na conjuntura de estabelecimento do modo de produção capitalista em escala mundial. Trata-se de uma referência importante, pois diz respeito à mediação que se impõe considerar entre o âmbito em que se dá a ação da sua congênere provincial, o processo de formação do Estado nacional e a referida conjuntura global de início do desenvolvimento capitalista. Para Werneck da Silva, nos seus primeiros anos,

“O Estado Imperial foi um instrumento de coerção das frações hegemônicas que constituíam, no âmbito da classe dominante, o bloco do poder cujo processo de definição só se completou em meados do século XIX. Estas frações incluíam, primordialmente, proprietários de terras, de escravos e de implementos agrícolas, assim como ‘comissários’, exportadores e ‘capitalistas’ de centros urbanos do litoral.”

Após destacar que as conexões entre esses grupos fundamentavam-se na ligação com o mercado externo, o autor conclui que

partidos, e às intrigas da Corte.” Afora o auto-elogio, é de se destacar a importância conferida ao fundamento econômico da sociedade, que aponta para uma visão pragmática. Apesar da retórica baseada, freqüentemente, no apelo ao patriotismo desinteressado, aqui aparece um discurso que sublinhava a maior efetividade da busca pelo lucro.

“À Sociedade Auxiliadora – cuja história quase se confunde com a deste bloco de poder – coube, portanto, tentar racionalizar o processo produtivo, sob a cooptação do Estado, enquanto sua ação atendeu às frações hegemônicas da classe dominante.”⁸²

Talvez possa ser dito que os termos em que é feita a avaliação do papel da Sociedade Auxiliadora limitam a ação dos agentes sociais, uma vez que as elites que a compunham não pareciam estar “sob” a cooptação do Estado, mas de certa forma “eram” o próprio Estado. Não é o caso de levantar polêmicas historiográficas, mas de se respeitar uma opção teórica, de resto muito presente à época em que foi elaborado o trabalho. Importa destacar que o autor nota com acerto a vinculação entre processos amplos – consolidação do capitalismo em uma escala global – e o trabalho das sociedades patrióticas, enquanto agentes da classe dominante que se (re)posicionava na divisão produtiva internacional, como o demonstra sua análise da Sociedade Auxiliadora e se está buscando com esta reflexão baseada no *Propagador da Indústria Rio-grandense*.⁸³

A dominação pressupõe a diferenciação e a demonstração da capacidade diretiva. Com relação ao primeiro aspecto, o redator do *Propagador*, por vezes, expunha teorizações que justificavam as desigualdades sociais, como neste artigo sobre a Sociedade de Beneficência:

“Considerado o homem como ente social, recebeu da mesma maneira os bens e os males em partilha: ele precisa, para obter a segurança, e o gozo do fruto de suas faculdades, sacrificar uma parte da sua liberdade natural, e do produto do seu

⁸² SILVA, J. L. Werneck da. *Isto é o que me parece...* Op. cit. p. 14 (vol 1). Outra obra que também trata da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, embora sem a enorme pesquisa e profundidade de Werneck da Silva é o trabalho de CARONE, Edgard. *O Centro Industrial...* Op. cit.

⁸³ Ainda que partindo de pressupostos distintos dos de Werneck da Silva, por enfatizar mais os aspectos políticos e ideológicos dos processos, Ilmar Mattos também destaca as relações que ligavam a classe senhorial brasileira ao desenvolvimento capitalista europeu: “A moeda colonial em restauração é também isso: a ligação política e ideológica da América à Europa, dos interesses dominantes no Império do Brasil aos interesses predominantes do velho Mundo. Progressivamente depurado, o liberalismo cimenta a união das duas faces: após eliminar as trevas da dominação colonial, ilumina os caminhos por onde deve movimentar-se com o máximo de agilidade o capital”. MATTOS, I.R. *O Tempo Saquarema...* Op. cit., p. 112.

trabalho; precisa submeter-se às autoridades, que umas vezes por ignorância, outras por maldade e corrupção, neutralizam as vantagens sociais. A desigualdade de capacidades, as variadas circunstâncias e combinações do estado social, a necessidade do direito de propriedade (todas, por ventura, necessárias para a dependência recíproca dos associados) trazem consigo a desigualdade de condições, e de fortunas; e muitas vezes acumulando em poucas mãos os produtos da terra, e da indústria, deixam outros destituídos dos meios de manter as suas infelizes existências, e as da sua descendência.”⁸⁴

As desigualdades eram “naturalizadas”, o que é recorrente no discurso de elite, mas este era um tanto mais sofisticado, porque as relacionava com o fundamento mesmo das sociedades humanas, na medida em que eram responsáveis pela “dependência recíproca dos associados”. Reciprocidade explicada em um número bem posterior, quando foi reproduzido um texto de M. Degerando, sob o título de “Fim e caráter da caridade”. Tratava-se de um artigo que dissertava sobre as diferenças entre os homens, sustentando que as desigualdades entre ricos e pobres serviam para aperfeiçoar o mundo moral, através da caridade:

“O rico [graças à caridade] acha-se felizmente arrancado ao sono letárgico, que ia a ser um sono de morte; a Celeste Piedade lhe vem revelar em sua fortuna um tesouro real para o ser imortal. [...] Assim se restabelece a harmonia, como deve acontecer no mundo moral, por uma boa ação.”⁸⁵

Teorizava-se uma espécie de justificativa de fundo religioso e moral para a existência dos pobres e desgraçados, que parecem aqui assumir uma peculiar função social: dar oportunidade de redenção aos ricos.

Mas não seria esta, evidentemente, a função precípua das classes inferiores, devendo o foco ser dirigido para a questão da mão-de-obra. E neste ponto chama a atenção a ausência quase que total, nas páginas do jornal, de um tema crucial nos debates da época. Encontram-se apenas referências esparsas e

⁸⁴ *O Propagador...*nº 14, 20 de março de 1833.

⁸⁵ *O Propagador...*nº 93, 22 de janeiro de 1834.

vagas sobre o assunto. Em um momento, apontava-se para a carência de trabalhadores, como nesta passagem onde, elogiando o progresso trazido pelas estradas de ferro e pelo motor a vapor, particularmente na Inglaterra, dizia-se que isso seria especialmente útil para o Brasil, pois aqui “[...] o seu uso generalizado seria mais um meio de suprir os braços, que nos faltam, e de nos fazer menos precisa uma população heterogênea, e perigosa em todos os sentidos”.⁸⁶ A menção a essa população “perigosa” já havia aparecido em um artigo que criticava a ausência de polícia, e sugeria a criação das Guardas Municipais Permanentes, previstas em lei mas não efetivadas até então. Aqui a referência à escravidão era mais explícita, e a justificativa para o reforço da força pública seria devido a que:

“[no Brasil] onde as imensas distâncias, e a dispersão da população, subtraem mais facilmente o criminoso às vistas da Autoridade, e onde uma numerosa escravidão, que desconhece a moral e as Leis, põe em contínuo perigo a segurança e a propriedade”.⁸⁷

No mesmo diapasão seguia um texto anterior, no qual a reflexão sobre a falta de braços para a agricultura levava a conclusão de que seria “[...] a dispersão da nossa mui pouca população branca; a inaptidão intelectual, e má vontade da população negra, e a imbecilidade de seus braços servis [...]” o que estaria na origem dos problemas do Brasil.⁸⁸ Tal opinião leva a pensar que o periódico deveria se posicionar nas discussões que desde há muito se travavam, nos círculos das elites, a respeito do fim da escravidão e das alternativas para o problema de mão-de-obra. No entanto, não é isto o que se verifica, algo que pode ser entendido devido ao fato de ser o comércio de escravos um dos importantes ramos dos negociantes membros da Sociedade Promotora. Se não chega a haver nenhuma menção concreta pelo fim do estatuto da escravidão, é interessante observar que a tônica dos discursos colocava o redator, talvez, em sutil discrepância com os seus padrões, pois apreciações tão duras sobre os escravos e a má qualidade de seu

⁸⁶ *O Propagador...*nº 89, 8 de janeiro de 1834.

⁸⁷ *O Propagador...*nº 68, 9 de outubro de 1833.

⁸⁸ *O Propagador...*nº 57, 24 de agosto de 1833.

trabalho acabavam por ter o efeito de criticar o sistema como um todo, ainda que sem nenhum traço de humanismo.⁸⁹

Seria a imigração uma solução para o problema da escassez de brancos e “inaptidão” da grande massa de cativos? Esta questão só aparece uma vez, e de maneira ambígua. Comentando um artigo oficial que tratava do projeto de colonização do governo central, o redator discorria:

“No Brasil, uma numerosa população estranha, e em estado de violência, é ainda uma poderosa razão, que aconselha o aumento da população livre por todos os meios justos e apropriados. Entre estes meios são sem dúvida mais eficazes os indiretos, que consistem nas Instituições e Leis próprias a favorecer a liberdade política, civil, e industrial, a dissipar a miséria, e aumentar os meios de existir; a remover os prejuízos, o ócio, e a imoralidade, que obstam mais do que tudo a propagação; a sufocar as facções, que afugentam nacionais e estrangeiros; e a consolidar a paz, e a tranqüilidade, que trazem a segurança e a certeza de direitos; mas o meio direto da colonização não está fora dos princípios de uma política luminosa; nem o Governo, tão zeloso em promover todos os ramos da prosperidade pública, podia esquecer este objeto, tão imediatamente ligado com a grandeza e felicidade do Brasil”.⁹⁰

Curioso texto. A quem se destinariam os meios “indiretos” que beneficiariam uma população local, e que aparece em primeiro lugar? Aos “perigosos” e “inaptos”, essa população “estranha”, ou somente à escassa parcela de brancos? Questões inconclusas, porque o tema se limita a isto, sem sequer alguma referência ao processo de imigração alemã, que nesse momento andava a pleno na província. Bem assentada, somente se destaca a opinião conservadora, preconceituosa e inflexível sobre a chusma em “estado de violência”, que talvez significasse todos os não-brancos. A população “perigosa” constitui o “outro”, ao qual essa elite tem que se contrapor, se defender e ao mesmo tempo procurar

⁸⁹ Uma síntese que aborda as discussões travadas a respeito do escravismo, tema quase que universal entre os séculos XVIII e XIX, encontra-se em BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002. Também sobre os debates que envolveram a questão, mas com um enfoque mais voltado para a situação brasileira, veja-se o trabalho de CARVALHO, José Murilo de. *Escravidão e Razão Nacional*. In: *Dados: revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro, vol. 31, n. 3, 1988, pp. 287-307.

⁹⁰ *O Propagador...*nº 64, 21 de setembro de 1833.

enquadrar, em um prenúncio do advento das “massas” da sociedade industrial. O termo “massas” é específico de uma fase avançada do capitalismo, mas a idéia de distinção e enquadramento dos segmentos subalternos em unidades englobantes é antiga. Com relação a isso, é precisa a expressão sintética de Raymond Williams: “ ‘Massas’ foi a nova palavra para a idéia de população”.⁹¹

A forma vaga como a escravidão aparecia no *Propagador* contrasta com a postura mais firme de um outro jornal de Rio Grande, do mesmo período, o *Noticiador*.⁹² Esta era uma folha ligada aos liberais exaltados, e que teve importante papel na defesa dos princípios dos farroupilhas, nesses anos que antecederam o movimento armado. Já no seu número 2, de 6 de janeiro de 1832, o periódico publicava um artigo que era um apelo pela abolição, ainda que gradual, da escravidão. Não faltava uma crítica que parece muito adequada à postura bastante disseminada entre os formadores de opinião da época:

“O que sobretudo admira é, que muitos dos que mais parecem detestar a selvática raça, e dela mais se têm mostrado receosos, em todas as nossas comoções políticas, são os que se têm declarado mais opostos à extinção do bárbaro comércio.”⁹³

O artigo era genericamente contra a escravidão e mais objetivamente contrário ao tráfico. Evidentemente, o *Propagador*, órgão mantido por comerciantes que praticavam largamente o “bárbaro comércio”, não ousaria assumir uma posição mais crítica. Como em muitos outros temas, o silêncio tornava-se eloqüente. Essa estratégia, contudo, não conseguia esconder a “presença ausente” – adequado oxímoro de Maria Sylvia de Carvalho Franco – do escravo.⁹⁴ Ainda que não fosse abordada sua atuação direta, as classes perigosas,

⁹¹ WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969, p. 307.

⁹² *O Noticiador* circulou entre 3 de janeiro de 1832 e 9 de fevereiro de 1836. Era impresso na tipografia de Francisco Xavier Ferreira, um dos seus redatores, e membro da Sociedade Promotora. Este periódico será muito citado no capítulo seguinte, por ser fundamental na análise das diferenças políticas que embasavam os debates públicos.

⁹³ *O Noticiador* nº 2, 6 de janeiro de 1832.

⁹⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª Ed. São Paulo: Kairós, 1983, p. 9.

em grande medida, “pautavam” o comportamento das elites dirigentes, conforme demonstram várias passagens do jornal. Além disso, uma amostra do quanto a escravidão se fazia sentir em diferentes aspectos da vida social, independente da retórica ou das omissões do redator, é fornecida pela profusão de anúncios de compra, venda e fuga de cativos.⁹⁵ O fato de serem tão raras as menções aos escravos na parte em que Cabral teoriza sobre a sociedade, e freqüente a presença destes na parte comercial, pode indicar algo como um discurso indireto: tratava-se, efetivamente, muito mais de uma mercadoria do que uma questão social. O único aspecto da escravidão que tangenciava esta última era a ameaça que, velada e permanentemente, a grande massa de cativos representava para as elites.

Temor e desprezo eram sentimentos difusos mas presentes no discurso das elites, não se restringindo aos escravos, mas direcionados aos pobres em geral. Uma população ameaçadora e ignorante necessitava ser dirigida, e só quem poderia fazê-lo era quem detinha conhecimento e poder para indicar o caminho mais apropriado. Essa postura revestia-se de um componente político-ideológico importante, pois justificava a ação de liderança daqueles aptos a perceber o sentido do progresso, colocando as classes inferiores sempre na posição de refratárias às inovações. Um exemplo emblemático dessa retórica aparece mesmo em um artigo fundamentalmente técnico, como o que discorria sobre a produção de gelatina a partir dos ossos de animais, publicado em agosto de 1833. Ao final, havia uma reflexão sobre as inovações, onde se afirmava:

⁹⁵ Os anúncios do jornal merecem até um estudo específico e mais aprofundado, o que foge aos objetivos deste trabalho, voltado para o conteúdo dos textos da parte de “opinião” do periódico. Cito apenas alguns exemplos desse rico material para análise de história social: “Quem quiser comprar um preto robusto próprio para trabalho, e para carregar pesos, dirija-se à casa de José Maria de Sá.” (nº 3, 9 de fevereiro de 1833). “João Ângelo Gençana tem para vender 4 escravos, sendo 2 cozinheiros, 1 marinheiro e outro para todo o serviço; quem pretender algum deles dirija-se à casa do anunciante, rua Direita.” (nº 9, 2 de março de 1833). “Vende-se um pardo bom campeiro, idade 16 a 18 anos e muito sadio, sem mais vícios que uma fuga, na rua do Carmo desta Vila.” (nº 24, 24 de abril de 1833). “Sábado a noite 11 do corrente fugiu uma preta de nome Felisberta nação Mina, altura regular, e tem uma ferida denominada formigueiro na perna direita; levou três vestidos novos, um de picote, outro de pano da Costa, e outro de algodão grosso, 3 camisas de algodão fino, 2 mantas, uma de pano da costa e outra de baeta preta; quem descobrir a dita escrava e a entregar na Vila de S. Francisco de Paula ao Alferes Manoel Cardozo de Souza, ou a Aguilar Dias e Cia, na rua do Comércio da mesma Vila, será pago do seu trabalho”. (nº 34, 1 de junho de 1833). “Vende-se na casa do Sr. Capitão Mor, Antonio José Affonso Guimarães, quatro escravos marinheiros ainda moços, e boas figuras, que foram do Patacho naufragado vindo da Bahia; quem os pretender dirija-se à mesma casa acima [de Domingos Gonçalves Braga] e achará com quem tratar. Também tem um sapateiro.” (nº 45, 13 de julho de 1833).

“Nós sabemos que semelhantes descobertas encontrarão sempre desprezo, e resistência, nas preocupações populares das pessoas menos instruídas, aferradas aos usos velhos, e habituadas com o desleixo e com o desperdício; mas o Governo, ou alguns particulares, que têm idéia mais exata da natureza das cousas, quererão fazer per si a experiência, acharão um resultado satisfatório.”⁹⁶

A preeminência da ação governamental, coadjuvada pela iniciativa das elites, era vista como mecanismo para vencer as resistências populares ao progresso. Esta divisão que antagonizava os defensores do desenvolvimento e os retrógrados, aparece em várias passagens do jornal. A idéia era compartilhada por representantes dessa classe em processo de constituição, disseminados por outras partes do império, como demonstram certos artigos transcritos. O mesmo argumento colocado anteriormente era reforçado um pouco depois, através de um artigo da seção Economia Rural, intitulado “A Química, e a Mecânica, aplicadas à Agricultura”, reproduzido do *Auxiliador da Indústria*. Após uma longa parte técnica, lê-se que:

“Não há um só Agricultor, que refletindo sobre a Agricultura, não conheça que ela é suscetível de infinitos melhoramentos. A população atual divide-se em duas partes, uma rotineira e supersticiosa da antigüidade, e de tal sorte, que nada quer aprender, que seja novo; e outra ativa e tentadora de novos processos, que algum dia escapará de todo aos seus velhos mestres.” (do Conde Français, de Nantes, traduzido por J. da Cunha Barbosa, do *Auxiliador da Indústria*).⁹⁷

Era para a parcela disposta a aprender, “ativa”, que se dirigia o periódico, cuja retórica não se limitava aos ensinamentos teóricos, mas às vezes avançava em algumas questões concretas. Quando anunciava e saudava o estabelecimento da Caixa Econômica em Rio Grande, por exemplo, o redator se mostrava orgulhoso de seu papel:

⁹⁶ *O Propagador...*nº 55, 17 de agosto de 1833.

⁹⁷ *O Propagador...*nº 70, 16 de outubro de 1833.

“Damos os parabéns à Província, e particularmente a esta Vila, empreendedora, e extremamente solícita de todos os melhoramentos, por uma tão feliz instituição; e a nós mesmos nos felicitamos de termos, talvez, concorrido com as nossas reflexões, para acelerar um estabelecimento, que não poderia escapar aos ativos e zelosos Rio-Grandenses.”⁹⁸

Vendo-se como agente do progresso, o periódico tinha de enfrentar temas que nos mostram como a sensação de mudança era apreendida pelos contemporâneos. Ainda que as práticas e o *modus vivendi* desses atores tenham muito de Antigo Regime, por vezes aparecem nitidamente os sinais das profundas alterações sociais em curso e da dinâmica dos novos tempos, com a crescente complexificação da sociedade. Nesse sentido, é interessante observar um texto, “A arte de ganhar a vida”, publicado em 22 de outubro de 1833. Argumentava o redator que, naqueles dias, muitos indivíduos já não conseguiam seguir o modo de vida determinado por seus pais, tendo que se adaptar às circunstâncias, e esta necessidade seria tão mais perceptível

“[...] nos tempos extraordinários das agitações políticas, em que o cidadão é forçado freqüentemente a abandonar o seu país natal, seu patrimônio, seus meios de existência, seus direitos, e a ocupação herdada de seus maiores; e em que famílias precipitadas da opulência para a miséria, têm de procurar novos recursos, em relação com sua nova posição.”

As pessoas deveriam se convencer, antes de mais nada, que “os recursos oferecidos pela Natureza, e pelo estado social, às faculdades do homem, não têm limites conhecidos; e que, seja qual for a sua posição pode com o vigor da coragem, e com a luz da razão, melhorar consideravelmente a sua existência.” Mas é necessário que o indivíduo que se encontre em posição desfavorável aja como um náufrago que se livra das roupas, e “deponha os prejuízos, e despreze as pretensões da vaidade, que lhe apresentam como degradantes, e abaixo da sua dignidade, e educação, ocupações úteis, que nada têm de indecentes, e que podem

⁹⁸ *O Propagador*...nº 15, 23 de março de 1833. As primeiras reuniões de formação da Caixa Econômica foram feitas na casa de João Francisco Vieira Braga, conforme o exemplar número 17, de 30 de março de 1833, no qual aparece um “aviso interessante”, convidando os interessados.

oferecer-lhe meios suficientes e honestos de sustentar a existência.” O artigo segue criticando “os prejuízos dos tempos cavalheirescos, e feudais”, a “ocupação aviltante do áulico” e “a arte funesta de matar homens e devastar a terra”, fazendo o elogio dos misteres da produção e da vida útil e inocente da agricultura.⁹⁹

Vemos aqui uma visão de sociedade bastante moderna, diria-se até mais “democrática”, contrapondo-se ao mesmo tempo à facção mais restauracionista e conservadora – os “áulicos” – e aos senhores da guerra do interior da província, tema abordado mais adiante.

A percepção da maneira como se vê esta elite, colocando-se na posição de dirigir (ou pelo menos tentar) os destinos de toda a sociedade, ajuda a enfrentar uma questão sempre difícil na abordagem da imprensa do período, que é a da recepção. Afinal, para quem “fala” o jornal? A despeito de considerações como o baixíssimo índice de pessoas alfabetizadas, o que por si só já limitava, numérica e socialmente, o espectro de difusão, parece claro que o *Propagador* dirigia-se àquela minoria ainda mais restrita com potencial para participar efetivamente da vida econômica e política, em posição de destaque. A semelhança do que Marco Morel observa sobre o jornalismo da Corte, estava em jogo “a consolidação de uma camada de homens de letras que, aptos a serem leitores, davam um passo adiante e formavam um público privilegiado”.¹⁰⁰ Este público era composto pelos cidadãos “ativos”, ou seja, a parcela da sociedade com poder de decisão. Cabral, invariavelmente, direcionava seus textos às “classes ilustradas”, abdicando de atingir os demais segmentos, o que, de forma diferente, parecia ser uma pretensão das folhas declaradamente políticas.¹⁰¹

Em um artigo no qual eram feitos comentários sobre a criação da Caixa Econômica, o jornal até parecia deixar transparecer uma intenção de se dirigir a

⁹⁹ *O Propagador*...nº 72, 22 de outubro de 1833.

¹⁰⁰ MOREL, M. *As Transformações*...Op. cit., p. 215.

¹⁰¹ Mas mesmo para os redatores dos jornais mais combativos, havia o limite determinado pelo acesso de poucos à possibilidade de compreensão dos temas tratados, conforme mostra Lúcia Neves, discorrendo sobre a imprensa do período da Independência: “Na realidade, para os autores de folhetos e redatores de periódicos, somente a elite reunia condições intelectuais para ter acesso aos folhetos e, por conseguinte, à cultura política, convertendo-se ela própria no principal público de si mesma.” NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/ FAPERJ, 2003, p. 104.

um público mais amplo, pois sustentava que “trata-se de fazer conhecer as vantagens daquele útil estabelecimento a todas as classes, e particularmente àquelas, que sendo as menos opulentas, são também as menos instruídas, e as que mais devem convencer-se da sua utilidade.” Notemos, no entanto, que de acordo com a retórica costumeira do jornal, este “devem convencer-se” soa como “devem ser convencidos”, papel que compete às elites das quais o jornal era a voz. O texto seguia mostrando, de certa forma, um panorama da diversidade da sociedade urbana de então. O redator continuava argumentando, em defesa da criação do banco, que

“não só o homem favorecido da Fortuna pode ali encontrar um remédio preventivo contra a inconstância desta Deusa versátil, e contra os acontecimentos e reveses que não pode evitar; o empregado público, o médico, o oficial militar, o artista, o jornaleiro, o criado de servir, todos podem ali ir buscar um refúgio contra a miséria na velhice, ou em uma moléstia dilatada. O mesmo escravo pode ali achar o meio de recobrar a liberdade perdida, e a condição de homem; e até a mulher pública pode dali tirar recursos para sair do estado vil, miserável, e precário da devassidão, e da imoralidade...”¹⁰²

Aparte a negativa da condição humana ao escravo, comum às elites do dezanove,¹⁰³ esta passagem pode ser lida como uma certa concessão às classes menos favorecidas, mas o artigo finalizava lembrando que “o emprego dos fundos da Caixa Econômica nas apólices da dívida pública serve muito para aumentar o crédito do Governo, e da Nação”.¹⁰⁴ E aumentar os ganhos de quem poderia investir nesses papéis, como era o caso dos comerciantes.¹⁰⁵

¹⁰² *O Propagador*...nº 5, 16 de fevereiro de 1833.

¹⁰³ No número 12, de 19 de janeiro de 1830, da *Nova Luz Brasileira*, jornal da Corte, lemos uma justificativa desta proposição: “O escravo nem possui Pátria, nem prosperidade, nem religião, nem o natural ser de homem: escravo não é exatamente homem; porque não estando de posse de seus direitos naturais próprios que constituem sua essência [...]”. Apud MOREL, M. *As transformações*...Op. cit., p. 87.

¹⁰⁴ *O Propagador*...nº 5, 16 de fevereiro de 1833.

¹⁰⁵ O investimento em títulos públicos e privados era prática corrente entre os membros da Sociedade Promotora, conforme o demonstram as notícias publicadas no jornal e os inventários *post mortem*.

O conjunto dos textos publicados revela características gerais comuns às demais folhas “patrióticas” do período: propósito pedagógico, teorização sobre vários temas, demarcação das diferenças sociais e reiteração da capacidade diretiva das elites ilustradas. Todos esses elementos apareciam repetidas vezes, mesmo em artigos que se propunham eminentemente técnicos.

Além dos aspectos mais genéricos do discurso do jornal, é fundamental também destacar uma parte substancial da publicação, que era a defesa dos interesses específicos dos comerciantes.

Bolsas dos negociantes – Porta-voz do segmento comercial

Em um dos seus primeiros números, a 20 de março de 1833, na seção intitulada Economia Pública, apareceu no *Propagador* um artigo denominado “Ação do Governo sobre a Indústria”, interessante por expor um verdadeiro resumo das proposições teóricas e das contradições dos liberais brasileiros oitocentistas. Lemos que:

“A proteção, que nos deve o Governo, e que nós devemos exigir dele, para o desenvolvimento da indústria, consiste na propagação da instrução, na liberdade do trabalho, no respeito, e segurança, de todos os gêneros de propriedade; na energia para comprimir os agitadores; na punição do crime (sobretudo na falta de fé nos contratos, e na convivência com ela); nas distinções de mérito, e privilégios legais aos homens industriais, que tiverem aumentado, ou aperfeiçoado por seus trabalhos os meios de produção; consiste, e muito particularmente, na proscrição dessa inundação de moeda depreciada, e incômoda, mal que pesa além de todos os outros sobre a Nação; consiste finalmente em manter a paz e relações amigáveis e comerciais com os povos, que podem trocar os seus produtos pelos nossos.”¹⁰⁶

A menção às distinções de mérito e privilégios aponta para uma percepção da sociedade rigidamente hierarquizada, cabendo observar que, logicamente, só se distinguem aqueles que contavam com recursos prévios para “aperfeiçoar” os “meios de produção”. O redator parecia não ver contradição entre o que dizia

¹⁰⁶ *O Propagador...*nº 6, 20 de março de 1833.

sobre “liberdade de trabalho” e a manutenção da escravidão, sobre a qual, aliás, como já foi salientado, o *Propagador* pouco se pronunciava, parecendo haver uma certa referência ao tema na expressão “todos os gêneros de propriedade”.

Além dos tópicos genéricos, o que importa destacar aqui é que os interesses do setor de comércio estavam explicitamente colocados: defesa da moeda, das relações comerciais fundadas na garantia legal dos contratos, manutenção dos canais de negócios externos, do funcionamento do “mercado”, enfim. A argumentação neste sentido era constante nas páginas do periódico.

É importante lembrar que os grandes comerciantes locais, que formaram e dominavam a Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, compunham também a Câmara de Vereadores de Rio Grande. Havia momentos em que os debates de interesse da vila confundiam-se com os da associação, o que aparece algumas vezes no jornal. Uma mostra dessa comunhão de interesses consta no exemplar de 4 de dezembro de 1833, quando se reproduziu uma ata de reunião da Câmara que indicava como uma das prioridades da presidência da província a “[...] obra da Alfândega, em que são comprometidos os interesses do comércio (a mais abundante origem das rendas públicas, e interesses nacionais).”¹⁰⁷ Note-se que de uma discussão local extrapolava-se para a vinculação entre os interesses do comércio e os do Estado, tão ao gosto do discurso do jornal, algo que demonstra uma identidade sólida entre o público – a Câmara de Vereadores –, e o privado – a Sociedade Promotora.

Mas pouca coisa dependia das instâncias municipais. Assim, o *Propagador*, por vezes, assumia mesmo o papel de instrumento reivindicatório dos comerciantes nas suas demandas com o governo. Em um artigo que solicitava a construção de um novo prédio para a alfândega, visto que as más condições do atual não garantiam a preservação das mercadorias, lemos:

“É impossível que as Autoridades Administrativas estejam persuadidas de um tal estado de aviltamento, e não queiram fazer uma pequena despesa, a que são autorizados pela Lei do orçamento; e que é de rigorosa justiça, não só pela urgente necessidade da obra (que seria bastante para ela ser preferida a

¹⁰⁷ *O Propagador...*nº 82, 4 de dezembro de 1833.

outra qualquer), mas porque os fundos que hão de ser empregados, têm saído das bolsas dos negociantes.”

O texto seguia em um tom bem mais veemente do que o habitual, ao abordar as questões que diziam respeito à administração pública: “Esperamos ver prontas providências, porque as Autoridades devem animar o comércio, como um dos mais seguros meios de promover a grandeza do Império, em vez de o paralisar, pela falta de assistência com os meios, que dependem da Administração, e que ela lhe deve rigorosamente. Se assim não for, o comércio deve tomar medidas mais eficazes.”¹⁰⁸ Não se pense que havia aqui qualquer chamado à ação fora do espaço legal. As medidas às quais se referia o redator eram as representações respeitosa e enviadas ao governo central.

Para o bom funcionamento do comércio, era fundamental um mínimo de credibilidade e estabilidade monetária. O jornal não se descuidava disso, salientando muito a importância deste assunto. Em 15 de maio de 1833 foi publicado um “Artigo de Ofício: Relatório sobre o melhoramento do meio circulante, apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, em sessão extraordinária de 1833.” Este relatório tratava basicamente da necessidade de eliminar as moedas de cobre, muito falsificadas, substituindo-as por cédulas de papel, garantidas pelo padrão da moeda de ouro. Comentário do redator após o artigo oficial:

“Ainda que em quase todos os jornais tem sido transcrita esta peça oficial, julgamos que cometeríamos uma grave omissão, se deixássemos de publicar nesta folha, cujo fim é promover a indústria e a riqueza, um documento de tanta importância, sobre o objeto de que depende a nossa prosperidade, e talvez a nossa futura condição e existência política.”¹⁰⁹

Esta questão do “meio circulante” surgiu no jornal em maio de 1833, e foi repetidamente abordada até o seu número final. Vários artigos tratavam da dificuldade da troca das moedas de cobre, criticando os prazos e o deságio

¹⁰⁸ *O Propagador*...nº 16, 27 de março de 1833.

¹⁰⁹ *O Propagador*...nº 29, 15 de maio de 1833.

imposto nessa troca pelo governo. Era um tema muito próximo daqueles que detinham maior numerário ou que tinham contas a receber, ou seja, principalmente os grandes negociantes.

Cabe uma observação à margem sobre a visão, de certa forma antecipadora, da importância que a política monetária assumiria. Em vários momentos subseqüentes da vida nacional, este tema foi fundamental, corroborando o aparente exagero do final da citação anterior. Aliás, este final deve ser entendido dentro de um contexto de “nação em formação”, onde o passado tão recente ainda pesava e assustava, fazendo com que fossem repetidas as menções sobre a necessidade de fortalecer o Estado. Isto incluía também uma moeda nacional que permitisse ao comércio segurança nas transações. A preocupação dos comerciantes com o tema era secundada pelas autoridades provinciais, como mostra Sérgio da Costa Franco, comentando o relatório do presidente Manoel Antonio Galvão, de 1832. Diz Franco que o presidente

“acentuava que toda a moeda boa desaparecera, processava-se o recolhimento do cobre, e, para agravar a falta de liquidez, o governo devia aos particulares somas muito altas, a um ponto que a deficiência do meio circulante embarçava as próprias transações mercantis. O presidente se referia a ‘uma massa avultada de moeda de cobre, sem utilidade alguma!’. E prognosticava que a falta de numerário corrente talvez reduzisse o comércio à simples permuta de mercadorias.”¹¹⁰

As providências tomadas pelo governo regencial frente à gravidade do problema, entretanto, não foram muito bem aceitas pelos principais interessados. Em 27 de novembro de 1833, era publicada uma representação dos “Negociantes, Capitalistas, e Proprietários desta Villa de São Pedro do Rio Grande do Sul”, redigida por Cabral, em que se solicitavam reformulações no edital que estabelecia as normas para troca da moeda de cobre. A principal reivindicação das 102 pessoas que assinavam o documento, mas cujos nomes não eram citados, era a descentralização dos postos de troca, que pelo edital concentravam-se em Porto Alegre, além da extensão dos prazos. Depois de uma listagem dos prejuízos que a

¹¹⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983, p. 28.

manutenção da determinação do governo traria caso não sofresse modificações, o texto era finalizado em tom respeitoso e confiante:

“[...] persuadidos de que os Legisladores, e o Governo não podem ter em vista um dano tão grande, tão certo, e tão geral das fortunas particulares; e sobretudo seguros da Paternal Solitude de V. M. I. a prol dos povos do Império, esperam que se dignará atender a esta tão justa representação.”¹¹¹

O hibridismo cultural e político que se traduz na linguagem, ao qual já se fez referência, aparece aqui muito nitidamente. Em uma mesma frase há menção a um corpo legislativo, marca da modernidade liberal, e à “paternal solicitude” do imperador, em um acento retórico típico de Antigo Regime. Pode ser apenas uma fórmula protocolar frente à qual nossa estranheza vê-se reforçada pela consideração de que o imperador, no momento, ainda é uma criança. Mas também pode ser mais do que isso. No caso, uma sutil mostra de posição política que reforça a inclinação pelo regime monárquico, porém com garantias institucionais. Estas são explicitadas posteriormente, e novamente em um artigo cujo sentido é o de defesa dos interesses dos comerciantes, publicado em 22 de janeiro de 1834, intitulado “O Banco do Brasil”.

“Um tal estabelecimento, assim acobertado por instituições garantidoras da propriedade, e da indústria, acelera sobremaneira as transações comerciais; oferece aos capitalistas segurança de interesses, e de capitais no estabelecimento de seus fundos, mais do que poderiam encontrar nas mãos dos particulares; multiplica instantaneamente, pela emissão de suas notas realizáveis, a circulação dos fundos; amplia o giro comercial; dá uma nova vida e um desenvolvimento rápido e seguro a todos os ramos da Indústria Nacional; e liga os interesses particulares à ordem pública, e à consolidação das Instituições.”

Mesmo um texto oficial justificando a criação do banco não poderia ser mais otimista. O artigo marcava diferenças com a situação política anterior, traçando comparações com o primeiro Banco do Brasil:

¹¹¹ *O Propagador*...nº 80, 27 de novembro de 1833.

“[o primeiro BB e o atual, em processo de formação] tanto diferem em sua essência, como nas circunstâncias em que foram estabelecidos: o primeiro, gerado debaixo do bafo empestado, e mortífero, do absolutismo, não tinha em sua constituição orgânica, nem nas garantias sociais, o princípio devido de crescimento, e de vigor, para resistir aos golpes, e voracidade do poder arbitrário; mas o Novo Banco vê a luz do dia debaixo de influências mais vivificadoras, e benéficas, de Instituições, que sensivelmente se consolidam, e que, da maneira mais terminante, asseguram a liberdade, e a propriedade, e tornam um semelhante estabelecimento invulnerável à ação do despotismo. As medidas fiscais, e golpes administrativos, não poderão mais ter lugar sob o regime de um Governo, que nem quer, nem pode violar a propriedade, que é responsável de seus atos e que tira o princípio da sua existência, e conservação, só da opinião, e vontade Nacional.”¹¹²

O redator finalizava observando que a criação de uma filial na província teria o efeito de desenvolver a indústria e contribuir para a conservação da ordem pública nessa parte do Império. Era promovida uma permanente vinculação entre ordem e presença do Estado.

Os escritos que tratavam do comércio tinham um caráter mais prático, mas também não se furtavam à pregação teórica, como se vê por esta verdadeira profissão de fé na liberdade (entenda-se, o tipo específico de “liberdade” tal como era entendida pelos liberais brasileiros da época):

“As idéias velhas da administração fiscal devem ceder, dentro dos justos limites, à evidência do princípio da liberdade do Comércio e Indústria, que hoje só desconhecem os que não têm uma só idéia clara da maneira como se criam e difundem as riquezas. Já o temos dito e o repetimos, o movimento do Comércio é, nos corpos políticos, o que nos corpos animais é a circulação do sangue; um e outro são essenciais para a nutrição e vigor, e tudo o que os contraria tende ao definhamento, e à destruição.”¹¹³

¹¹² *O Propagador*...nº 93, 22 de janeiro de 1834.

¹¹³ *O Propagador*...nº 30, 18 de maio de 1833.

O artigo, chamado “Da liberdade do Comércio interno”, tinha por base da peroração teórica uma reivindicação dos donos de Iates, responsáveis pelo comércio interno da província, da eliminação do que eles consideram uma dupla tributação sobre as fazendas importadas. A defesa do livre comércio não era irrestrita, mas ponderada pelo “justo limite”, o que foi reiterado em 22 de junho de 1833, quando, em um artigo intitulado “Da proibição dos produtos importados”, traduzido do *Messenger*, eram expostos os princípios teóricos de liberdade de comércio sustentadas por J. B. Say. O redator comentava:

“A liberdade há de prevalecer, nós partilhamos a convicção de M. Say. Mas um sistema não convém ser substituído de uma vez por outro sistema. Há fatos, e circunstâncias, a que é preciso ter atenção, e prudentes precauções, que se devem tomar. M. Say os indica. Inflexível mesmo sobre o princípio da livre importação, ele se mostra prudente na aplicação, e atento a todos os interesses.”¹¹⁴

A menção à inconveniência da substituição intempestiva de um sistema pelo outro revela o cuidado com que os contemporâneos tinham de se haver frente aos temas fundamentais, em uma época de profundas transformações. O livre cambismo precisava ser matizado, necessitando-se a proteção do governo em muitos aspectos, o que o redator já muito havia frisado em passagens anteriores.

Os exemplos até aqui apresentados, pretenderam proporcionar uma visão geral do periódico, assim como sustentar o argumento da prevalência de um setor específico na Sociedade Promotora. A forma mais objetiva como o jornal tratava dos interesses dos comerciantes era resultado da posição hegemônica desses dentro da entidade. Isto equivale a dizer que era mais ou menos “natural” que assim fosse. Entretanto, assumir esta postura, naquela conjuntura local, implicava fazer opções políticas, ainda que não muito explícitas. As divergências de interesses que estiveram na origem da Revolução Farroupilha já se faziam sentir em 1833. A questão que se coloca, portanto, é: como se posicionava o *Propagador* diante da divisão radical das elites que se anunciava naqueles anos?

¹¹⁴ *O Propagador...*nº 40, 22 de junho de 1833.

Cap. II – Uma província cindida em um Estado em construção

A retórica do *Propagador* mostrava uma clara intenção de distanciamento dos debates que, naquele momento, predominavam nas folhas locais. Apesar desse discurso, pretensamente apolítico, devemos avaliar em que medida essa postura representava uma forma concreta de ação política, sobretudo em uma conjuntura fortemente marcada pelas divisões entre as elites, como a do início da década de 1830. O processo de construção do Estado nacional demandava equacionar a relação entre as províncias e o governo central, o que se constituiu em um dos temas fundamentais das dissensões da época. No Rio Grande do Sul, essa questão incompatibilizou uma importante parcela da elite local com o governo imperial, resultando no longo conflito armado de 1835-1845. A agitação que precedeu a Revolução Farroupilha, contudo, começou já no momento da Abdicação, alcançando o período de publicação do *Propagador*. As estratégias do periódico para lidar com essa delicada situação constituem o tema deste capítulo, considerando principalmente dois elementos centrais, que conferem significativa complexidade às tarefas do redator naquela conjuntura: primeiramente, a própria constituição da Sociedade Promotora, não homogênea em termos políticos e, de outra parte, o campo de possibilidades abertas aos atores sociais, principalmente tendo em vista a proximidade e os contatos com as repúblicas platinas.

Cisma político – divergências trazidas a público

As folhas periódicas da província, nesses anos que antecederam a Revolução Farroupilha, foram veículo dos argumentos dos contendores. *O Propagador da Indústria Rio-grandense* pretendeu ficar à margem do debate, fiel à sua determinação original de excluir os “objetos políticos” da publicação. Evidentemente que essa decisão não passou do plano retórico, uma vez que, em realidade, as implicações políticas do seu discurso acabavam por se tornar patentes. Apesar dessa constatação, forçoso é admitir que o jornal, de fato, não entrava diretamente nas polêmicas do momento. Muitas de suas posições, portanto, são inferidas a partir das omissões, referências indiretas ou teorizações de tom pretensamente abstrato e universal, desvinculadas da realidade local. Em

função disto, para acompanhar a efervescência da conjuntura local, é interessante observar os periódicos provinciais contemporâneos. Três deles serão cotejados com *O Propagador: O Observador* e *O Noticiador*, ambos de Rio Grande, e *O Recopilador Liberal*, de Porto Alegre.

O *Observador*, dirigido e escrito pelo médico formado em Coimbra, Guilherme José Corrêa, era uma continuação do periódico de mesmo nome que o redator já havia lançado na Corte, em 1831.¹¹⁵ Proclamando ser um jornal “político, literário e comercial”, sua epígrafe era: “Celui qui met le trouble dans sa patrie, sans son aveu, n’est pas moins criminel que celui qui l’opprime”, do Barão d’Holbach (*La Politique Naturelle*). Corrêa havia sido articulista do *Noticiador*, mas abandonou a função por divergências com outro dos redatores, o Padre Bernardo José Viegas. Retomando seu antigo jornal, reconstruiu na província uma verdadeira trincheira do liberalismo moderado. Aproximava-se, politicamente, do *Propagador*, diferenciando-se por abordar de forma mais direta os assuntos locais e não recusar as polêmicas, travadas quase sempre com seus antigos colegas do *Noticiador*.

O *Noticiador* foi um dos jornais mais importantes do período, e uma das fontes privilegiadas para acompanhar o desenrolar dos embates políticos, pois era dos que maior espaço destinava às divergências. Anunciando ser um jornal “político, literário e mercantil”, compartilhava com seus congêneres o formato e a periodicidade, afastando-se bastante em termos de conteúdo. A epígrafe era uma frase de Sidney: “La liberté est la mère des vertus, de l’ordre et de la durée d’un état; l’esclavage, au contraire, ne produit que des vices, de la lacheté, et de la misère”. Sua formação, em parte, já reflete as complexidades da época: era impresso e dirigido por Francisco Xavier Ferreira (membro da Sociedade

¹¹⁵ No Rio de Janeiro, Corrêa publicara 30 números do *Observador*, entre 1 de maio de 1831 e fins do mesmo ano. Sua trajetória em Rio Grande inicia – de acordo com a visão contemporânea do periodismo como obra sequencial – pelo número 31, de 13 de agosto de 1832, persistindo, presumivelmente, até março de 1835. Circulava duas vezes por semana, em formato semelhante ao *Propagador*. No prospecto do segundo lançamento, Guilherme José Corrêa afirmava que “assaz havemos manifestado a nossa afincada adesão pelos princípios de ordem e de liberdade legal, para que outra possa ser agora a nossa marcha”, principalmente nos tempos que corriam, “em que sobremaneira se torna desejável que todos prodigalizem os possíveis esforços por atrair os ânimos à moderação e fazer-lhes sentir toda a necessidade e vantagem da mais perfeita união e tranqüilidade, para o progresso do aperfeiçoamento do nosso edifício social”. Informações devidas a BARRETO, A. *Primórdios...* Op. cit., pp. 115-119.

Promotora), também um dos seus redatores, juntamente com Corrêa – o mesmo que depois iria escrever o *Observador* – e o Padre Viegas, um liberal exaltado. Com uma postura inicialmente moderada, o periódico foi gradativamente radicalizando o seu discurso e acabou por ser um dos mais importantes órgãos da propaganda farroupilha, principalmente depois da saída de Corrêa. Com o assassinato do Padre Viegas, em outubro de 1833, a redação do jornal ficou inteiramente a cargo de Xavier Ferreira.¹¹⁶

As controvérsias que agitavam a imprensa provincial tinham, em Porto Alegre, a participação importante de uma combativa folha, esta mais diretamente identificada com o liberalismo exaltado: *O Recopilador Liberal*, órgão que também desempenhou papel fundamental na fase imediatamente anterior à sedição.¹¹⁷ Vindo a público em maio ou junho de 1832, e encerrando em 3 de fevereiro de 1836, tinha como epígrafe, note-se que traduzida para o português, uma frase de Raynal: “A vil ambição do mando presta auxílio à tirania, se deixa escravizar para dominar, entrega os Povos para participar dos seus despojos e renuncia à honra para obter dignidade e títulos”.

Estes quatro jornais, colocados em trincheiras opostas – grosso modo, dois moderados e dois exaltados – permitem a observação da face pública do debate político e do delineamento das divisões que se configuravam.

Em 31 de janeiro de 1832, o *Noticiador* publicou uma carta na qual, sob a assinatura de “Sulista”, um leitor do jornal tecia comentários sobre a situação

¹¹⁶ *O Noticiador* foi publicado de 3 de janeiro de 1832 até 9 de fevereiro de 1836, impresso na tipografia de Francisco Xavier Ferreira. A profissão de fé na liberdade era sublinhada no prospecto, em um tom bastante moderado: “Lembrados de que a árvore da liberdade jamais poderá medrar no meio dos furacões da anarquia, e receosos sobretudo de que as doutrinas do partido desorganizador se propaguem a esta bela e importante porção do nosso Império, porventura a menos empestada pelo veneno da discórdia e das rivalidades, concebemos o louvável projeto de opor barreira a quaisquer escritos incendiários, dirigidos a inverter as bases do nosso sistema social.” Este projeto se viu um tanto alterado posteriormente, pois o *Noticiador* acabou por se transformar em um defensor dos princípios farroupilhas, sendo o próprio Xavier Ferreira preso e enviado para o Rio de Janeiro, onde morreu em 1838, na fortaleza de Villegaignon. BARRETO, A. *Primórdios...* Op. cit., pp. 109-115.

¹¹⁷ *O Recopilador Liberal* era redigido por Manuel Ruedas, uruguaio ligado à Lavalleja, Tito Lívio Zambeccari, emigrado bolonhês tido como um dos teóricos da Revolução Farroupilha, e José de Paiva Magalhães Calvet, advogado e político porto-alegrense preso em 1836 como um dos líderes da sedição. O periódico destacou-se desde o início por uma postura liberal exaltada, dando combate aos presidentes da província, todos sempre muito criticados. BARRETO, A. *Primórdios...* Op. cit., pp. 40-44.

política da província. A correspondência é significativa para a percepção de algumas questões colocadas aos contemporâneos. Dizia o missivista, a respeito das divisões internas cuja responsabilidade era atribuída aos “facciosos”:

“Esse cisma político não se casa com a dignidade dos Rio-Grandenses, nem com os sentimentos da maioria, e a melhor de sua população. Mas porque todas essas razões sejam bem sentidas pelos descontentes, eles vão descobrir outras no círculo de possibilidades, e escolhem para catequese de quem os não quer ouvir a independência absoluta desta Província das outras do Império, a Liga dela com o Estado Oriental, esperanças de proteção em Fructuoso Rivera, e outras, que tais sandices, que mais servem de vergonha a seus autores, que de capa a seus talentos, e habilidade.”¹¹⁸

A carta fazia uso de uma expressão, diga-se, de grande atualidade – círculo de possibilidades –¹¹⁹, vinculada aos projetos políticos aventados, e revelava uma gama de opções que, independentemente da viabilidade de sua concretização, eram usadas como armas na arena dos debates públicos. Na referência aos contatos com líderes da região do Prata, essas alternativas eram, pelo “Sulista”, desqualificadas como “sandices”. Contudo, talvez fossem algo mais do que isso. Cesar Guazzelli demonstra, em sua tese de doutorado, que os horizontes da província, naqueles anos, poderiam ser mais amplos do que as frágeis fronteiras políticas, absolutamente indefinidas. As relações entre os líderes militares das áreas limítrofes entre Brasil e Uruguai vinham desde a ocupação da Cisplatina. Além destas “amizades ou camaradagens castrenses”, o autor destaca também a ocupação de grande parte do território vizinho por rio-grandenses.¹²⁰ Era precisamente esta combinação de relações pessoais e expansão das atividades

¹¹⁸ *O Noticiador* nº 8, 31 de janeiro de 1832.

¹¹⁹ Estudando as sociedades complexas, industriais, portanto bastante diferenciadas da realidade oitocentista, Gilberto Velho, por exemplo, afirma que “Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, auxilia-nos a noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de *projetos*. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades”. VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 40.

¹²⁰ GUAZZELLI, C.A.B. *O horizonte...* Op. cit., p. 399.

econômicas que conferia concretude aos projetos políticos então colocados em pauta, tornando-os, aos olhos do Império, mais do que mera ameaça.¹²¹

A publicação dessa carta demonstra a diferença de postura dos jornais frente à realidade local. Enquanto que o *Noticiador* não fugia ao debate, dando espaço para manifestações como essa, e fomentando uma discussão que duraria anos, o *Propagador* optava por evitar a abordagem direta, mas sem deixar de refletir obliquamente os conflitos. A crítica aos valores guerreiros, por exemplo, aparecia em vários textos, o que talvez possa ser visto como referência velada a uma característica marcante dos militares fazendeiros das zonas fronteiriças. Em 13 de novembro de 1833, o *Propagador* reproduziu parte de um texto de Auguste de Saint-Hilaire no qual o viajante francês relatava as suas andanças pelas províncias do Brasil e tecia comentários elogiando o espírito combativo dos rio-grandenses. O comentário do redator é cautelosamente crítico:

“Fazemos votos por que este valor e aptidão guerreira dos Rio-Grandenses não tenha de se ostentar no furor das conquistas, e seja antes convertido para as grandes empresas da indústria e dos melhoramentos sociais; desejamos antes, que seu gênio, e seus chefes os conduzam para a felicidade, e para a grandeza, pelos meios pacíficos da produção. As conquistas devastam as regiões conquistadas, e empobrecem, e desmoralizam, os povos conquistadores; só a agricultura, o comércio, e as artes, protegidas pela paz, pelas instituições, pela ilustração, e pela moral, são as verdadeiras e perenes origens da prosperidade e da grandeza.”¹²²

Essa ponderação sobre a “aptidão guerreira” mais tarde seria retomada através de uma peroração teórica. Em 5 de fevereiro de 1834, com continuação na edição seguinte, saiu um longo artigo na seção “Moral aplicada à Política”, denominado “A guerra e a profissão das armas”. Este texto é importante porque

¹²¹ Os “olhos do império”, no caso, podem ser os presidentes da província. Daí, por exemplo, os sucessivos conflitos envolvendo Bento Gonçalves da Silva, acusado, com maior ou menor veemência, por todos os presidentes de agir contra os interesses do Brasil. Emblemático daqueles tempos politicamente instáveis foi o seu envio à Corte, em fins de 1833, para explicar-se ao governo central sobre suas atividades na fronteira. Conseguindo apoio político no Rio de Janeiro, voltou com seu cargo de Comandante da fronteira do Jaguarão confirmado e ainda indicou o próximo presidente, com quem também se indisporia, desta vez mais radicalmente. Veja-se, sobre este episódio, GUAZZELLI, C.A.B. *O horizonte...* Op. cit., pp. 188-189.

¹²² *O Propagador...*nº 78, 13 de novembro de 1833.

condenava veementemente os valores guerreiros, reforçando a idéia colocada anteriormente de que o momento era de reforço das instituições, sob a égide do trabalho e da ilustração.¹²³ Aqui, o *Propagador* usava novamente de uma estratégia que marcou toda a sua trajetória, ou seja, a de abordar os temas políticos indiretamente, sob o manto da abstração. Assim aconteceu em uma série de artigos denominados “Da impunidade”, onde o redator mostrava seus conhecimentos jurídicos e princípios políticos, e que pode ser lida como tomada de posição e sutil referência às disputas locais. Nesses escritos há uma longa análise que destacava a impropriedade das leis no Brasil, lembrando também que muitos membros do sistema judiciário permaneceram, após a virada política da Abdicação, conservando-se também os “vícios”. No mesmo artigo, falando sobre rebeliões, lemos:

“Sirva de exemplo a disposição do artigo 110, em que se faz depender a existência ou qualificação do crime de rebelião da concorrência de uma, ou mais povoações, que compreendam mais de vinte mil almas, tornando assim ilusórias as penas impostas a este crime, o mais diretamente atentatório contra a existência social; pois que é difícil, ou quase impossível semelhante reunião, a não ser nas grandes cidades ou quando a revolta se tem já muito estendido, e de modo, que já também não é possível castigar os delinquentes. É forçoso dizer-se, que nesta disposição, assim como em outras muitas, não houve atenção ao estado do País para que se legislava; e se fez mesmo abstração dos princípios da Ciência, que mandam qualificar os crimes segundo a importância dos males que deles resultam à Sociedade, e à natureza da convenção ou Lei violada, que neste caso é a Lei das Leis, a necessidade da existência social; o mais grave dos crimes, por ser o mais direto, e mais eficaz contra a Associação, pedia a mais grave das penas, ou ao menos que as decretadas não fossem ilusórias por uma qualificação do delito, que as torna inexecutáveis.”¹²⁴

A rebelião era o mais grave dos crimes, por atentar diretamente contra a organização social, exigindo punição aos “delinquentes”. Configurava-se um discurso típico de manutenção de uma situação política estabelecida, ainda que

¹²³ *O Propagador*...nº 97 e 98, 5 e 8 de fevereiro de 1834.

¹²⁴ *O Propagador*...nº 42, 3 de julho de 1833.

precariedade. É de se notar, também, o reconhecimento de que, a partir de um determinado ponto – atingido o número de “vinte mil almas”, por exemplo – estaria conformada uma tal situação de sublevação social que tornaria inútil qualquer ação repressiva. Cumpria levar a cabo a alteração da legislação, portanto, para que o governo pudesse agir antes. O assunto “impunidade” teve continuidade na edição seguinte, quando era diagnosticado que uma das suas causas localizava-se no “espírito de partido”, esta verdadeira “epidemia moral”, que subvertia as virtudes e deformava o “julgamento sereno”.¹²⁵ Sob essa ótica, muito pouco espaço restava para o contraditório, estando a possibilidade de realização de um “julgamento sereno” condicionada à aceitação de uma série de elementos previamente estabelecidos, os quais de antemão esvaziavam a contundência da crítica.

Foi observada, por João Paulo Garrido Pimenta, uma diferença significativa entre o periodismo do Rio de Janeiro e o de Buenos Aires à época da Guerra da Cisplatina. Enquanto os jornais portenhos explicitavam as divergências, citando os periódicos imperiais e rebatendo-os, as folhas da Corte “preferiam antes omitir do que debater”. O autor refere, com acerto, que mesmo revestido de um caráter “menos polemizador” do que o jornalismo de Buenos Aires, a imprensa oficiosa do Império não deixava de ser um importante mecanismo formador de opinião.¹²⁶ Mas penso que se pode avançar, considerando essa postura como uma tática política bastante objetiva, particularmente efetiva quando se pretende a defesa do situacionismo frente aos grupos contestatórios. Não reconhecer os conflitos na então Província Cisplatina era semelhante a procurar obscurecer as tensões oriundas do questionamento da organização imperial, assunto permanentemente em pauta nesses dias em que era publicado o *Propagador*. Esse foi um recurso largamente utilizado pelo redator em toda a trajetória do periódico. É notável como Cabral insistia em negar ou diminuir a intensidade dos conflitos internos, destacando as diferenças entre essa e as demais províncias do Império. Em um artigo, com uma passagem já citada anteriormente (vide página 44), onde se elogiava a criação de uma empresa para a abertura da

¹²⁵ *O Propagador*...nº 43, 6 de julho de 1833.

¹²⁶ PIMENTA, J. P. G. *Estado e Nação*...Op. cit., p. 218.

barra do rio São Gonçalo, essencial para dinamizar a exportação do charque, essas disparidades eram exageradas ao extremo:

“É extremamente louvável, e dará ao Brasil exemplo bem raro e importante, esta rivalidade de indústria, e de civilização, que se tem manifestado entre as populações desta parte do Império [refere-se a uma disputa de prestígio e influência entre Rio Grande e S. Francisco de Paula, atual Pelotas]. Enquanto outras províncias rivalizam em rusgas, e em intrigas, nesta disputam-se a glória, e as vantagens da abertura de canais, dos desentupimentos de barras, das casas de Caridade, e associações de Beneficência, de teatros, e outros estabelecimentos de pública e imediata utilidade. Estas são as rivalidades, que devem existir entre povoações do mesmo Estado, porque elas em vez de prejudicarem, reciprocamente concorrem para os progressos, e geral desenvolvimento das riquezas: elas criam novas artérias para a circulação do sangue social.”¹²⁷

O objeto específico de que tratava o artigo referia-se a um empreendimento que contava com ingresso de capitais de grande número dos comerciantes e charqueadores de São Francisco de Paula.¹²⁸ De fato, a obra era importante para a economia local e mesmo provincial. Dando o devido destaque a isso, era estabelecida novamente a ligação entre interesses, em grande medida específicos dos comerciantes, e prosperidade geral, pois o texto finalizava afirmando que deveriam ser louvados “tão ilustrados, e patriotas cidadãos destas duas importantes Povoações, que assim sabem combinar os seus particulares, e bem entendidos interesses, com o bem geral da Província, e do Império”.¹²⁹ Também é de se observar que a referência à rivalidade salutar incluía duas localidades cujas elites, majoritariamente, iriam alinhar-se aos imperiais, no momento da radicalização do movimento farrapo. Já existia aqui uma espécie de

¹²⁷ *O Propagador...*nº 12, 13 de março de 1833.

¹²⁸ A empresa para a abertura da barra do rio São Gonçalo era uma sociedade por ações, contando no momento da sua formação com 29 sócios, entre os maiores comerciantes e charqueadores da região situada às margens do rio, e que dele se utilizavam para transporte. O capital inicial somava 40:000\$000 (quarenta contos de réis). Dois acionistas eram membros da Sociedade Promotora: João Jacintho de Mendonça e João Alves Pereira. *O Propagador...*nº 12, 13 de março de 1833.

¹²⁹ *O Propagador...*nº 12, 13 de março de 1833.

demarcação regional que situava os defensores da “indústria” e da “civilização”. Por outro lado, o tom pedagógico, utilizado para frisar o tipo de disputa aceitável “entre povoações do mesmo Estado”, seria indicativo de uma referência velada às rivalidades já existentes na província? Sem querer avançar em demasia, “lendo” muito além do texto do periódico, é necessário salientar que, dificilmente, ao redator, seria possível manter-se indiferente, e tampouco pretextar desconhecimento das disputas então em curso. Estas apareciam diariamente na imprensa, determinando uma diferença mesmo entre os dois partidários da moderação. O que distinguia o *Propagador* do *Observador*, apesar da similaridade de propostas, era que o segundo se propunha a um combate mais local, explícito, com relação às disputas políticas em questão. A diferença na abordagem dos conflitos de fronteira, por exemplo, é visível. A posição do *Observador* era clara:

“[...] se têm aumentado [a discórdia e a desconfiança], é em conseqüência das últimas ocorrências do Estado Oriental, da decidida proteção que se tem aqui dado ao infame partido de Lavalleja, da existência das sociedades secretas, e de outros sintomas desta natureza, que têm feito acreditar nesta Província a existência de uma conspiração contra o atual governo”.¹³⁰

A acusação era direta, ainda que não citasse o nome de Bento Gonçalves da Silva, amigo e apoiador do líder uruguaio na sua tentativa de derrubar o governo de Fructuoso Rivera. A proximidade entre esses líderes militares de ambos países não era recente, remontando ao período da Guerra da Cisplatina.¹³¹ Nesse momento, os vínculos que se estabeleciam eram indicadores de interesses insatisfeitos em relação à política imperial. Agindo com independência em relação às orientações da Corte, concertando alianças circunstanciais com seus similares orientais, os militares fazendeiros das áreas de fronteira ampliavam o campo de possibilidades. Parecia também existir uma percepção muito clara disto por parte daqueles interessados na manutenção da unidade, explícita na citada manifestação

¹³⁰ *O Observador* nº 79, 2 de fevereiro de 1833.

¹³¹ GUAZZELLI, C.A.B. *O horizonte...* Op. cit., p. 147.

do *Observador*. Um dos seus alvos, certamente, era o grupo ligado ao *Recopilador Liberal*, de Manuel Ruedas, este acusado publicamente de ser um agente a serviço de Lavalleja em Porto Alegre.¹³²

Coincidência ou não, alguns dias depois da acusação de conspiração feita no *Observador*, aparecia no *Recopilador Liberal* algo que pode ser lido como uma espécie de resposta à defesa do governo feita por Corrêa. Reveladora das posições políticas dos grupos em contenda, o texto continha uma crítica que podia muito bem aplicar-se também ao *Propagador*, pois que, sem dúvida, era direcionada aos grupos cujo discurso moderado estes jornais difundiam. A formulação era interessante:

“Por uma daquelas antífrases muito próprias do espírito de partido, deram em chamar-se moderados homens, que não são outra coisa mais, do que entusiastas exaltadíssimos, ou fanáticos políticos da atual Administração”.¹³³

O discurso revela um combate político que se utilizava dos termos que qualificavam os grupos em luta. Os exaltados invertiam o sentido do seu epíteto, e agregavam a pecha de “fanáticos”, que sempre lhes fora imputada, aos auto-denominados moderados. Como observa Morel, “em geral, a palavra *Exaltado* era usada mais como acusação de adversários do que como identidade assumida”.¹³⁴ Estes termos, tanto como assunção de identidade, quanto como retórica de ataque aos oponentes, não aparecem no *Propagador*. Assim, quando a postura do jornal é aqui caracterizada como defensora da moderação, trata-se de algo mais do que um

¹³² As atividades de Manuel Ruedas sempre estiveram cercadas pela polêmica, tendo sido muito combatido por representantes dos interesses imperiais. Escreveu, além do *Recopilador Liberal*, no *Idade de Pau* e no *Republicano*, todos órgãos de imprensa ligados aos farroupilhas. Teve atritos com os sucessivos presidentes da província, o que culminou, parece, com a sua expulsão do Império em 1834, acusado de imiscuir-se em assuntos políticos brasileiros. Republicano convicto, sua ligação com Lavalleja e Oribe vinha desde a Guerra da Cisplatina, em 1825, na qual fora alferes das tropas oribistas. Esta ligação nunca foi desfeita, pois ao retornar ao país de origem, Ruedas se reintegrou às forças de Manuel Oribe, cooperando com Rosas na chamada Guerra Grande. Aspectos da sua biografia realmente permitem considerá-lo um importante “agente” do republicanismo na província, justificando o combate que lhe davam os defensores da integridade do Império. Estas e outras informações sobre Ruedas devem-se a BARRETO, A. *Primórdios...* Op. cit., pp. 40-43.

¹³³ *O Recopilador Liberal* nº 68, 27 de fevereiro de 1833.

¹³⁴ MOREL, M. *As transformações...* Op. cit., p. 114.

rótulo político, coisa que, aliás, o jornal nunca utilizou. Baseia-se na observação da recorrência com que o periódico buscava distanciar-se dos extremos políticos, identificando-se com o governo regencial que, naquele momento, empenhava-se em refrear os “excessos” ainda resultantes da “revolução” da Abdicação.

Adotar uma posição de defesa do que era visto como equilíbrio, parecia implicar o esvaziamento das discussões sobre temas importantes na conjuntura local. É o que sugere a obstinada postura de José Marcellino da Rocha Cabral de ignorar os problemas fronteiriços. Um dos poucos momentos em que o jornal abordaria assuntos referentes ao Prata seria através da reprodução de um artigo do *Universal*, de Montevideu, no qual se discutia a questão da proteção devida ao Uruguai pelos dois Estados limítrofes, Brasil e Argentina. O periódico uruguaio criticava a antecipação do governo de Buenos Aires ao nomear um ministro plenipotenciário para ajustar e concluir o tratado definitivo de paz com o Brasil. No mesmo número, aparecia um texto do “*Luzeiro*” (*El Lucero*), de Buenos Aires, rebatendo as críticas do *Universal* e justificando os motivos argentinos.¹³⁵ O *Propagador* limitava-se a reproduzir os textos, não tecendo nenhum comentário. Ora, a simples reprodução desses textos – ambos traduzidos – indica a plena consciência de uma situação potencialmente conflitiva. Por outro lado, é curiosa a abstenção de qualquer apreciação ou juízo por parte do redator, que nos demais temas jamais deixava de emitir sua opinião. Uma conjectura possível é a de que era necessário ostentar, pelo menos nesse momento, uma certa neutralidade que não feria a composição da Sociedade, sem no entanto deixar de noticiar fatos que interessavam àqueles cujos negócios ultrapassavam os limites do Império.

Um outro exemplo dessa forma aparentemente descomprometida de tratar dos assuntos de fronteira apareceu no número 60, de 4 de setembro de 1833, quando o jornal transcreveu a Lei dos Direitos de Importação e Exportação, instituída na “República Oriental”. Esta lei era de especial interesse para a província, pois tratava dos impostos que incidiam sobre produtos locais (erva mate, por exemplo, taxada em 20%), e principalmente porque liberava o charque uruguaio de impostos na exportação. A transcrição, novamente, foi feita sem merecer um único comentário do redator. Nesse caso, o silêncio era mais do que

¹³⁵ *O Propagador*...nº 52, 7 de agosto de 1833.

neutralidade, configurando uma tomada de posição que demonstrava estarem os interesses locais, especialmente dos fazendeiros e charqueadores, situados em um patamar que aparentemente não merecia a defesa do periódico, mais preocupado com a configuração e integração do Estado imperial brasileiro, seu horizonte de referência mais freqüente e efetivo. Essa postura de olhar sempre para além da província é o grande diferencial entre o *Propagador* e os demais jornais do período, mesmo aqueles que politicamente podem ser situados no mesmo campo, como o *Observador*. Tanto este como, evidentemente, os militantes da causa dos farroupilhas, defendem com muito mais vigor as demandas locais. O *Noticiador*, por exemplo, de tão destacada atuação posterior, já em 20 de janeiro de 1832, afirmava categoricamente que a província é “uma das que tem sido menos favorecidas do Governo, e em que os abusos são mais numerosos.”¹³⁶

A intensa agitação que o *Propagador* procurava ignorar, diferenciando-se dos seus congêneres, estava ligada à ampliação do espaço de sociabilidade, no qual a atividade das associações, de múltiplos objetivos e inspirações, desempenharam papel fundamental. No contexto do Brasil pós-Abdicação, essas diversas formas de reunião de pessoas cumpriram funções que mais tarde passaram à esfera dos partidos.¹³⁷ Vejamos como esse processo se desenrolou no ambiente onde viviam os sujeitos que acompanhamos.

Doutrinas pestíferas – o papel das Sociedades

O ambiente de acusações recíprocas que se vivia na época tinha um componente importante, determinado pela formação das várias Sociedades, secretas ou não, que se multiplicavam no período.

É razoavelmente consensual na historiografia rio-grandense que a agitação farroupilha esteve ligada, em grande medida, às atividades dos grupos maçônicos. De fato, houve nesse período um incremento na formação de sucursais provinciais

¹³⁶ *O Noticiador* n° 5, 20 de janeiro de 1832.

¹³⁷ WERNET, A. *Sociedades políticas...* Op. cit., p. 10.

das lojas da Corte.¹³⁸ Essa vinculação também era destacada pelos contemporâneos. Quando noticiou a formação da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, o *Observador* aproveitou para polemizar com as sociedades maçônicas:

“Acha-se criada nesta Villa mais outra sociedade; pela sua denominação, que é a de = Sociedade Promotora da Indústria do Rio Grande do Sul =, se pode fazer idéia do fim, a que se propõe: promete um jornal duas vezes por semana, que há de principiar no dia 30 do corrente; e é uma Sociedade Patriótica, que pode trazer à Villa e à Província algumas vantagens, se for bem dirigida. Não podiam os leitores ter mais excelente ocasião de observar de perto o contraste singular, que existe entre uma sociedade realmente beneficente, e virtuosa, e um desses conventículos tenebrosos, onde só reinam a malícia, e a hipocrisia, do que comparando a nova Sociedade com a chamada maçônica do Rio Grande; fazendo esta comparação, acharão todas estas diferenças: aquela publica imediatamente pela imprensa os nomes dos seus sócios, para que todos lhes tribuem os devidos louvores, pelos serviços que procuram prestar, e esta faz todos os esforços por arredar das vistas do Público os nomes dos seus nigromantes.[...] Oxalá pois que aquelas se multipliquem indefinidamente, e que estas nunca possam derramar fora de seus hediondos recintos as suas doutrinas pestíferas, e incendiárias.”¹³⁹

O curioso é que alguns “nigromantes” difusores das “doutrinas pestíferas” eram os mesmos que compunham a “beneficente” e “virtuosa” associação. Além disso, o *Propagador* era impresso na tipografia de Francisco Xavier Ferreira, membro da Sociedade Promotora e fundador da aludida loja maçônica. Esta

¹³⁸ Um importante trabalho sobre a história da maçonaria rio-grandense no século XIX foi desenvolvido por Eliane Colussi. A sua avaliação sobre a efetiva participação dos maçons nos conflitos políticos é embasada em farta documentação, além de propor uma útil discussão historiográfica sobre o tema. Compartilho com a autora da opinião de que é um tanto superestimada a “influência” da irmandade na Revolução Farroupilha, em função da própria precariedade de sua organização nos anos que antecederam ao movimento: “[...] de fato, a posição maçônica durante a fase farroupilha não foi unânime; ao contrário, apesar da tendência perceptível de uma adesão maior à causa farroupilha, os documentos existentes a respeito são insuficientes e inconclusivos. Ademais, a condição incipiente da maçonaria no Rio Grande do Sul naquele contexto impedia uma atuação verdadeiramente decisiva, principalmente no que se referia à condução da revolução.” p. 200. COLUSSI, Eliane Lúcia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3ª Ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

¹³⁹ *O Observador* n° 75, 19 de janeiro de 1833.

contradição era “explicada” na resposta a uma correspondência publicada no *Noticiador* número 108, na qual o missivista, rebatendo a acusação contida na comparação feita por Corrêa, afirmava que, dos sócios da Sociedade Promotora, dez eram membros da maçonaria. Dizia o redator do *Observador*, sobre essa carta, que a hipocrisia era uma característica dos maçons, e que só “um ou dois” pertenciam aos sócios instituidores, os demais haviam aderido depois. Além disso, continuava, “eles podiam entrar por qualquer outro princípio, com o cheiro no Artigo 3º dos Estatutos da mesma Sociedade”.¹⁴⁰ Com efeito, após a formação da Sociedade foram admitidos outros sócios, notadamente os fazendeiros e militares da zona fronteira.¹⁴¹ Entre estes, despontam os nomes que tomarão parte ativa nos conflitos posteriores, mas de ambos os lados.

A referência à hipocrisia dos maçons equivale a imputar-lhes uma intenção escusa de obter respeitabilidade e legitimidade, através da entrada na Sociedade Promotora. Por motivos diferentes do redator do *Observador*, creio que esta é uma hipótese factível. Não pela obtenção de uma espécie de capa que esconderia atividades espúrias, mas pelo inegável sinal de status que representava pertencer a essas sociedades dos “ilustrados” e bem postos. Era importante, para os membros da elite, ou para aqueles que a ela desejavam pertencer, participar dessas instâncias de sociabilidade, sinal visível e legitimador de posição na sociedade. Analisando a atuação das maçonarias no âmbito da Corte, Marco Morel observa, com acuidade, os fundamentos profundos a reforçarem o ideal de coesão de seus

¹⁴⁰ *O Observador* n° 77, 26 de janeiro de 1833. A referência ao artigo 3º dos Estatutos da Sociedade Promotora é uma acusação velada de que certas pessoas poderiam mover-se apenas no intuito de obtenção de lucros, pois o mencionado artigo é o que trata das aplicações das ações da Sociedade, conforme se depreende de um anúncio publicado no número 13 do *Propagador*, de 16 de março de 1833: “Havendo o Conselho da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense deliberado que se arrecadassem dos respectivos Sócios as suas ações, a fim de serem convenientemente aplicadas na forma do artigo 3º do Ato Social; o procurador da mesma Sociedade convida a todos os sócios a entrarem com as competentes ações, em casa do Conselheiro Tesoureiro o Sr. Antonio José Affonso Guimarães”.

¹⁴¹ No primeiro número do *Propagador*, em 30 de janeiro de 1833, anunciava-se a composição da diretoria da Associação, sendo o Conselho Administrativo composto por João Francisco Vieira Braga (presidente), Pedro Rodrigues Fernandes Chaves (vice-presidente), José Maria de Sá, Vicente Manoel d’Espíndola, José Joaquim da Cunha, Antonio José Affonso Guimarães e João da Costa Gularte. Esta configuração inicial mostra um núcleo predominantemente comerciante. A ampliação do quadro associativo foi incorporando novos setores, como se vê pelo anúncio da filiação de Bento Gonçalves da Silva, Sebastião Barreto Pereira Pinto, Francisco das Chagas Santos e Domingos Rodrigues Ribas, fazendeiros e líderes militares destacados, ocorrido em 6 de abril de 1833 (*O Propagador*... n° 19).

membros: “um sentimento de pertencimento a uma elite, não mais a aristocrática, mas fundada sobre a noção de iniciação às *Luzes* que, vindas de tempos antigos e míticos, vão criar uma sociedade nova, baseada na Razão e na Perfeição”.¹⁴² Mas os caminhos para atingir a “perfeição” são vários, fazendo com que também sejam múltiplas as concepções políticas dos seus afiliados. Esta constatação, contudo, não deve obliterar a visão das organizações maçônicas enquanto esferas importantes para o estabelecimento de contatos e relações políticas de diversos níveis, e também de mútuo reconhecimento social. Assim, para Morel,

“As maçonarias se definiam mais por determinada concepção de organização (demarcada por vocabulários, rituais e símbolos) do que por uma ideologia definida e eram, também, uma forma de sociabilidade existente naquela sociedade e naquele tempo, interligando-se com outros tipos de associação e com diferentes redes de poder, sendo parte integrante delas.”¹⁴³

O que o autor observa referindo-se à Corte também pode ser relacionado à realidade provincial. O pertencimento às sociedades secretas tem um caráter semelhante, uma vez que a participação, nesses anos de 1832, 1833 e 1834, nas atividades da Maçonaria, não significava nenhum tipo de identidade política. A amplidão do espectro político, dentro da instituição, no Rio Grande do Sul, é destacada por um dos seus estudiosos, Morivalde Calvet Fagundes, que afirma:

“Não tenho dúvida de que os republicanos constituíam uma minoria ativa e incendiária, intelectualizada e preparada para a luta. Mas, não passava, mesmo dentro da Maçonaria, de uma minoria, que para impor as suas convicções, teria de submeter à sua vontade a maioria monarquista constitucional.”¹⁴⁴

Discutir o republicanismo imputado pelo autor à minoria “incendiária”, argumentação na qual ele segue uma retórica da época, está fora do escopo deste

¹⁴² MOREL, M. *As transformações...* Op. cit., p. 247. O autor prefere indicar as maçonarias – no plural – evidenciando seu caráter multifacetado.

¹⁴³ Ibid., pp. 255-256.

¹⁴⁴ FAGUNDES, Morivalde Calvet. *A Maçonaria e as forças secretas da revolução*. Rio de Janeiro: Aurora, s/d, p. 219.

trabalho. Importa destacar a diversidade de posições e, portanto, a absoluta impropriedade de se relacionar pertencimento às lojas maçônicas com identidade política, o que também é enfatizado na citada obra de Eliane Colussi. Um reforço do argumento dos dois autores é trazido pela percepção de que eram maçons, tanto alguns proeminentes farrapos como Bento Gonçalves da Silva e Francisco Xavier Ferreira, quanto alguns líderes das tropas imperiais, como Sebastião Barreto Pereira Pinto, para ficar apenas com exemplos de membros da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense.

A dificuldade de estabelecer qualquer relação política com base no pertencimento às sociedades secretas também pode ser estendida à observação das outras associações locais. Em uma conjuntura instável como a daqueles anos, projetos políticos se configuravam e se modificavam com grande rapidez, fazendo com que a trajetória dos sujeitos também refletisse essa diversidade. O caso de Francisco Xavier Ferreira, nesse sentido, parece emblemático. Este homem, atuante desde a época da Independência, morreu em 1838, nas prisões da Corte, devido a sua participação no movimento farrapo. Antes do desfecho trágico, porém, defendera posições conciliadoras. Em 1832 fundou e presidiu a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, em Rio Grande.¹⁴⁵ Essa sociedade funcionava, no Brasil pós-Abdicação, como uma espécie de “partido” moderado, atuando sob a liderança de Evaristo Ferreira da Veiga.¹⁴⁶ Xavier Ferreira, que nesse momento tinha seu nome associado a esse grande baluarte da moderação, foi radicalizando suas posições em direção a uma identificação com as propostas dos liberais exaltados, conforme mostra o seu *Noticiador*.

¹⁴⁵ *O Noticiador* nº 33, de 27 de março de 1832, cita como conselheiros da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, em Rio Grande, além de Xavier Ferreira, a Anacleto José de Medeiros, João da Costa Gularte e Vicente Manoel d’Espíndola. Na mesma edição são citados como conselheiros em São Francisco de Paula (Pelotas) a Matheus Gomes Vianna, Domingos Rodrigues Ribas e João Alves Pereira. Todas estas pessoas, ao final desse mesmo ano, vão compor a Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense.

¹⁴⁶ Fundada em 1831, no momento mesmo da Abdicação, essa associação disseminou-se, a partir do centro do Império, pelas províncias, através de sucursais. Instrumentalizadas pelos liberais moderados, eram instâncias de apoio político que se organizavam fora do âmbito do parlamento. A atuação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional como “partido” foi amplamente destacada pela historiografia, tendo salientada a sua importância nos anos iniciais da Regência. Um sintético balanço historiográfico, além de informações básicas muito bem documentadas sobre a ação da Sociedade Defensora, especialmente em São Paulo, encontra-se em WERNET, A. *Sociedades políticas (1831-1832)* Op. cit.

O pertencimento às associações, de qualquer natureza, não deve ser visto, portanto, como indicativo antecipado de filiação às posições políticas que somente mais tarde, em 1835, se definiram mais claramente. Por um lado, devido ao fato de que o combate aos restauradores, que nesses anos imediatamente posteriores à Abdicação ainda era muito forte, visto tratar-se de uma ameaça concreta, tendia a unir moderados e exaltados. De outra parte, porque os vínculos associativos eram suscetíveis de rápidas mudanças, determinadas por uma conjuntura um tanto fluida. Entretanto, havia outras circunstâncias que devem ser consideradas, pois, ao se entrelaçarem com as opções políticas, tinham um peso fundamental. Era o momento em que os interesses econômicos se colocavam em pauta.

Proprietários, capitalistas, comerciantes – Disputas econômicas

Parece evidente que, pelo menos nesse momento, não havia ainda uma demarcação política clara a ponto de permitir delinear as divisões entre a elite que se aprofundariam mais tarde. A própria conformação da Sociedade Promotora mostrava isto, reunindo em 1833 pessoas que dois anos mais tarde se enfrentariam em uma luta dura e prolongada, quando da eclosão do movimento farrapo. A despeito da heterogeneidade do seu quadro de sócios, o que o seu órgão de comunicação permite avaliar é que, com relação às divergências especificamente econômicas, o discurso preponderante era direcionado fortemente em favor dos interesses dos comerciantes.

Quem melhor estudou as disputas econômicas que permearam a sedição farroupilha foi Spencer Leitman. Para o autor, a guerra foi

“a expressão de tensão máxima entre dois setores econômicos interdependentes: as elites da zona da Laguna, isto é, o setor industrial, administrativo da província, e as elites da fronteira, composta dos coronéis da pecuária, na parte meridional da província.”¹⁴⁷

¹⁴⁷ LEITMAN, S. *Raízes...* Op. cit., p. 10.

Evidentemente que esta é uma simplificação esquemática que comporta várias exceções, embora corresponda a uma oposição efetivamente perceptível.¹⁴⁸ Esta diferenciação era reforçada pela ação do governo central, que

“procurava destruir os grupos da fronteira que estavam competindo com as elites regionais para o controle da província. No Rio Grande do Sul isto significava o enfraquecimento da posição dos estancieiros da fronteira, passando o poder econômico e supervisorio à administração dos industriais da região da Laguna”.¹⁴⁹

Se os interesses conflitantes aparecem bem demarcados, talvez tenha faltado a Leitman uma referência mais concreta às atividades comerciais, principalmente externas, dessa elite. Esta consideração permite ampliar o seu âmbito de atuação, que não se restringia à região da “Laguna”, ou seja, ao entorno das áreas de confluência entre as lagoas dos Patos e Mirim, principal zona de produção do charque. O poder econômico estava, certamente, vinculado a este espaço produtivo, mas abarcava também o litoral, para onde se voltavam os olhos dos grandes comerciantes de importação e exportação.

A análise do *Propagador* indica que a defesa do segmento comercial já apontava para uma posição definida em relação ao conflito, pelo menos no que concerne à avaliação em termos econômicos. Nesse sentido, é sintomático que, não raro, a retórica de modernização dos textos do periódico viesse acompanhada de críticas ao setor da criação pecuária, base social dos rebeldes. Chama a atenção, por exemplo, a maneira reiterada como era criticada a pouca diversificação econômica e a excessiva dependência da produção pecuária. Este é um ponto importante a ser analisado, pois os artigos, sem deixar de valorizar esta produção, e reconhecendo nela o “carro-chefe” da economia local, insistiam na diversificação e, de certa forma, na primazia da agricultura, deixando patente até mesmo um certo conceito de civilização que chegava a ser ofensivo aos criadores. É o que se percebe, por exemplo, quando da publicação de uma “memória” que

¹⁴⁸ Vide, por exemplo, o caso de Domingos José de Almeida, “industrial” da “zona da Laguna”, comerciante e líder farrapo, e de Sebastião Barreto Pereira Pinto, militar, fazendeiro da fronteira e defensor intransigente do Império.

¹⁴⁹ LEITMAN, S. *Raízes...* Op. cit., p. 125.

tratava da produção do óleo de mamona, colocada como alternativa econômica, e que mereceu do redator o seguinte comentário final:

“É tempo de irem os rio-grandenses passando da primitiva indústria das criações de gados, para a da agricultura, que se segue naturalmente na ordem dos progressos do espírito humano. Não queremos com isso dizer, que se abandone o gênero de produção mais importante, e talvez o mais análogo à natureza do nosso solo, antes fazemos votos porque ele se aumente e aperfeiçoe; mas desejamos que não seja exclusivo, e que os rio-grandenses não fiquem estacionários na condição de povos pastores. O nosso território é vasto, e tem lugar nele muitos gêneros de produção, sem se prejudicarem; podemos, sem abandonar a criação de gados, entregar-nos a outras culturas.”¹⁵⁰

A referência ao primarismo da exclusividade da atividade pecuária chegava ao exagero retórico, pode-se dizer até perigoso, de nivelar os orgulhosos criadores de gado à condição “estacionária” dos “povos pastores”. O jornal, que não tratava de política, estava aqui, de maneira sutil, estabelecendo uma clivagem que potencialmente era fomentadora de rivalidades locais. Esse artigo foi publicado no mês de março de 1833, e repetido, quase nos mesmos termos, em agosto, em um texto no qual era feita uma defesa do retorno ao plantio do trigo na província. Argumentava-se que

“a criação de gados sem a agricultura é ocupação útil, mas que deixa uma Nação pouco adiante dos Povos nômades; a combinação da agricultura com as criações, e com todos os meios de indústria, é própria das Nações civilizadas, que entendem seus interesses, e não podem recusar os cuidados, que se devem à primeira das artes, e à primeira origem da produção, e da riqueza.”¹⁵¹

O redator, além de repetir o argumento anteriormente utilizado, parece procurar sugerir uma diferença de visão macro-econômica. A sua proposta –

¹⁵⁰ *O Propagador...*nº 11, 9 de março de 1833.

¹⁵¹ *O Propagador...*nº 59, 31 de agosto de 1833.

“própria das Nações civilizadas, que entendem seus interesses” – era muito mais ampla do que os escassos horizontes dos criadores.

O pouco destaque dado à produção pecuária (mesmo os artigos de cunho técnico, relativos especificamente à criação de gado, acabavam defendendo a diversificação) mostra uma preponderância clara no discurso da valorização das atividades comerciais. Ao mesmo tempo, já sinaliza para a cisão política que, grosso modo, acompanhará a divisão econômica, com comerciantes e charqueadores, majoritariamente fiéis ao Império, opondo-se aos fazendeiros, que se viam mais prejudicados pela política econômica do governo central.

Vejamos este artigo que tratava da supressão de impostos de importação de gado, o que trazia à discussão o problema da competição com Montevideu e Buenos Aires:

“...se os empregados cobrassem à risca o direito dos 15 por cento sobre o gado do estado Oriental, sem que esse gênero ficasse desonerado dos outros direitos na exportação, os charqueadores não poderiam concorrer de maneira alguma com os daquele Estado, e de Buenos Aires; não continuariam em um negócio ruinoso, e veríamos passar para os estrangeiros o melhor ramo de Comércio...”¹⁵²

O redator abordava um ponto básico, motivação fundamental dos conflitos do período. Tratava-se de uma reivindicação, ou antes de uma justificativa para um fato consumado, ou seja, a livre entrada do gado do Uruguai, medida de interesse dos charqueadores e comerciantes, mas não dos pecuaristas locais. O artigo seguia destacando a importância de agregar valor aos gêneros de exportação, especialmente no que se referia ao charque. Era conveniente, portanto, facilitar a importação de gado, em virtude de que:

“Os gados importados do estado Oriental, e manufaturados pela nossa indústria, multiplicam os nossos produtos, e a nossa riqueza pela exportação, e pelas sucessivas transações, que devem trazer ao País muitas vezes o seu valor primitivo.”¹⁵³

¹⁵² *O Propagador*...nº 2, 6 de fevereiro de 1833.

¹⁵³ *Ibid.*

O texto ainda continuava sustentando que era um erro querer proteger os criadores, pois isso prejudicava toda a economia. A disputa que colocava produtores rurais contra charqueadores e comerciantes, neste caso, está bastante clara. Chama atenção a passagem do artigo que se referia ao melhor ramo de “comércio”, e à que tratava do aumento da riqueza pelas “sucessivas transações”. Aparecia de maneira explícita, no discurso do jornal, a força do grupo comerciante, preponderante na Sociedade Promotora, coadjuvado pelos charqueadores, quando não exerciam as duas atividades simultaneamente.

A medida em questão prejudicava os estancieiros, beneficiando os charqueadores pela garantia de matéria-prima mais barata. Para Guazzelli,

“sendo estes charqueadores e comerciantes da província sócios menores de grandes atacadistas do Rio de Janeiro, e em grande parte portugueses, o Império mostrava-se aos senhores da fronteira como explícito aliado do “partido português” ou da “galegada”, como diziam pejorativamente.”¹⁵⁴

Independente da forma como a política imperial era percebida pelos caudilhos fronteirços, e dos recursos retóricos usados para combatê-la – protegia a “galegada” –, a observação, pelos contemporâneos, dos vínculos a unir setores da economia local com o centro do poder é importante. Esta relação permite situar a ação dos comerciantes em um âmbito mais amplo, não apenas como sócios nos negócios, mas associados também ao processo de formação da classe dirigente, com abrangência em todo o Império. Para Ilmar Mattos, a liderança e o predomínio político dos Saquaremas se consolidou a partir de uma expansão horizontal da classe dominante. Partindo de um “feixe de relações fundamentais”, centrado na economia cafeeira, ocorreu a incorporação de outros agentes monopolizadores, “no interior da Região de Agricultura Mercantil-Escravista – plantadores, negociantes, capitalistas – e nas demais regiões do Império – como os

¹⁵⁴ GUAZZELLI, C. A. B. *O horizonte...* Op. cit., p. 172.

charqueadores sulinos, por exemplo”.¹⁵⁵ Esse processo ocorreu fundamentalmente nos anos que se seguiram à Maioridade, auge do chamado regresso conservador.

A observação sobre o comportamento e a inserção social da facção legalista atuante mesmo antes da Revolução Farroupilha, aqui representada pelos comerciantes e charqueadores da região litorânea da província rio-grandense, permite propor uma ponderação a respeito dos argumentos de Mattos. Esta refere-se basicamente a um deslocamento temporal. A vinculação dos negociantes sulinos com os setores ligados ao grande comércio de exportação já era bastante sólida, desde o período colonial.¹⁵⁶ Ainda que tenha mudado, principalmente a partir da década de 1830, o produto básico de exportação, com a expansão da economia cafeeira, não se modificou substancialmente a estrutura que articulava as chamadas “regiões periféricas” ao centro do Império. Mudanças aconteceram, e não se trata de ignorá-las, mas de destacar o sentido de preservação, que Mattos bem qualificou como “restauração da moeda colonial”. Assim, o processo de constituição da classe senhorial pode ser percebido também pela ação de agentes que, com vistas a interesses econômicos bem assentados, pugnavam pela manutenção da unidade imperial, mesmo antes que a liderança Saquarema se consolidasse. E, diga-se, em uma conjuntura extremamente adversa aos defensores do Estado monárquico unificado. É por isso que ganha relevância a observação das complexas relações que permeiam os principais setores da economia local – comerciantes, charqueadores, estancieiros – e os nexos estabelecidos com o governo central, fazendo com que a análise do período anterior à secessão farroupilha assumia novos matizes.

A leitura do *Propagador* contradiz uma simplificação efetuada na análise dos interesses em disputa nessa conjuntura. Isto já foi apontado por Cesar Guazzelli, para quem grande parte da historiografia desconsidera as diferenças existentes entre as demandas dos estancieiros e dos charqueadores. No entanto,

“[...] ao que parece, enquanto os primeiros tiveram um posicionamento mais claro para o enfrentamento, tanto por sentirem mais os efeitos da crise quanto pelas possibilidades

¹⁵⁵ MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema*. Op. cit., p. 180.

¹⁵⁶ Cf. OSÓRIO, H. *Estancieiros, lavradores e comerciantes...* Op. cit.

que abria a situação fronteiriça, os últimos estavam mais ligados aos centros comerciais e teriam evidentes prejuízos com a guerra.”¹⁵⁷

A preocupação com a preservação dos circuitos de comércio é muito nítida e recorrente no *Propagador*. Entretanto, estabelecer uma relação entre o discurso predominante no jornal e as divisões políticas entre os grupos de elite que se defrontaram durante a Revolução Farroupilha é uma construção interpretativa feita com o conhecimento do desenrolar dos acontecimentos. Esta observação um tanto óbvia é necessária para advertir que Cabral, tanto nesses anos que antecederam a revolta quanto nos subseqüentes, em seus escritos posteriores, jamais reconheceu as motivações econômicas dos conflitos. A crítica citada anteriormente contra a proteção dos interesses dos criadores não era relacionada com a crise política, aparentemente em uma tentativa de esvaziar os argumentos contrários às posições defendidas pelo jornal. Discutir profundamente as reivindicações dos pecuaristas, ligando-as às agitações ora em curso, implicaria, de certa forma, na legitimação do discurso oposicionista, que preferencialmente era creditado aos arroubos dos indivíduos, em detrimento de ser considerado como manifestação de interesses concretos. Por isso, as passagens do *Propagador* que tratavam das disputas locais sempre eram apresentadas em termos que esvaziavam o seu conteúdo político-econômico. Privilegiava-se, na maioria das vezes, a formulação de juízos morais, ignorando as reivindicações objetivas dos grupos contrários. Era recorrente, nesse sentido, a adjetivação usual da retórica moderada: combatiam os facciosos, os que se deixavam levar pelas paixões, os que conduziam a província e o Império em direção à anarquia.

Hordas bárbaras – Demarcando posições

O reconhecimento das dissensões políticas, já presentes nesse momento, vinculado à percepção da defesa do comércio no jornal da entidade, nos leva a considerar a formação da mesma, para além do que já foi dito sobre os novos espaços de sociabilidade, também no seus aspectos mais imediatos. Essa

¹⁵⁷ GUAZZELLI, C. A. B. *O horizonte...* Op. cit., p. 70.

associação, independente da sua diversidade e de sua retórica pretensamente neutra, também pode ter sido concebida como “trincheira”, no combate que se avizinhava. É importante salientar que a Sociedade Promotora teve como primeiro presidente e primeiro vice, João Francisco Vieira Braga e Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, respectivamente. Isto pode significar uma certa intencionalidade “conservadora”, uma vez que ambos se destacaram, mais tarde, no lado legalista da Revolução Farroupilha. Além disso, o que parece certo é que, inicialmente, tratava-se de uma união de comerciantes com pessoas que desempenhavam funções políticas. Fazendeiros, em geral, entraram posteriormente. Reitero ser necessário atentar para a importância social de fazer parte de uma sociedade desse tipo, o que, sem dúvida, era uma forma de legitimação e inclusão no grupo das “classes ilustradas”. Aspecto relevante, pois nesse momento pode ter contribuído para dirimir diferenças políticas. Ainda é preciso observar que a conjuntura modifica-se muito dinamicamente nesse período, ajudando a explicar a união e a posterior desagregação dos membros dessa entidade. O que também se percebe é a persistência de sólidas relações, pessoais e comerciais, pelo menos entre um núcleo principal, o dos comerciantes de inclinação legalista, que ultrapassava o período da revolução, como o comprova o exame de outras fontes além do jornal, como os inventários *post-mortem*. Todos estes elementos, além do que já foi mostrado sobre o periódico, reforçam a visão de que a Sociedade Promotora pode ser tomada como legítima contendora de uma guerra que ainda se limitava aos argumentos. Sua arma, o *Propagador*, talvez tivesse a ação potencializada, na medida em que não se assumia enquanto tal. Assim, o periódico acabava por representar um papel importante enquanto “voz” local do conservadorismo legalista e imperial.¹⁵⁸

O conservadorismo da Sociedade Promotora, aliás, nunca se manifestou tão fortemente no *Propagador* quanto pela ação de um dos seus membros que, curiosamente, não fazia parte do núcleo de comerciantes (o que, mais uma vez, mostra a impossibilidade de uma correlação estrita entre posição econômica e

¹⁵⁸ O “conservadorismo” é aqui tomado mais como atribuição dos adversários, isto é, do ponto de vista dos farrapos, pois em nível nacional alinhavam-se com os liberais moderados. Além disso, já vimos como o jornal se colocava como agente do desenvolvimento, em oposição às forças da ignorância e da inércia, estas sim consideradas “conservadoras”.

posturas políticas). O marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto era a típica figura do chefe militar de fronteira e fazendeiro, com propriedades no Brasil e no Uruguai, a exemplo de seu colega e subordinado Bento Gonçalves da Silva. Ao contrário deste, no entanto, foi fiel à causa imperial, sendo, na verdade, um dos protagonistas destacados da guerra e do período que a antecedeu. A retórica indireta do *Propagador*, com relação aos perigos da anarquia, adquiria, na fala do marechal, um sentido mais prático. É o que se observa pelo ofício no qual ele solicitava ao presidente da província, Antonio Rodrigues Fernandes Braga, a deposição do Comandante do 1º Corpo de Artilharia a Cavalos de 1ª linha, Major José Mariano de Mattos, militar liberal acusado de sedição. Após uma introdução em que afirmava zelar pela tranquilidade dos cidadãos, Sebastião Barreto concluía:

“V. Ex. estará informado, assim como eu, que o partido que o M. Mattos arteiramente fomenta, não limita a menos os seus projetos, que a dar começo à anarquia nesta Província (até hoje livre deste flagelo) e separá-la da obediência da Metrópole.”¹⁵⁹

Mas o “flagelo” chegou à província, o que o levou a buscar a ampliação da sua esfera de influência. No *Recopilador Liberal* de 21 de outubro de 1835 foi transcrita, e muito criticada, evidentemente, uma proclamação de Sebastião Barreto na qual lemos o seguinte apelo:

“[...] defendamos nossas Leis, nossa liberdade, nossas Esposas, nossos Filhos, Parentes e Amigos, nossas vidas e bens. Sustentemos a Constituição reformada, o Trono Augusto do nosso Jovem Imperador e as Autoridades Locais e Constituídas. Proprietários, Capitalistas, Comerciantes, Rio-Grandenses que mais tendes a perder no vórtice da revolução: vós deveis ser os primeiros, e os mais particularmente empenhados em secundar as boas intenções das Autoridades, responsáveis pela segurança, e tranquilidade da Província.”¹⁶⁰

¹⁵⁹ *O Recopilador Liberal* n° 299, 26 de janeiro de 1835.

¹⁶⁰ *O Recopilador Liberal* n° 310, 21 de outubro de 1835.

Barreto sintetizava muito do que era a postura do *Propagador*, explicitando mais os interesses concretos e o respeito devido também às autoridades locais, o que foi bastante frisado no texto. A referência à família era uma estratégia política de desqualificação dos adversários: apontava para o barbarismo dos oponentes, como se estes não possuíssem ou não respeitassem valores relacionados à vida social organizada e à garantia da propriedade.

O discurso do *Propagador* era mais indireto, mas o redator encontrava meios para tratar de temas políticos. A partir de meados de 1833, o jornal começou a reproduzir e comentar muitas notícias referentes às disputas políticas que, por essa época, aconteciam em Portugal, sempre destacando os avanços do “exército constitucional” frente às forças “miguelistas”, representantes de uma “tirania” ultrapassada. Assim se justificava o redator:

“Convencido de que os bons brasileiros não podem deixar de simpatizar com os que fazem esforços pela liberdade; nem ser indiferentes ao resultado da guerra porfiada, que deve decidir da liberdade ou escravidão, da vida ou da morte de uma Nação irmã, de cuja antiga glória vem honra ao Brasil, acreditamos que lerão com satisfação as seguintes notícias, as quais, com todas as probabilidades de verídicas, mostram que os Portugueses Liberais, pela nobreza de seus princípios, e pela constância de seus esforços e valor, não têm caído em uma degeneração e degradação irremediável, e que apesar dos seus detratores, são ainda dignos da liberdade, e das simpatias dos homens livres. Os nossos leitores certamente relevarão que entre nesta folha um objeto, próprio a despertar as doces emoções, que sempre sente o coração do verdadeiro liberal com os triunfos da liberdade sobre a tirania. E as notícias do estado de uma Nação, com a qual o Brasil tem um importante comércio, e as mais íntimas relações, não são, em certo modo, estranhas a uma publicação industrial.”¹⁶¹

Seguiu-se uma série de notícias que davam conta das vitórias do exército constitucional sobre os miguelistas, retiradas do *Times* e do *Globe*, transcrição de conclamações do Duque de Bragança, D. Pedro, em nome da Rainha D. Maria II (do *Jornal do Comércio*). Grande espaço foi dedicado para este tema, e o jornal, além das publicações doravante freqüentes de informativos sobre os eventos da

¹⁶¹ *O Propagador*...nº 65, 25 de setembro de 1833.

política lusitana, ainda lançou um suplemento especial ao número 66, de 28 de setembro de 1833, todo ele tratando de anunciar e descrever as vitórias das tropas constitucionais contra o exército “usurpador”. Isto pode representar uma grande presença, ou pelo menos uma significativa influência portuguesa na Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, sem, contudo, significar qualquer vinculação com os partidários da volta ao Brasil do ex-imperador D. Pedro I. Parece mais clara uma identificação com o liberalismo moderado, determinado, ou pelo menos influenciado por interesses bastante concretos, como por exemplo, e principalmente, pela garantia de manutenção de um certo “mercado”.

José Marcellino da Rocha Cabral nunca atacava o antigo monarca, que de absolutista no Brasil virou defensor do liberalismo constitucional em Portugal. A moderação do seu discurso não permite identificar qualquer traço que o alinhe com as forças, ainda poderosas, da restauração. Assim, é de se notar que a defesa dos interesses portugueses, presente sem dúvida nas páginas do *Propagador* e em toda a trajetória de Cabral, dava-se sob circunstâncias bastante delicadas e complexas.¹⁶² Por um lado, havia um combate duro aos “facciosos”, mas se referindo sempre aos exaltados, o que o colocava na defesa do governo da Regência. De outra parte, os vínculos portugueses parece que impediam qualquer crítica mais severa aos representantes do conservadorismo regressista, também presentes na Sociedade Promotora, personificados, por exemplo, na figura de Sebastião Barreto Pereira Pinto. A solução retórica mais freqüente era o estabelecimento de conexões entre os interesses do comércio e as situações políticas, em um pragmatismo que justificava muitas de suas abordagens. A feição “portuguesa” da Sociedade Promotora, portanto, deve ser considerada, mas sem a atribuição de manifestações de identidades arraigadas. Acima destas, pareciam estar colocadas, pelo menos no âmbito da associação de empresários, questões

¹⁶² A preocupação com os seus conterrâneos muitas vezes foi traduzida em ações práticas. Em 24 de novembro de 1834, ainda em Rio Grande, Cabral publicou uma “Circular aos portugueses residentes na província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, que se constituía em um chamamento à união contra a miséria a que os conflitos em Portugal reduziram muitas famílias. Organizava o redator uma subscrição, a ser realizada nessa e em outras províncias do Império, com o intuito de angariar fundos para auxiliar os lusitanos mais necessitados. Esta iniciativa, vista como atividade anti-brasileira, foi muito criticada através de correspondência publicada pelo *Recopilador Liberal*, acusação que o próprio Cabral tratou de refutar de público, por meio de panfleto redigido especificamente para esse fim. Este episódio foi recordado posteriormente em CABRAL, J. M. R. *Collecção...Op. cit.*, pp. 25-28.

relativas a uma acomodação de interesses dos indivíduos, fossem eles nascidos no Brasil ou na antiga metrópole. Tal consideração não deve obscurecer a percepção dos conflitos que ocorriam devido a fortes manifestações do nacionalismo nascente.¹⁶³ Entretanto, já para esse momento, talvez se possam assinalar as distintas formas de pensar a integração dos portugueses na sociedade imperial, que Ilmar Mattos observa entre os grupos dirigentes do final do período regencial. Para uns, “na necessidade de subjugar o elemento português residia a questão fundamental do Estado que se pretendia construir com plena soberania”. Para outros essa não era uma questão primordial, estando subordinada à da “restauração e expansão dos monopólios que fundavam a classe senhorial, na qual avultava a crise da escravidão”. Ora, se à anarquia se impôs a ordem imperial, “que no espaço urbano se confundia com a ordem do capital mercantil”,¹⁶⁴ foi porque os interesses se sobrepuseram às possíveis radicalizações nacionalistas. Ou seja, era do interesse do Estado manter os circuitos de comércio, ainda que grande parte deste fosse exercido por lusitanos. A contrapartida era a aceitação, por essas pessoas, de uma nova condição “identitária”, ou pelo menos de uma nova situação política, enquadrados como súditos no Império que se formava.¹⁶⁵ Para os comerciantes portugueses de Rio Grande, membros da Sociedade Promotora,

¹⁶³ O próprio José Marcellino da Rocha Cabral, por exemplo, foi protagonista de um episódio que mostra a intensidade que por vezes alcançavam os conflitos entre brasileiros e portugueses. Incumbido da organização de um quadro estatístico provincial, em 1835, na presidência de Fernandes Braga, o ex-redator do *Propagador* solicitou informações a várias pessoas. Um Juiz de Paz de Porto Alegre, Pedro José de Almeida, vulgo Pedro Boticário, destacado militante da causa farrroupilha, se negou a prestá-las a Cabral. Segundo um relato posterior deste último, a justificativa foi que “um Juiz de Paz, cidadão brasileiro e livre não deve satisfazer as exigências de um forasteiro...” CABRAL, J. M. R. *Collecção...* Op. cit., p. 21. Pedro Boticário, também chamado Vaca Brava, foi um violento inimigo dos portugueses, chegando a apresentar aos farrapos uma proposta de deportação, acompanhada de lista nominal, de mais de 400 lusitanos. A ele é atribuído o seguinte dito: “A liberdade se rega com sangue, não com esterco; estas cousas não se comporão, enquanto não se jogar a peteca por estas ruas com as cabeças dos galegos”. Mas os alvos de seu furor também sabiam defender-se. O *Mestre Barbeiro*, jornal legalista, publicou sobre ele a seguinte quadrinha: “Não temos lá no inferno lagartixa/de mais nojo e fedor que esse maldito/Na porta da botica, baixa e escura/vomita só furor o sanguinário/que um Bertoldo parece na figura/assusta só o ver seu ar nefário/Enjeitado da gente mais impura/é calvo, coxo, torto e boticário.” As informações são devidas a Alfredo Ferreira Rodrigues, apud BARRETO, A. *Primórdios...* Op. cit., p. 51-52.

¹⁶⁴ MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema*. Op. cit., p. 87.

¹⁶⁵ Uma discussão sobre o tema da identidade nacional, questão crucial no Brasil do século XIX, é proposta por ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil...* Op. cit.

participantes ativos do processo de construção do Estado imperial ao lado dos seus sócios brasileiros, acima da mera questão do nascimento estava a garantia do que, talvez com uma boa dose de anacronismo, se possa chamar de “estabilidade” do mercado. Assim, não se percebem divergências ou preponderâncias, com relação a este aspecto, na associação.

O tratamento dos assuntos portugueses, à semelhança do que acontecia em outros textos do *Propagador*, tinha uma característica invariável: a defesa do respeito à lei e a lembrança dos perigos representados pela “anarquia”. Existia uma tomada de posição em favor do constitucionalismo e da estabilidade que também pode ser lida como indicativo do que foi argumentado sobre a prevalência dos interesses dos comerciantes em detrimento das questões relativas à identidade nacional. Uma espécie de “padronização” do discurso, independente das diferenças históricas e políticas imediatas entre as situações, acompanha toda a redação do jornal.

O *Propagador*, através dessa uniformização temática e de linguagem, derivada de uma pretensão registrada no seu prospecto de lançamento, não abordava os assuntos mundanos. Assim, o que se pode depreender das diferenças entre grupos, pela análise do conteúdo dos textos um tanto teóricos e genéricos do periódico, é limitado, porque nunca se particularizava uma situação. Portanto, são as notícias da imprensa mais afeita aos embates locais que mostram algo mais concreto sobre as divergências políticas – as quais, muitas vezes, confundiam-se com questões pessoais – que dividiam essas pessoas. É, invariavelmente, o *Noticiador* que serve de referência para uma percepção mais explícita dos confrontos.

Bastante curioso, por exemplo, é um pequeno texto, quase um anúncio, que tratava da nomeação de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves para Juiz de Direito em Rio Grande, publicado no *Noticiador* de 29 de novembro de 1832. Inicialmente, eram feitos os elogios de praxe: “[...] tivemos sim em vista apontar as qualidades, que possui o Sr. Chaves, e as boas esperanças, que devem nutrir os Cidadãos desta Vila quando um ramo do Poder Judiciário lhe for confiado.” Mas, ao final, colocava-se uma dúvida formulada em termos que podem significar quase uma acusação prévia a um dos supostos provocadores da revolta dos

farrapos, na visão dos rebeldes: “Oxalá que não nos enganemos!”¹⁶⁶ Chaves era irmão do presidente da província, Antonio Rodrigues Fernandes Braga que, poucos anos mais tarde, em 1835, seria deposto, dando início à Revolução Farroupilha. Bento Gonçalves da Silva, em uma proclamação dirigida aos portugueses, quando da deposição de Braga, alertava contra as ações de Fernandes Chaves, qualificado como “corifeu dos retrógrados e causa primária dos males que pesam sobre a Província”, cujas ações tinham o objetivo de “alarmar-vos [aos lusitanos] contra os patriotas apelidando-os bárbaros, anarquistas, salteadores, vossos figadais inimigos e sedentos do vosso sangue”.¹⁶⁷ Este é apenas um dos exemplos mais notórios, pois o então jovem juiz em diversas ocasiões foi acusado de ter exercido uma influência nefasta sobre o irmão presidente e de ter sido, por suas ações inflexíveis na defesa do governo central, um dos responsáveis pelo acirramento dos ânimos na província.¹⁶⁸ Com aquela conclusão incomum para um texto que se pretendia elogioso, talvez o redator, Xavier Ferreira, já estivesse fazendo alusões às movimentações políticas de Chaves – um dos principais líderes da Sociedade Promotora –, voltadas ao combate dos que brandiam argumentos autonomistas.

O mesmo Francisco Xavier Ferreira e João Francisco Vieira Braga, em um outro exemplo, já se distinguiam e polemizavam nos debates da Câmara de

¹⁶⁶ *O Noticiador* n° 93, 29 de novembro de 1832.

¹⁶⁷ Proclamação aos Portugueses e mais estrangeiros residentes na Província do Rio Grande. In: *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva: 1835-1845/ Arquivo Histórico do RGS*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985, p. 266.

¹⁶⁸ E efetivamente, esteve envolvido em vários incidentes. Suas divergências com Bento Gonçalves parecem pautar grande parte das análises do período, pois, para Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, a historiografia de cunho mais biográfico e personalista da Revolução Farroupilha reserva um papel importante, chegando alguns a imputar-lhe responsabilidade fundamental como “provocador” do acirramento dos ânimos que levou ao conflito. Diz Arthur Ferreira Filho, por exemplo, referindo-se ao episódio de grande tensão entre o presidente Fernandes Braga e a assembléia provincial, quando esta, em 1835, por maioria tomou posição contrária às acusações feitas pela presidência contra Bento Gonçalves, que muito contribuiu para isso “o irmão do Presidente, deputado Pedro Chaves, que imprudente e afoito, indisps os mais respeitáveis membros daquela Casa com discursos agressivos e ameaças irritantes”. FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. 5ª Ed. Porto Alegre: Globo, 1978, p. 91. Abeillard Barreto, discorrendo sobre o *Correio Oficial da Província de São Pedro*, jornal legalista publicado em Porto Alegre em 1834-1835, afirma que “nele o Dr. Pedro Chaves extravasou sua bília, atacando desabridamente os chefes políticos adversários, especialmente Bento Gonçalves da Silva, e delatando o movimento armado que estava por eclodir”. BARRETO, A. *Primórdios...* Op. cit., p. 59.

Vereadores de Rio Grande em 1832, conforme o *Noticiador* de 14 de fevereiro do mesmo ano. Xavier Ferreira era contra as dispensas para o serviço da Guarda Nacional, estendidas para vários cargos do funcionalismo público, cuja defesa era feita por Braga. Logo em seguida, no mesmo periódico, há uma polêmica entre um grupo de cidadãos e o redator porque este era acusado de não publicar artigos da *Aurora Fluminense* que seriam favoráveis ao governo.¹⁶⁹ O grupo que o acusava dizia que ele estaria a serviço dos “Farroupilhas, Exaltados, Minhocas, etc.” Entre os 19 que assinavam a acusação, estavam os futuros membros da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense Anacleto José de Medeiros, João da Costa Gularte, Vicente Manoel d’Espíndola, José dos Santos Magano, José Maria de Sá, Serafim de Paula Freire, Porfírio Ferreira Nunes e José Luiz Augusto da Silva. Vê-se que parte importante da associação a ser constituída ao final daquele ano já agia conjuntamente com um propósito muito claro de defesa do governo. A maneira como (des)qualificavam os presumíveis oponentes já era indicativa do alinhamento político dessas pessoas. Significativo também era o objeto do protesto, pois nos permite avaliar vários aspectos da imprensa do período. Percebe-se que a omissão, ou seja, a estratégia de não abordar assuntos que pudessem reforçar argumentos contrários, era prática corrente entre as facções políticas, ou pelo menos em grande parte das folhas que veiculavam suas posições. Mesmo o combativo *Noticiador*, órgão que maior espaço dava às polêmicas, reproduzindo até mesmo escritos absolutamente contrários às convicções de seu proprietário, Francisco Xavier Ferreira, usava desse expediente. Outra faceta interessante da querela reside na liberdade tomada por esses cidadãos que, de certa forma, exigiam a transcrição de textos de outro periódico. Provavelmente eram subscritores do *Noticiador*, o que poderia justificar tal atitude. Mas talvez o mais significativo seja o fato de que, ao “denunciarem” a não reprodução dos artigos de Evaristo da Veiga, demonstravam um reconhecimento, consciente ou não, da posição da *Aurora Fluminense* como uma espécie de órgão oficial do liberalismo moderado, e defensor das ações do governo central, defesa à qual estas pessoas também se associavam. O jornal de Evaristo era então colocado, consoante a uma argumentação que aparecerá

¹⁶⁹ *O Noticiador* n° 17 e 18, 2 e 9 de março de 1832.

implícita depois, no *Propagador*, em um patamar acima das disputas e da estreiteza do “espírito de partido”, mote político preferido dos liberais moderados. Agindo assim, objetivava-se um esvaziamento do debate, tática contumaz de quem está no poder, e que foi secundada, na província, pelo jornal da Sociedade Promotora, especialmente mediante o uso do recurso do ocultamento das divergências.

Alfredo Varela, em sua extensa e fartamente documentada obra sobre a Revolução Farroupilha, descreve bem o tipo de postura que parece caracterizar com muita propriedade a atuação do *Propagador*:

“Em verdade, tudo indicava que nada mais lograria deter os acontecimentos, que se precipitavam. No instante em que uma ‘falsa política’ opera como se o Brasil palpitasse ao mesmo compasso, como se fossem uníssonas as suas aspirações, como se o mantivesse coordenado um inabalável *consensus*; no vasto organismo combalido, tudo consente, tudo conspira, tudo concorre, para a quebra da unidade nacional e ruptura dos elos que prendiam o Rio Grande”.¹⁷⁰

A busca do consenso, ou antes a disposição de fazer crer que se tinha estabelecido esse consenso entre as elites brasileiras, era característico da ação dos moderados. No caso do *Propagador*, essa atitude era recorrente, especialmente nas menções à tranquilidade da província, em franco contraste com seus similares de Rio Grande e Porto Alegre.

A omissão, utilizada como estratégia, na maioria das vezes, além dos registros que permitem alinhar o periódico com o grupo político então à frente do governo regencial, colocava o jornal e seus principais promotores em uma posição difícil. Se nos anos de 1833 e início de 1834 era possível permanecer atuando sob um discurso pretensamente “apolítico”, o acirramento dos espíritos e a radicalização das disputas, ocorrida nos meses subseqüentes, exigiriam posições mais claras. Mas, talvez não por acaso, foi este, sintomaticamente, o momento de encerramento da publicação. Ao cessar suas atividades antes do conflito ser deflagrado, o *Propagador* ficou a nos dever uma declaração concreta sobre suas preferências. No entanto, o acompanhamento de trajetórias posteriores de alguns

¹⁷⁰ VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. 6 vol. Porto Alegre: IHGRS/Gov. do Estado, 1933, p. 467 (vol I).

de seus idealizadores pode nos fornecer elementos valiosos sobre as opiniões correntes naqueles anos.

Cabral registrava, em 1838, memórias de seu período na província. Escrevia o ex-redator do *Propagador*, sobre os momentos críticos da eclosão da revolta:

“[...] Nós saímos no momento em que Bento Gonçalves entrava na cidade do Rio Grande, da barra vimos os foguetes com que o festejavam na sua entrada, e saímos com o presidente, com o juiz de direito de Rio Pardo, hoje deputado à Assembléia Geral, e com outras autoridades e famílias que deixaram a província para não reconhecerem a rebelião: isso prova que saímos do Rio Grande não por causa de procedimento algum nosso contra a legalidade e autoridades do Império, mas sim porque não simpatizávamos com a rebelião, e porque, prevendo as conseqüências calamitosas daquele movimento desolador, não quisemos experimentá-las.”¹⁷¹

Para quem insistia em limitar e mesmo ignorar a atuação dos “facciosos”, não deixa de ser um reconhecimento do apoio que tinham os farrapos a menção aos foguetes que saudaram Bento Gonçalves. De resto, Cabral também confirmava a sua adesão ferrenha à causa do Império, demonstrada sobejamente quando do seu período de redação do *Propagador*. Entre as autoridades e famílias que deixaram Rio Grande naquele momento, estavam membros destacados da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, como se depreende de documentos que atestam a presença dessas pessoas como residentes na Corte, depois de 1835. Cabral, por exemplo, no mesmo opúsculo, ainda rememorando sua passagem pela província, dizia que:

“Tinha-se formado na vila, hoje cidade do Rio Grande, para o fim de fazer publicar uma folha puramente industrial, uma associação particular de pessoas do maior crédito, e da qual faziam parte os Srs. Comendadores João Francisco Vieira Braga e Antonio José Affonso Guimarães, e o sr. José Maria de Sá, todos agora residentes nesta Corte.”¹⁷²

¹⁷¹ CABRAL, J. M. R. *Colleção...* Op. cit., p. 20.

¹⁷² *Ibid.*, p. 19.

Mais tarde, em 1847, Guimarães foi nomeado procurador de João Francisco Vieira Braga – que voltou à província – no Rio de Janeiro, juntamente com Antonio Rodrigues Fernandes Braga, tendo como testemunhas na assinatura do documento de procuração, na mesma Corte, Antonio Teixeira de Magalhães e Vicente Manoel d’Espíndola.¹⁷³ Ou seja, é significativo o número de antigos membros do núcleo diretivo da Sociedade Promotora que acabaram, depois do início da Revolução Farroupilha, fixando residência na capital do Império.

As posições que José Marcellino da Rocha Cabral não podia, ou não desejava, expressar no *Propagador*, dispuseram de maior espaço de liberdade mais tarde, na Corte, na redação do *Despertador*.¹⁷⁴ Em 31 de março de 1838, ele

¹⁷³ Informações provenientes do inventário *post-mortem* de João Francisco Vieira Braga, de 1847 (trata-se do pai do homônimo, futuro Conde de Piratini, membro da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense).

¹⁷⁴ *O Despertador*, “diário comercial, político, científico e literário”, teve seu primeiro número publicado no Rio de Janeiro, em 27 de março de 1838, circulando até 1841. Era resultado de uma sociedade entre Cabral e Francisco de Salles Torres Homem. A redação estava entregue quase que totalmente ao primeiro, segundo se depreende de uma declaração de Torres Homem no próprio jornal, no número 238: “José Marcellino da Rocha Cabral, além das obrigações da direção da empresa, estipuladas no contrato, tem a seu cuidado as notícias e assuntos políticos de Espanha e Portugal, artigos sobre melhoramentos do Brasil, assuntos de legislação, observações sobre os trabalhos das Câmaras, notícias provinciais e quaisquer outras do País.” Apud CABRAL, J.M.R. *Colleção...* Op. cit., p. 6. O antigo redator do *Propagador* manteve, em parte, as diretrizes que nortearam a publicação anterior. No segundo número do *Despertador*, em 28 de março, escrevia que “[...] no nosso entender, o serviço que atualmente pede o Brasil à imprensa, é o de ilustrar, e dirigir os espíritos para a ordem pública e para toda a sorte de melhoramentos e trabalhos produtivos.” Entretanto, permitiu-se tratar de política muito mais abertamente, e um dos temas que mais privilegiou foi a “Guerra do Rio Grande”. A ligação de Cabral com Torres Homem não deixa de ser um tanto curiosa, especialmente neste momento. Importante figura na história do período imperial, a trajetória de Francisco de Salles Torres Homem é emblemática das mudanças de posições políticas protagonizadas pelos atores sociais da época. Jovem advogado formado na França, retornou para o Brasil em 1836, envolvendo-se em movimentos de inspiração liberal. Ainda na França, publicou, juntamente com Araújo Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães, a revista *Nictheroy* (1836), marco importante da construção intelectual da nacionalidade brasileira. Foi redator do *Independente* e do opúsculo *O Libelo do Povo*, no qual atacava violentamente D. Pedro I e os Braganças. De liberal extremado virou um prócer dos governos conservadores, acabando por ser presidente do Banco do Brasil e ministro da Fazenda em 1858. Pertenceu ao Conselho de Estado e foi agraciado com o título de Visconde de Inhomirim. Informações provenientes especialmente do *Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (org.). Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999; e de BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Op. cit. A sociedade que este homem estabeleceu com Cabral reforça a idéia, já colocada anteriormente, de que o redator já pode ser visto como um profissional da imprensa, e o *Despertador* como um empreendimento empresarial, na medida em que a exaltação política do Torres Homem desse período não se manifestava no periódico que ambos mantinham. No mesmo sentido é a apreciação feita por Marco Morel, referindo-se especificamente ao redator: “A passagem do movimento associativo com ênfase na intervenção política direta para a tendência dos ‘interesses materiais’ foi bem compreendida por um contemporâneo, Rocha Cabral, que seria

publicou um artigo cujo título era “Restauração da Bahia. Viva a integridade do Império”, no qual o tom era bem diferente dos escritos anteriores:

“A Providência e um governo vigilante velam sobre nossos destinos: o estrondo dos canhões, que retumbaram contra os Sabinos e seus asseclas nas águas de S. Salvador, ressoará no interior da província de São Pedro: as aclamações da vitória, alcançada pela legalidade contra os rebeldes do Norte, irão dar novas forças às fileiras fiéis, e levarão um terror de morte às hordas bárbaras dos revolucionários do Sul: a anarquia será em breve arrojada da terra de Santa Cruz, e a paz, a ordem e a marcha majestosa do Brasil serão por toda a parte restabelecidas.”¹⁷⁵

Naquele momento, como se vê, tratava-se de combater diretamente os movimentos sediciosos, evidenciando uma mudança de tática política forçada pelo próprio desenvolvimento desses conflitos. O barbarismo das hordas de revolucionários sulistas faz eco aos pronunciamentos já citados de Sebastião Barreto Pereira Pinto, defensor intransigente do Império.

O tema da “Guerra do Rio Grande”, expressão usada por Cabral, ocupou espaço em várias edições do *Despertador*, quando o redator usava seus conhecimentos da província para discorrer sobre as dificuldades enfrentadas pelo governo imperial e se permitia sugerir ações. Um dos textos mais interessantes sobre o assunto foi publicado em 23 de abril de 1838, intitulado “A Guerra do Rio Grande – meios de a terminar”. Aqui, fazia-se referência a uma questão que era obstinadamente ignorada quando dos seus tempos na província: as relações complexas que envolviam a fronteira com o Uruguai.

“Nós entendemos que, pelo menos, o governo deve falar alto, e muito alto, àquela denominada república; que deve exigir do seu governo providências eficazes, e a pontual execução delas, para evitar qualquer favor à revolta, e poderem as nossas tropas entrar em seu território até o Rio da Prata, todas as vezes que for necessário para perseguirem e extinguirem a facção. E não podendo conseguir essa faculdade pelos meios diplomáticos, é

(não por acaso) um dos pioneiros no Brasil da criação de uma imprensa de dimensões empresariais.” MOREL, M. *As transformações...* Op. cit., p. 288.

¹⁷⁵ *O Despertador* n° 5, 31 de março de 1838.

nossa opinião que não deve ter mais contemplanções, nem respeitar as fronteiras daquele estado, porque, todas as vezes que um estado não quer ou não pode desarmar, concentrar e segurar os rebeldes do estado vizinho, nem evitar que do seu território se lhes prestem recursos e que estejam ameaçando o governo legal, tem este, pela necessidade da sua conservação, o direito de invadir o território, qualquer que seja, onde se abrigam e donde maquinam seus inimigos.”¹⁷⁶

A passagem acima parece possuir uma atualidade notável nestes tempos de guerras invasivas em nome da segurança.¹⁷⁷ Mas o que aqui importa ser destacado é a percepção clara dos vínculos estabelecidos entre os farroupilhas e as facções políticas uruguaias, embora Cabral não explicita quem seria responsável pelos “favores à revolta”. Tema “proibido” em 1833 e 1834, foi enfrentado depois em um tom de veemência, e mesmo de agressividade, não manifestado até então nos escritos do redator.

O discurso direto que José Marcellino da Rocha Cabral utilizou posteriormente, já se observou que esteve praticamente ausente das páginas do *Propagador*. Mas isto não significa total abstenção frente a questões importantes relacionadas às disputas políticas travadas então. Um dos temas fundamentais no qual apareciam eventuais considerações de fundo, referentes à própria construção do Estado, ora conduzida por essas elites que conformavam e estabeleciam uma dominação de classe, era o federalismo.

Dar vigor ao princípio da centralização – combate ao federalismo

Uma discussão que marcou, e ainda marca, as análises sobre a Revolução Farroupilha, diz respeito à forma de organização política proposta pelos rebeldes e, conseqüentemente, o “grau” de vinculação a ser mantido com o Império. Não cabe aqui especular se o separatismo ou o republicanismo estiveram presentes desde o início do movimento, ou se a efêmera república não foi mais do que o

¹⁷⁶ *O Despertador* n° 22, 23 de abril de 1838.

¹⁷⁷ Esse discurso poderia ter sido pronunciado, e efetivamente o foi, com grande semelhança de termos, por George Bush ou Donald Rumsfeld antes das invasões e das violências indiscriminadas perpetradas contra as populações do Afeganistão e do Iraque nesse início de século XXI.

resultado da radicalização de um movimento de autonomia federativa.¹⁷⁸ Isto por duas razões principais. Primeiro, porque o foco do trabalho dirige-se a uma fonte periodística que aborda o período anterior à guerra, no qual, qualquer que fosse a sua forma política, não havia ainda se manifestado claramente o separatismo. Além disso, analisa-se o discurso de um grupo que se posicionava a favor do Estado imperial unificado, importando salientar o discurso que justificava a centralização.

Entretanto, a leitura do *Propagador* mostra que era impossível, mesmo para um órgão cuja tática política baseava-se, em grande parte, na omissão, abster-se de tratar de um tema muito presente nesses anos da Regência: o da autonomia federativa. Sobre o assunto, a postura do periódico, consoante às vinculações políticas e econômicas dos seus patrocinadores, também era de negação. A insistência na necessidade de diminuir as causas que reforçavam os argumentos do federalismo, contudo, acabava por, paradoxalmente, reconhecer a legitimidade do discurso dos que o propunham.

Quando o redator discorria, por exemplo, sobre o plano de criação da Companhia de Paquetes a Vapor, que operaria em toda a costa brasileira e chegaria até Montevideú, era destacado o potencial unificador desta linha regular de transporte e comunicação:

“A prontidão das comunicações, resultado certo da empresa em questão, pode mesmo influir nos destinos do Brasil na época crítica, em que pelas reformas constitucionais se vão estabelecer vínculos mais ou menos relaxados entre as províncias, e a capital: pois que abreviando as distâncias, ou, o que é o mesmo, removendo as dificuldades das comunicações, torna menos sensível a necessidade do muito amplo desenvolvimento do princípio federal, e dá mais vigor ao princípio da centralização, tão essencial às formas monárquicas”.¹⁷⁹

¹⁷⁸ Para uma síntese desta discussão historiográfica remeto ao capítulo 1 – Guerra dos Farrapos e historiografia – da tese de GUAZZELLI, C. A. B. *O horizonte...* Op. cit., pp. 24-72.

¹⁷⁹ *O Propagador...*nº 58, 28 de agosto de 1833.

A citação é reveladora de pontos fundamentais na análise do periódico. Veja-se o conteúdo político, a despeito da retórica fundadora que salientava a intenção de se manter distante das disputas dos partidos. Há aqui uma clara tomada de posição em favor de uma monarquia com alto grau de centralização. Mais significativa, talvez, seja a percepção da intervenção direta do jornal nos debates do momento: antecipavam-se os “problemas” que poderiam advir da concessão de maior autonomia provincial prevista para 1834, através da emenda constitucional conhecida como Ato Adicional. Além disso, o texto, ao valorizar os meios que poderiam remediar as conseqüências, implicitamente deletérias, do “princípio federal”, tem o efeito de admitir as dificuldades colocadas aos construtores do Estado unificado. Nesse sentido, o discurso é revelador da clareza com que a centralização era vista por essas elites: uma obra a ser executada, em um ambiente de disputa política.

A negativa intransigente da autonomia federal colocava o *Propagador* em confronto com os defensores locais de maior autonomia para a província. Todavia, do ponto de vista do jornal, a questão era mais ampla, dizendo respeito à organização mesma do Estado nacional. Daí o contraste que buscava estabelecer com os “facciosos”, incapazes de perceber as necessidades do governo imperial. Assim, o discurso centralizador tinha a vantagem de apresentar uma proposta mais concreta de organização política, ou seja, já se delineava uma questão que durante a guerra tornou-se central: a precariedade da organização e das propostas políticas dos farrapos. Discorrendo sobre isto, após uma revisão historiográfica em que analisa as principais posições em torno do caráter e dos fundamentos do movimento, Cesar Guazzelli afirma que, em última análise, “o que havia era uma ‘não compreensão’ do Estado nacional; o máximo horizonte alcançado era o da província, esta de alguma forma uma visão ampliada da unidade de produção, a estância.”¹⁸⁰ Mas, se os horizontes, enquanto possibilidade de estruturação formal de um Estado, pareciam limitados, a ampliação destes se dava pelos contatos com os chefes políticos, e fundamentalmente militares, das repúblicas vizinhas, determinados também pelo compartilhamento de atividades econômicas semelhantes. Essa proximidade criava uma situação paradoxal, podendo ser vista

¹⁸⁰ GUAZZELLI, C. A. B. *O horizonte...* Op. cit., pp. 60-61.

como a força e a debilidade dos farrapos: por um lado, se as alianças quase pessoais entre líderes favoreciam a resistência ao exército imperial, por outro, nada garantia

“em relação à perenidade destes acordos, que também rapidamente mudavam em função das conjunturas: o tempo dos caudilhos era de curtíssima duração, adequado à própria atividade pecuária de onde provinham, na qual os preços, mercados e a própria sobrevivência não podiam ser planejados no médio ou longo prazos”.¹⁸¹

É precisamente com relação a este ponto que a retórica do jornal buscava uma diferenciação. Já nos anos que antecederam o movimento farrapo, era usual, entre os defensores do Império, as menções à anarquia reinante nas repúblicas vizinhas. A retórica do *Propagador* confirmava essa opinião mas não se limitava a isso. Proferia também o discurso de um grupo que se arvorava de ter aquela “compreensão” da organização do Estado, concebido enquanto “via para o progresso”, cujo projeto era pensado e conduzido, principalmente, pelos “setores oligárquicos exportadores”.¹⁸² Agindo como componentes, ou em associação a estes setores, os comerciantes da Sociedade Promotora, através do seu periódico, buscavam, na medida em que defendiam a manutenção dos seus circuitos econômicos, participar dessa construção política que resultaria no Estado imperial unificado. Mas essa construção era um processo que, nos primeiros anos da década de 1830, ainda apresentava, na visão da parcela da elite provincial mais ligada aos territórios fronteiriços, questões não equacionadas. Havia opções que o *Propagador* procurava ignorar, daí seu silêncio quase total sobre as disputas políticas travadas nas repúblicas vizinhas. Ao vincular a ação do governo central com desenvolvimento e progresso, a argumentação do jornal, implicitamente, imputava às propostas federalistas uma defesa dos particularismos que iam de encontro à modernização dos sistemas unitários. Nesse sentido, o discurso do jornal também disputava a legitimidade do uso da auto-caracterização de “liberal”, o que coloca a dificuldade de se relacionar os projetos de autonomia dos líderes

¹⁸¹ Ibid., p. 410.

¹⁸² Ibid., p. 93.

farrapos com a defesa de um liberalismo pretensamente ausente entre os que lutavam pela unidade monárquica. Estes últimos, e a retórica do periódico da Sociedade Promotora o mostra, acreditavam-se os verdadeiros liberais, por deterem uma visão mais abrangente da função do Estado enquanto mantenedor da ordem e dos circuitos de comércio, o “sangue” dos “corpos políticos”.¹⁸³

Já foi dito que, na defesa dos interesses dos comerciantes, o discurso do *Propagador*, por vezes, assumia um tom bem mais direto e prático. Quando um pleito bastante objetivo dependia de órgãos locais, até se admitia falar em federalismo, entendido simplesmente como maior autonomia provincial. Em vista da negativa do Conselho Provincial de autorizar a conclusão do edifício da alfândega, cujo orçamento foi remetido para apreciação do governo imperial, o redator era muito enfático:

“As razões porque tanto se tem clamado no Brasil por maior desenvolvimento do princípio Federal, e por maiores atribuições às autoridades administrativas das Províncias, é principalmente o conhecido inconveniente das distâncias da Capital do Império, e a necessidade de acudir prontamente a construção, e reparação dos edifícios, e outros objetos de urgente necessidade; e enquanto se não estendem pelos meios legais aquelas atribuições, devem ao menos as Autoridades Provinciais usar plenamente das faculdades, que a Lei lhes atribui, e não fazer depender da decisão do Governo objetos, que podem muito legalmente tomar sobre si, e decidir sem dependência da Corte. A prática contrária é fundada em um excesso de escrúpulo, que pode causar graves danos em vez de produzir resultados úteis.”¹⁸⁴

¹⁸³ Em função disso, podem ser relativizadas afirmações como a de Maria Medianeira Padoin, por exemplo, para quem “o contexto histórico revolucionário rio-grandense, por se encontrar em um espaço fronteiriço platino, possibilitou a adesão, o desenvolvimento, a aceitação e a aplicação das idéias liberais.” PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001, p. 73. Não sendo o liberalismo, conforme argumenta Pierre Rosanvallon, dotado de uma unidade doutrinal, mas concebido enquanto “*campo problemático*, como uma atividade, como uma soma de aspirações”, portanto, só existindo “relativamente a um movimento, a um processo de ação e de reflexão”, as idéias liberais foram apropriadas e processadas também em um sentido diferente do proposto pelos revolucionários platinos e rio-grandenses. ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002, pp. 15-16.

¹⁸⁴ *O Propagador*...nº 25, 27 de abril de 1833.

O texto é exemplar, principalmente pelo cuidado com que abordava a questão da autonomia, aceita enquanto condicionada aos marcos legais, o que era muito frisado. Também parece haver uma tentativa de diminuir o conteúdo das aspirações federalistas, limitando-as a questões administrativas com ingerência sobre assuntos práticos, quase cotidianos. Interessante é notar que, se por um lado havia um esvaziamento, retirando-se a relevância das aspirações autonômicas, de outra parte o artigo deixava entrever a disseminação dos anseios federalistas no âmbito do império.

Que havia, indiscutivelmente, um forte movimento em favor da maior autonomia das províncias é notório, e o provam as revoltas do período regencial. É difícil, entretanto, deixar de perceber que essas aspirações, parcialmente atingidas, não lograram configurar um Estado efetivamente federativo.¹⁸⁵ Se o caráter centralista da construção imperial prevaleceu, como aqui sustento, foi devido, em parte, ao combate constante anteposto aos anseios autonomistas.

Os exemplos até aqui destacados permitem alinhar o *Propagador* como legítimo representante da facção legalista, entre os contendores da Revolução Farroupilha, percebida sua atuação nesses anos que antecederam o conflito armado. O jornal que pretendia manter-se ao largo das disputas políticas, acabou por desempenhar um relevante papel, eminentemente político. Mas seu redator, até o fim, não reconhecia este aspecto da sua produção intelectual, lamentando apenas não ter obtido o êxito esperado na propagação da “indústria”. Em 8 de março de 1834 era publicado o último exemplar do *Propagador* (nº 101). Nele, Cabral fazia uma despedida onde transparece a decepção. Queixava-se da falta de meios para levar a bom termo a redação de uma “folha industrial”, e arrolava razões mais profundas para que publicações dessa natureza não fossem bem acolhidas no Brasil:

“A primeira destas causas é a superabundância de riquezas e recursos naturais, que quase sem o auxílio da arte excedem as necessidades da muito diminuta população, e alimentam a indolência; porque a indústria é o trabalho empregado na produção, e o homem é só levado ao trabalho pelo impulso das necessidades naturais, ou factícias e sociais. A segunda causa é

¹⁸⁵ Uma abordagem sobre este tema, ou seja, federalismo e centralização no âmbito do Estado imperial brasileiro, será feita no capítulo III.

o estado político do Brasil, que ainda converte quase exclusivamente as atenções para a discussão das questões políticas, relativas ao novo Pacto Social, e as suas conseqüências, não tendo acabado ainda a luta dos antigos prejuízos e abusos inveterados com as novas teorias sociais; nem o esforço da reação contra a revolução dos princípios, que pela mesma natureza das cousas não podia deixar de ferir muitos interesses e iludir muitas esperanças e ambições individuais. Quando se trata de assegurar a existência não se pode curar das comodidades, e do aumento da produção; esta é a ordem natural, invariável, e necessária, tanto no indivíduo animal, como nos corpos sociais, igualmente determinados pelo sentimento da necessidade da existência e da conservação.”¹⁸⁶

Ao encerrar a publicação, o redator acabava por fazer um reconhecimento público de que a realidade não correspondia exatamente ao que ele imaginava ou esperava quando a iniciou. No prospecto de lançamento do jornal, havia sido dito que desde a Independência, a imprensa ocupara-se quase que exclusivamente dos assuntos políticos, e era natural que assim fosse, porque havia que combater

“ao mesmo tempo os restos do antigo despotismo, os vícios e os abusos radicados, emanações necessárias do governo Colonial e arbitrário; os excessos e reações da Liberdade, muito ordinários em um povo que sai da opressão; o prestígio do exemplo das nações vizinhas e a luva da anarquia, que circundava e invadia o território Brasileiro.”¹⁸⁷

Porém, ainda segundo o discurso fundador, agora, naquele início do ano de 1833, vivia-se uma nova época, na qual

“a Liberdade e a Independência estão seguras, quando a vertigem das dissensões vai cedendo em toda a parte ao espírito de ordem, de Legalidade e de união, é tempo de dar aos ânimos uma nova direção para a indústria e para o trabalho, elementos essenciais da Riqueza Pública e necessários meios de felicidade social.”¹⁸⁸

¹⁸⁶ *O Propagador*...nº 101, 8 de março de 1834.

¹⁸⁷ Prospecto de lançamento de *O Propagador da Indústria Rio-grandense*. Apud BARRETO, A. *Primórdios*...Op. cit., p. 122.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 122.

Este cotejamento entre textos que iniciam e encerram a trajetória do *Propagador* pode servir para reforçar o entendimento da sua atuação política na conjuntura regencial. Ao final, persistiam aqueles elementos dados como superados. Os perigos da “anarquia” e da restauração ainda eram presentes, assim como a “vertigem das dissensões”. Quando Cabral, em seu último artigo, colocava-se na posição de derrotado por forças que, de certa forma, ainda não se haviam adequado às novas “teorias sociais”, estava novamente demarcando diferenças entre as idéias de modernização desses construtores do Estado imperial unificado e as dos que se lhes opusessem. Idéias essas que estavam rigidamente vinculadas à manutenção da unidade sob um governo centralizador. É principalmente a este aspecto que ele se referia quando falava da preservação da existência do corpo social, tomado como sinônimo de unidade política. Nessa conjuntura turbulenta, local e nacional, era essa necessidade prioritária que impedia o desenvolvimento – o “curar das comodidades” e “aumento da produção”.

A comparação dos escritos sugere menos o reconhecimento de um diagnóstico equivocado, ou incompreensão da situação política concreta, do que a manutenção coerente de uma estratégia retórica, baseada em alguns princípios repetidos ao final do artigo de despedida, quando o redator atestava que nunca havia tomado da pena para

“alimentar a discórdia, e animar a irritação dos partidos, que reputamos a mais poderosa das causas que retardam o gigantesco crescimento deste vastíssimo Império; de nunca por nossos escritos, ou por algum de nossos atos, ofender ou desacatar a Nacionalidade Brasileira; e finalmente de empregar-nos as nossas faculdades, até onde possam chegar, e quanto é dado a um estrangeiro, para coadjuvar a consolidação da Ordem Pública, e a prosperidade geral desta terra hospitaleira, e onde nos arrojou a perseguição, e a tirania, e onde nos acolheu a Liberdade, a Hospitalidade, a Franqueza, e a Generosidade.”¹⁸⁹

Acham-se reunidos nesta passagem a defesa do Império, da nacionalidade brasileira e da ordem pública, e como que estabelecida uma vinculação entre esses

¹⁸⁹ *O Propagador*...nº 101, 8 de março de 1834.

elementos. São os pilares que norteariam todo o processo de construção do Estado e da Nação no decorrer do século XIX, e que já apontavam para o papel destinado às classes em contenda. Significativamente, talvez, é que ainda na derradeira edição na qual o redator fazia sua despedida, a clivagem social, e a solução política proposta ao seu equacionamento, aparecessem de forma bastante explícita. Tratava-se de um artigo que era um libelo contra o “popular” na política, onde se sustentava ser um erro, sem nenhum resultado positivo, o “adular” o povo. O patriotismo era diferente do amor à popularidade, exigindo firmeza do governo, pois o Brasil “tem quase só a temer o baixio de uma demasiada condescendência para as exigências populares”. Era evidente a incapacidade política do “povo”, pois este “anima e eleva aqueles que querem abaixar-se até a mais vil adulação de seus excessos; deste comércio de lisonjas só resulta uma depravação geral.”¹⁹⁰ O texto, pode-se dizer, dá um fechamento apropriado ao conjunto do periódico, pois indica novamente a preponderância da ação governamental, absolutamente dissociada dos anseios populares, e, de maneira sutil, faz referência aos agitadores políticos locais.¹⁹¹

Em uma conjuntura que possivelmente ele caracterizasse como de “depravação geral”, encerrava a publicação um decepcionado Cabral. Mas nossa história não finda aqui, pois ainda faz-se necessário observar com mais atenção no que o conjunto de seus escritos foi mais permanente e enérgico, ou seja, a defesa da centralização. O componente eminentemente político do jornal, que se quer salientar, fica mais claro na observação dos textos nos quais o redator explicitava sua visão do Brasil como um Império a integrar. Nesses momentos, delineava-se um contra-discurso de combate aos argumentos considerados atentatórios à unidade do Brasil, fossem eles federalistas, republicanos ou de qualquer ordem. Este é o tema do próximo capítulo.

¹⁹⁰ *O Propagador...*nº 101, 8 de março de 1834.

¹⁹¹ Na análise deste texto do jornal, compartilho parcialmente da apreciação manifestada por Francisco Neves Alves, estudioso da imprensa rio-grandina. Ainda que saliente o julgamento sobre a incapacidade política do povo, parece-me que o autor não enfatiza com o devido destaque a relação entre o texto do periódico e a conjuntura local. ALVES, Francisco Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina: o estudo de alguns “fragmentos” do século XIX*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995, p. 34.

Cap. III – O Império na província

O exame da imprensa periódica provincial é revelador das alternativas e “destinos possíveis” colocados aos agentes que pensavam e viviam o processo de constituição do Estado no Brasil, nos anos pós-Abdicação. A parte meridional do Império era uma região de produção pecuária compartilhada com os vizinhos hispânicos, na qual os limites territoriais estavam ainda precariamente estabelecidos. Isto proporcionava aproximações um tanto perigosas para os defensores da unidade imperial, devido à incerteza quanto à própria delimitação geográfica dos países que disputavam territórios e em função de uma conjuntura platina na qual o republicanismo se afirmava desde os anos de 1810, complexificando sobremaneira o quadro de possibilidades políticas. Pode-se dizer que a configuração dos Estados no sul da América, nesse período, era um processo em aberto.¹⁹²

A defesa da monarquia constitucional “moderada” e conservadora prevaleceu, assim como a preservação da integridade do território. Em um andamento marcado por conflitos e disputas, configurou-se o Estado imperial unificado que se consolidou no decorrer do século XIX. O objetivo deste capítulo é demonstrar como a parcela da elite reunida em torno da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense – especialmente o segmento mais forte, o dos comerciantes – participou da construção do “edifício” imperial. Isto será efetivado através da análise da argumentação mais recorrente do periódico, aquela que se voltava, com maior ênfase, aos temas relativos ao Império, tomando-o como uma totalidade cujo fator de integração e coesão era o governo monárquico.

O pressuposto básico a orientar a leitura do *Propagador* nesta parte do trabalho é a consideração de que os membros da Sociedade Promotora devem ser vistos como agentes atuantes e, portanto, constituidores do período histórico que lhes coube viver. Essa atuação, contudo, dava-se nos marcos de duas balizas fundamentais. Por um lado, estava vinculada à idéia já antiga da efetivação do “vasto e poderoso império português”, reformulada depois da Independência e redefinida em direção à constituição do Império do Brasil. É principalmente a

¹⁹² Conforme, entre outros, GUAZZELLI, C. A. B. *O horizonte...* Op. cit.; PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação...* Op. cit.; MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria...* Op. cit.

obra de Maria de Lourdes Viana Lyra, *A utopia do poderoso império*, que servirá de referência, objetivando demonstrar o quanto o discurso do periódico estava imbuído dos princípios ideológicos que a autora tão bem analisa.

Por outro lado, a constituição do Estado imperial se realizava no quadro mais amplo de readequação da posição do Brasil na divisão proposta (ou imposta) pelo capitalismo ascendente, levando as elites locais à composição de uma nova estrutura de governo. Vinculando a organização do sistema produtivo com a divisão de poder, esse arranjo político logrou a efetivação de um Estado unificado, o qual, nas décadas seguintes, soube muito bem defender os interesses dos principais setores da produção exportadora. Nesse reposicionamento ocorria, simultaneamente à constituição do Estado, o “forjar-se” como classe dominante dessas elites, nos termos que propõe Ilmar Mattos, em *O Tempo Saquarema*. Há aqui o reconhecimento da pertinência da visão do autor em relação à efetiva consolidação de um Estado centralizado e de uma classe que o controlava. Entretanto, também se pondera sobre o grau de participação das elites provinciais envolvidas nessa construção. A partir desses pressupostos, procura-se discutir a ação de atores sociais que viveram em uma vila de província periférica, mas que pretenderam interferir no entrecruzamento de processos que misturavam elementos de curto e de longo prazo, e que também eram mediados por circunstâncias locais e globais.

Com relação aos textos do *Propagador*, é oportuna, ainda que repetida, uma menção quanto à forma geral como estes se estruturavam. Os temas quase nunca eram abordados de maneira exclusiva, isto é, sempre apareciam referências a múltiplos aspectos em um mesmo artigo. Isto torna a divisão em tópicos um tanto arbitrária, objetivando tão somente organizar minimamente a exposição – o que, de resto, também é uma ressalva válida para o que já foi apresentado do jornal. Discorrendo sobre qualquer proposição, por mais trivial que fosse, o redator sempre encontrava espaço e oportunidade para expor opiniões políticas, morais, econômicas, de ordem jurídica ou mesmo pessoal. Ao mesmo tempo, qualquer objeto prestava-se à análise, diagnóstico, propostas e teorização sobre o “nosso vasto e rico império”, dizendo muito, no conjunto, sobre o caráter geral e a pretendida visão globalizante do periódico, fundamental na argumentação aqui desenvolvida.

Na vastidão do Império – pensar o Império

O tema geral de discussão historiográfica, no qual este trabalho busca inserir-se, é o da formação e consolidação do Estado imperial brasileiro, tema este que invariavelmente nos remete ao exame dos atos administrativos e do papel das lideranças ocupantes das posições de governo. Tendo como base estudos que se voltam para estes aspectos, mas seguindo um caminho um pouco diferente, considero que se pode aprofundar a discussão desta temática pela avaliação das conexões existentes entre as diversas situações locais e o centro do Império. Busca-se, desse modo, perceber a atuação de agentes históricos que viviam uma realidade não necessariamente circunscrita ao âmbito local, de onde “sofreriam” as ações governamentais. Havia homens que se viam e se sentiam, também na província, como “construtores” desse Império. Assim, na primeira parte, o propósito é mostrar como o *Propagador da Indústria Rio-grandense* propunha-se a abordar com preferência os assuntos que tratavam da totalidade do Império, desligando-se um tanto das discussões de âmbito local.¹⁹³

Uma visão integral do território do “país” já aparecia no primeiro número.¹⁹⁴ Em 30 de janeiro de 1833, na finalização de um longo artigo denominado “Influência da Indústria na grandeza, e prosperidade das nações, e sua necessidade para o Brasil”, fazia-se a seguinte apreciação:

“Qual é o país comparável ao Brasil pela parte de suas faculdades, e suas qualidades físicas! Um território imenso, um solo fertilíssimo e capaz de todas as produções do Mundo; climas variados, e todos temperados pelas mais felizes circunstâncias locais; os mais úteis animais dos dois hemisférios; uma vegetação eterna e preciosa; os metais do

¹⁹³ Com essa prática, conforme já foi salientado, diferenciava-se, de maneira geral, dos outros periódicos contemporâneos, tanto de Rio Grande – *O Noticiador*, e *O Observador* – quanto de Porto Alegre – *O Recopilador Liberal*, por exemplo – que, sem abrir mão de interferirem nas questões mais amplas, eram muito mais voltados para temas locais.

¹⁹⁴ Ainda que, nesse texto, a palavra “país” possa ter um entendimento bastante próximo do uso atual, por estar o redator referindo-se a todo o território do Império, chamo a atenção para o sentido que o termo tinha na época, que o associava mais estreitamente com a descrição física que era feita por Cabral. Segundo o dicionário de Moraes Silva, “país” ou “paiz”: Terra, região. Remete à “paisagem”: vista, ou representação de terras, campos. MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario...* Op. cit., p. 383 (vol. II).

maior valor, já considerados como representativos, já em sua utilidade para o uso das Artes; rios navegáveis até o coração do Império, e até além dos seus limites; portos seguros e cômodos, numa posição geográfica a mais própria para facilitar a comunicação com as cinco partes do Mundo. [...] Todo brasileiro deve sentir o mais vivo entusiasmo quando encara os futuros destinos de uma Pátria tão bela. [...] Mas este futuro não passará de um sonho filantrópico, e de uma doce quimera; e todas as vantagens territoriais serão perdidas se teirmos em permanecer no estado de oscilação e divisão, que tem já obstado ao seu desenvolvimento; e se em vez de cultivar as ciências, que ensinam a tirar partido dos meios naturais de produção, e de nos entregarmos ao trabalho industrial, permanecermos no ócio”.¹⁹⁵

O conjunto do texto é de uma eloqüência notável ao destacar as potencialidades naturais de uma “Pátria tão bela”, mas note-se que a sua realização estava condicionada à manutenção da unidade. O Brasil era uma totalidade formada por partes distintas que se complementavam, não funcionando separadamente. É apropriada, nesse sentido, a imagem de um corpo cujas artérias (“os rios navegáveis”) ligavam-se ao coração do Império, representando simultaneamente a idéia de integração orgânica e hierarquização entre os membros e órgãos desse conjunto.¹⁹⁶

Essa “doce quimera”, esse “sonho filantrópico”, avalizado pelas “mais felizes circunstâncias locais”, era uma imagem recorrente e antiga. Desde a época dos descobrimentos, expressões semelhantes denotam “a utilização do recurso ao discurso utópico para o reforço da reinterpretação do esquema teórico embaixador do projeto da unidade luso-brasileira”. São palavras de Maria Viana Lyra, para quem, no momento da transferência da Corte portuguesa para o Brasil “a fala da *Ilustração* passou a carregar na adjetivação de *novo, grande, vasto* ou *poderoso* império, com a firme intenção de enfatizar o potencial disponível no Brasil para a

¹⁹⁵ *O Propagador*...nº 1, 30 de janeiro de 1833.

¹⁹⁶ Este “corpo” foi construído, política e ideologicamente, simultaneamente à construção da própria identidade nacional. Sobre essa construção, veja-se o trabalho de MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*...Op. cit. O autor analisa o processo de definição das fronteiras políticas nacionais relacionando-o com o discurso geográfico legitimador – a “Ilha-Brasil” – e com as vicissitudes conjunturais das disputas com outros países americanos.

salvação do Reino de Portugal”.¹⁹⁷ A idéia de grandeza e unidade imperial marcaria fortemente o processo de Independência do Brasil, distinguindo-o de outros modelos americanos de emancipação, segundo a mesma autora.¹⁹⁸

Ainda que após a Independência, e mais agudamente depois da Abdicação, em 1831, o discurso da unidade luso-brasileira tivesse sido alterado com a oposição anti-lusitana, a força da idéia de grandeza, integridade e riqueza do Império atlântico persistiu, agora direcionada para a realização do enorme potencial desse império “genuinamente” brasileiro.¹⁹⁹

A retórica do *Propagador*, assim, pode ser vista como portadora de elementos de continuidade, reprocessados de acordo com os novos tempos. Notemos que, para o Brasil,

“[...] uma nova Era de civilização seria aberta, e a América, pela aparição quase instantânea de um riquíssimo estado, veria chegar mais prontamente a sua vez de grandeza e glória, que lhe é destinado na ordem dos acontecimentos, e das revoluções do gênero humano”.²⁰⁰

Percebe-se aqui a enunciação de uma espécie de “destino manifesto” de matriz brasileira, fortemente marcado pelo sonho secular de grandeza imperial.²⁰¹ A América poderia ver acelerado o seu incipiente, mas já pré-configurado, processo civilizacional. Mas desde que orientada pelos padrões daqueles que já haviam tido a “sua vez de grandeza e glória”. O texto de Cabral revela assim uma

¹⁹⁷ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 21.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 22.

¹⁹⁹ Isto, é claro, muito mais no plano do discurso. A idéia de reunificação do Brasil com Portugal foi acalentada, por alguns setores, durante muito tempo, sendo especialmente forte até a morte de D. Pedro I, em 1834. LYRA, M.V. *A utopia...* Op. cit., p. 224.

²⁰⁰ *O Propagador...*nº 36, 8 de junho de 1833.

²⁰¹ A expressão “destino manifesto” é aqui tomada por empréstimo de Demétrio Magnoli, quando o autor a utiliza para caracterizar o sentido de continuidade implícito no processo de transferência da Corte portuguesa para o Brasil e edificação do Império na América, o que seria visto como a confirmação do “destino manifesto luso-brasileiro”. Cabe ressaltar que utilizo a expressão analisando um jornal que atua na conjuntura imediatamente posterior à Abdicação, onde a idéia de “destino manifesto” aparece com um sentido mais “brasileiro”, menos ligado à lusitanidade. MAGNOLI, D. *O corpo da pátria...* Op. cit., p. 79 e seguintes.

espécie de “transferência” das antigas aspirações portuguesas, conforme descrito por Maria Viana Lyra.

Todo esse potencial, porém, tinha entraves para a sua realização. Além da referência ao “ócio”, que nos textos do jornal aparecia vinculado à natureza exuberante, a qual não exigia muito trabalho ao homem, e ao “estado de oscilação e divisão”, razão sempre citada, outra dificuldade era a situação de “nação em formação”.²⁰² Nessa direção, eram várias as menções sobre o estágio inicial da constituição da Nação brasileira, em todos os aspectos. As dificuldades da “indústria”, agora considerada já em um sentido mais atual, eram reconhecidas em um artigo que fazia um balanço das atividades econômicas nacionais, em seus diversos ramos.²⁰³ O resultado dessa análise mostrava que havia muito por fazer em prol do desenvolvimento do Brasil, mas,

“[...] se ele está longe de ser completamente satisfatório em relação ao adiantamento das nações, que há mais tempo seguem a carreira industrial, não deixará contudo de ser animador, considerado em relação à nossa curta existência política, e ao completo atrasamento em que nos achávamos a este respeito, quando principiamos a existir”.²⁰⁴

Essa visão global, manifestada em relação ao estado da economia, tinha o seu complemento, quando se analisava o âmbito da política nacional. Estabelecendo uma comparação com a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, concluía-se novamente que as razões das desvantagens do Brasil vinculavam-se à “curta duração da nossa vida política, ou antes da nossa infância política, que segundo a ordem natural das coisas nos deixa muito atrás das Nações, que têm

²⁰² Aqui podemos notar uma das aparentes contradições do discurso do jornal. A natureza exuberante é fator de realização da idéia de império poderoso e ao mesmo tempo empecilho para o disciplinamento da população, atrasando esse projeto. A contradição talvez se explique porque existe nesta formulação, parece-me, uma justificativa implícita para o uso de mão-de-obra compulsória.

²⁰³ A referência às nações que seguiam há mais tempo a “carreira industrial” parece indicar que, especificamente neste texto, o sentido do termo está mais ligado ao desenvolvimento das máquinas e à conseqüente reprodução seriada e massiva de mercadorias, diferentemente da acepção mais usual, e ampla, do conceito de indústria que se fazia então. (Vide página 40)

²⁰⁴ *O Propagador...*nº 7, 23 de fevereiro de 1833.

corrido mais longa carreira industrial”. O instrumento que possibilitaria a redução rápida desse atraso seriam as “associações”, e a observação das nações citadas “deve convencer os Brasileiros, de que só este princípio vivificador [o espírito de associação] é capaz de desenvolver a prodigiosa fecundidade do nosso incomparável território, e levar-nos ao ponto culminante de riqueza, e prosperidade, que têm tocado aquelas nações”. Mas o Brasil era muito grande e heterogêneo, portanto,

“[...] convém antes de tudo promover as associações agrícolas em todos os distritos, em que for possível fazê-lo; e esta necessidade é tanto mais palpável, quanto nossos variados climas, e diferentes produções, nos diversos territórios compreendidos na vastidão do Império, exigem diferentes conhecimentos, e diferentes práticas, que o cultivador isolado não pode nem introduzir nem vulgarizar”.²⁰⁵

Esse texto é importante porque contém uma série de elementos que corroboram o argumento central deste trabalho. Mencionava-se mais uma vez a nossa “infância política”, além disso, comparava-se o Brasil com outros países e, ao propor soluções, era considerada a heterogeneidade geográfica do Império. Tudo isso reforça a percepção de que o *Propagador*, em alguma medida, pretendia “falar” para o Brasil, pois era a totalidade do Império seu foco mais freqüente.

Relevante também é notar que a menção da necessidade de difusão de associações agrícolas revela um discurso absolutamente integrado à visão econômica do centro do território imperial. Essa pode ser caracterizada com base nos princípios da Fisiocracia, aqui tomada em seu sentido mais geral, considerando a defesa do liberalismo dirigido e da primazia dos interesses agrícolas. Dois elementos, aliás, muito usados pelo redator como armas de combate aos pecuaristas, conforme visto anteriormente. Werneck da Silva afirma que a tendência fisiocrática, na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, teve o efeito de fazer com que esta tivesse, entre seus objetivos, o de “elencar pragmaticamente os recursos da natureza, para que as atividades produtivas,

²⁰⁵ *O Propagador*...nº 57, 24 de agosto de 1833.

mesmo no âmbito de certas práticas mercantilistas, tivessem um cunho mais científico”.²⁰⁶ Isto parece aplicar-se também à Sociedade Promotora e ao *Propagador*, assim como também se ajustam ao discurso do jornal os princípios básicos da ordem social teorizada pela Fisiocracia. Conforme destaca Aldo Maffey, apoiando-se em escritos de Quesnay, esses princípios poderiam ser assim resumidos: 1) elementos fundamentais de toda organização social – propriedade, liberdade, segurança; 2) determinação das funções do governo – despotismo legal; 3) determinação das funções das classes – critério de produtividade.²⁰⁷ Mais do que preceitos, quase que se transformavam em necessidades para os construtores desse Estado agro-exportador.

A diversidade agrícola (percebida enquanto potencial, é claro) mostrava um Brasil ainda a ser integrado, múltiplo, heterogêneo em muitos aspectos. No momento em que se fundamentavam os alicerces do Estado unificado, havia uma tendência inequívoca de aplacamento das diferenças. Conforme observou João Paulo Pimenta, para um período anterior, na conjuntura da Guerra da Cisplatina, “em nome dessa unidade, as diferenças são desproblematizadas, deslegitimadas”.²⁰⁸ O discurso do *Propagador*, contudo, pelo menos com vistas à produção de riquezas, era talvez um pouco mais complexo. Conferia positividade à variedade, sem deixar de destacar o trabalho de conexão e integração a ser realizado por um governo central forte.

Se a heterogeneidade percebida em relação às possibilidades econômicas era avaliada positivamente, o mesmo não se dava quando esta se manifestava no conjunto de leis do Império, e isso era especialmente grave no julgamento do periódico, para quem era tão valiosa a defesa da centralização monárquica. Em um texto sobre o estado da legislação brasileira, motivado pela notícia de que seria formada uma comissão para a revisão do corpo de leis, o redator aproveitava para demonstrar seus conhecimentos jurídicos e discorrer longamente sobre o

²⁰⁶ SILVA, J.L.W. *Isto é o que me parece...* Op. cit., p. 70 (vol.2)

²⁰⁷ MAFFEY, Aldo. Fisiocracia. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. (ORG.) *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UNB, 1999, p. 502 (vol. 1).

²⁰⁸ PIMENTA, J. P. G. *Estado e Nação...* Op. cit., p. 205.

tema.²⁰⁹ Cabral iniciava com um diagnóstico bastante severo, no qual a legislação do Brasil era vista como “singularmente confusa, contraditória, e insuficiente, nem outra coisa poderia resultar da heterogeneidade de seus elementos, e da diversidade das influências, sob as quais tem sido produzida”.²¹⁰

Elencadas as dificuldades, abordava as possíveis soluções, e a proposta de criação da comissão de revisão era criticada, apesar de não se duvidar das “luzes não vulgares, e ilibado patriotismo” dos seus membros. O problema, perguntava o redator, era se “uma numerosa Comissão conterà o princípio centralizador, que é essencial a um corpo de Leis”. Evidentemente que não. Então era exposta, por fim, a curiosa proposta de

“[...] adotar, por base dos trabalhos, cada um dos Códigos das Nações cultas; fazer a importante comparação de suas disposições com os lugares paralelos de nossa Legislação, com os nossos costumes, e mais circunstâncias, que podem influir na bondade relativa das Leis; e tirar, de todos esses materiais comparados, um novo corpo de Direito, que votado depois em globo pela Assembléia Legislativa, substituísse toda a atual, contraditória, e insuficiente Legislação”.²¹¹

Sabemos que a proposta foi em parte seguida em períodos subseqüentes da nossa história... Mas importa destacar que aqui novamente percebemos a noção de heterogeneidade, a defesa da centralização e a postura de “pensar o Brasil”, para além dos limites da província. O “país”, nunca é demais repetir, não era visto como um todo uno e indivisível, ao contrário, era um conjunto que necessitava de uma articulação que promovesse um mínimo de coesão, daí a similitude da postura do *Propagador* com o que Ilmar Mattos identifica como o “projeto Saquarema”. Em linhas gerais, a atuação da liderança conservadora, Saquarema, voltou-se para a unificação do Império, articulando o território e suas elites em marcos favoráveis aos interesses do principal setor econômico de então, o da

²⁰⁹ Lembro que José Marcellino da Rocha Cabral era “doutor em Leis” formado em Coimbra. Sua análise da legislação do período parece ter sido bastante precisa. Semelhante a do redator, por exemplo, é a avaliação feita por CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: *História geral da civilização brasileira*. Op. cit., p. 28.

²¹⁰ *O Propagador*...nº 75, 2 de novembro de 1833.

²¹¹ *Ibid.*

agricultura exportadora localizada nas áreas próximas da Corte, em um momento em que o incremento da produção e comercialização do café tornava o produto uma das principais fontes de riqueza para as (nem tão) novas e antigas elites. Analisando esse processo, Mattos destaca o componente político envolvido, e é atento a este aspecto, também, que me parece poder-se compreender o discurso do jornal. Nesse sentido, a preocupação com a legislação é bem demonstrativa dessa atividade e desse pensamento eminentemente político.

Se a totalidade era o foco, e se o Império era vasto e múltiplo, impunha-se a necessidade do conhecimento do território e da população.²¹² Esse tema era citado amiúde nas páginas do jornal, sendo exaustivamente discutido em um longo artigo do início de 1834, intitulado “Estatística – seu objeto e importância”. Inicialmente o redator traçava um extenso apanhado do que consistiria o objeto desse “ramo do conhecimento humano”, que compreenderia a apreciação de “um Estado em todas as suas partes”, considerando os aspectos geográficos, populacionais, políticos, administrativos e legais. Todo um quadro das informações que a estatística deveria proporcionar era minuciosamente descrito e dividido, e então, passava-se às considerações sobre a sua importância para o Brasil. Esse era um assunto particularmente caro a José Marcellino da Rocha Cabral. Um dos motivos alegados para o seu afastamento do periódico, quando do término da sua publicação, foi o recebimento de um convite para organizar a estatística provincial.²¹³ No Império, argumentava o redator, essa ciência era especialmente útil e necessária por ser

²¹² Falando sobre uma conjuntura posterior (1840), durante a consolidação da liderança Saquarema, Ilmar Mattos chama a atenção para a tarefa administrativa do *esquadrinhamento*, isto é, o conhecimento profundo e pormenorizado do “território e dos homens”, com vistas a um “conhecimento mais detalhado das potencialidades do território imperial, tornando mais ágil a movimentação dos agentes da centralização”. MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema*. Op. cit., p. 223. Esta proposta e as ações neste sentido aparecem, de forma semelhante, no texto do *Propagador*.

²¹³ Afirmava Cabral, quando explicava posteriormente, em 1838, suas atividades daqueles tempos na província: “Além daquele jornal não escrevemos para folha alguma, como é notório, nem para isso tínhamos tempo, por nossas ocupações, que eram, além daquela redação, a advocacia que exercíamos para quase todas as vilas da província, e, mais tarde a árdua comissão de organização da estatística, para a qual nos convidou o presidente Galvão, por deliberação do conselho administrativo, que foi depois confirmada nas presidências dos Srs. Marianni e Fernandes Braga”. CABRAL, J.M.R. *Collecção...* Op. cit., p. 20. A preocupação com o conhecimento detalhado revela uma visão administrativa conformada nos marcos do reformismo ilustrado. Na província, uma manifestação deste espírito da época já se encontrava nas memórias ecônomo-políticas de Gonçalves Chaves, publicadas em 1822 e 1823. O interesse pela estatística manifestava-se

“[...] o Brasil campo vastíssimo para toda a sorte de melhoramentos sobre que pode cair a ação Legislativa e Administrativa, por sua imensa extensão, pela dispersão e diferenças de sua população, pela variedade dos seus extensos territórios, e de seus imensos produtos, pela disparidade de seus climas, e situações, e por outras tantas causas, que dão ao Povo, que o habita, diferentes costumes, e diferentes necessidades”.

Do reconhecimento dessa diversidade derivava a certeza de que país nenhum do mundo tinha mais necessidade de “um corpo de observações, e um quadro dos fatos, que distinguem individualmente as localidades, e que podem dar uma idéia exata e completa do todo”. Essa necessidade far-se-ia tanto mais premente porque

“[...] os Legisladores, achando-se empenhados na difícil tarefa de construir e organizarem um edifício todo novo, um corpo de legislação adaptado às novas Instituições, e aos novos princípios sociais, em oposição, em quase tudo, com a antiga forma de governo, e antigas Leis, não têm no passado dados alguns para se dirigirem no presente e no futuro; nem a possibilidade de os alcançar, enquanto não existir uma Estatística do Império”.²¹⁴

Esse “edifício novo” em construção necessitava ser conhecido a fundo, para ser integrado. É interessante que o adjetivo “novo” refere-se à estruturação política, e procura marcar uma diferença profunda, pois essa estará em oposição “em quase tudo” com a antiga forma de governo. Conforme as várias análises que já se fizeram sobre as posições das elites desse período, é neste “quase tudo”, ou seja, na pequena parte que faltaria para uma diferença absoluta com a época colonial que se esconde o fundamental, a manutenção da estrutura mercantil escravista.²¹⁵

especialmente na quinta memória, “Sobre a Província do Rio Grande de São Pedro em particular”. CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas...* Op. cit. A obra de Chaves foi citada, elogiosamente, no *Propagador* nº 9, de 2 março de 1833.

²¹⁴ *O Propagador...* nº 92, 18 de janeiro de 1834.

²¹⁵ O tema das permanências ou rupturas ainda será contemplado a seguir, mas talvez seja interessante citar o que diz Emilia Viotti da Costa sobre os limites da emancipação política, pois

A unificação desse “vasto Império” sempre foi um tema recorrente no discurso do periódico. O arrazoado em torno da centralização invariavelmente aparecia vinculado à promoção de uma desqualificação da atividade política, e valorização dos aspectos administrativos, como se a administração central estivesse acima das disputas. Esse é um recurso fundamental no discurso dominante de maneira geral, também repetidas vezes presente no órgão oficial da Sociedade Promotora.

Conduta franca e patriótica – administração versus política, interesses versus paixões

A leitura do *Propagador* proporciona a percepção do quanto era reiterado o discurso que mostrava, velada ou abertamente, uma postura crítica em relação à atividade política. O jornal procurava manter-se fiel, em certo sentido, ao seu prospecto de lançamento. As disputas das facções deveriam ceder lugar ao trabalho e à busca do enriquecimento pelos meios lícitos e, mais importante, sempre respeitando a ordem estabelecida.

Essa postura pode ser analisada de duas maneiras. Por um lado, no quadro das disputas travadas pelas elites imperiais do período, representava uma adesão à ordem política vigente e uma recusa da discussão do arranjo federativo, um tanto precário, sobre o qual o Império equilibrava-se. Falar de política, nesse momento, significava falar das revoltas provinciais, da alternativa republicana, dos conflitos entre brasileiros e portugueses. Nenhum dos temas parecia interessar ao redator do *Propagador*, mais preocupado, aparentemente, em desconectar o debate político da “racionalidade” da ação administrativa.

sintetiza bem o quadro amplo no qual deu-se a construção do Estado imperial: “A emancipação política realizada pelas categorias dominantes interessadas em assegurar a preservação da ordem estabelecida, cujo único objetivo era romper o sistema colonial no que ele significava de restrição à liberdade de comércio e à autonomia administrativa, não ultrapassaria seus próprios limites. A ordem econômica seria preservada, a escravidão mantida. A nação independente continuaria subordinada à economia colonial, passando do domínio português à tutela britânica. A fachada liberal construída pela elite europeizada ocultava a miséria e escravidão da maioria dos habitantes do país. Conquistar a emancipação definitiva da nação, ampliar o significado dos princípios constitucionais seria tarefa relegada aos pósteros”. COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, C.G. (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1974, p. 125.

A posição do jornal também denota, por outro lado, uma característica invariavelmente presente no pensamento das elites, que é o sentido “prático” privilegiado na apreciação das atividades humanas.²¹⁶ A ação prática cotidiana, relacionada aos interesses mais imediatos, contrapõe-se à força desestabilizadora das “paixões”, como veremos posteriormente.

Com relação ao primeiro aspecto, o exame do conjunto do jornal mostra que era levada à exaustão a repetição das críticas aos movimentos políticos, sempre considerados como tendentes ao “aniquilamento social”. Mas essa crítica não se limitava a atacar os agentes do desequilíbrio e da turbulência, ela era indefectivelmente acompanhada da defesa das ações governamentais e da pretensa isenção com que eram tratados os assuntos de governo, desvinculando totalmente a administração da política. Esse esvaziamento da discussão política apontava para a cristalização de uma determinada forma de configuração do Estado na qual o poder central tinha de ser visto como o próprio fator de unificação, uma vez que eram precários os elementos aglutinadores entre as províncias, excetuando-se, parece-me, as ligações dos interesses de certos setores das elites provinciais com a Corte, essas sim bastante sólidas.²¹⁷

Afora essa conexão, que se pode estabelecer entre a intenção de minimizar a discussão política e os objetivos mais imediatos e pragmáticos dessas elites, penso que é importante ter em mente um horizonte cultural mais amplo, no qual esses grupos atuavam. Faz-se necessário, então, voltarmos a pensar nos princípios da Fisiocracia, conjunto de idéias assumidas por muitas das lideranças do período. Pierre Rosanvallon, em *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*, afirma que “propondo *racionalizar absolutamente* a política, os fisiocratas

²¹⁶ Esta “praticidade” pode ser relacionada com o que Karl Mannheim destaca ser uma das características do pensamento conservador: o seu apego ao imediato, ao real, ao concreto. MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J.S. (org) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 111-112. A apreciação do autor vale, também, para a atuação das elites que lideraram o processo de consolidação do sistema político e econômico imperial. O discurso do *Propagador*, no entanto, sabia combinar bem estas características com um relativo grau de teorização, tão ao gosto do seu redator e ao espírito da época.

²¹⁷ Conforme vêm demonstrando trabalhos que analisam os nexos econômicos e sociais entre as regiões do Brasil desde o período colonial, principalmente os estabelecidos pelos comerciantes. Por exemplo, FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura...* Op. cit. Ou, abordando mais especificamente a província: OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes...* Op. cit.

praticamente abolem-na”,²¹⁸ o que entraria em contradição com sua defesa de um governo forte, resultando no que o autor chama de “paradoxo fisiocrático”. Defender a atuação de um governo centralizado e forte sem reconhecer a sua dimensão política é uma das muitas contradições e paradoxos presentes no cotidiano daqueles construtores do Estado. Grande parte do “trabalho” das elites que compartilhavam essas idéias consistia em elaborar, no plano discursivo, essa quase impossível síntese, exigindo uma sofisticação retórica da qual o *Propagador* constitui-se em uma amostra.

O papel da ação administrativa centralizadora, aliada à defesa da integridade do território imperial, assumia uma posição de destaque na construção desse “edifício todo novo”. Pode ser estabelecida uma proximidade entre o discurso do jornal e o que Ilmar Mattos analisa, para uma conjuntura posterior, sobre a maneira da ação governamental apresentar-se:

“Se a Nação não se apresentava como um corpo uno e indiviso, e assim negava a sua definição moderna e revolucionária, o território do Império devia ocupar o seu lugar, sendo a sua integridade e indivisibilidade um “dogma político”. E, por fim, é preciso considerar que a defesa desta indivisibilidade – referida tanto às ameaças internas, como a Cabanagem e a Farroupilha, quanto às externas, como as questões platinas -, fazendo das províncias meras circunscrições territoriais, conduz a uma desqualificação da política e a um realce da ação administrativa. Ela reserva ao centro – à Coroa – ao mesmo tempo que o justifica, o papel de gestor dos interesses dominantes que se distribuem de maneira irregular pela imensidão do território”.²¹⁹

Nessa perspectiva, em grande medida, já se inseria o discurso do *Propagador*, pelas inúmeras menções que eram feitas à capacidade da administração central para conduzir a vida da Nação. O governo era sempre descrito como o defensor e o garantidor dos interesses e dos direitos dos cidadãos, a quem estes podiam sempre “com toda a confiança dirigir suas

²¹⁸ ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico...* Op. cit., p. 66.

²¹⁹ MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema*. Op. cit., p. 98.

representações”.²²⁰ Tanto quanto possível, o jornal procurava passar aos leitores a idéia de um governo firme e tranqüilo, por isso

“[...] bem que esta folha seja particularmente destinada a objetos industriais, não lhe é estranha a publicação dos documentos oficiais, que possam dar conhecimento do estado da Nação, tanto no interior em quanto à tranqüilidade e riqueza, como no exterior em suas relações de paz e amizade”.²²¹

Mesmo quando arriscava uma crítica a alguma medida do governo, o tom era sempre muito cuidadoso. Comentando, por exemplo, sobre as dificuldades impostas pelas medidas relativas à troca da moeda (ver página 59), o redator escrevia que

“Não tomaremos sobre nós a árdua tarefa de fazer a censura da Medida adotada, tanto pelo respeito devido aos Poderes Políticos, que para ela concorreram, como porque nos falecem conhecimentos, e dados para isso necessários; e estamos na convicção, de que medidas de tal natureza são sempre tentativas, e ensaios, cujos resultados se não podem bem determinar a priori”.

O artigo seguia com uma reivindicação para que a Fazenda Nacional assumisse os eventuais prejuízos que a negativa da troca das moedas de cobre falso acarretaria aos particulares, e repetia que “não pretendemos antepor nossa humilde opinião às razões que pesam na sabedoria dos Legisladores”. O mesmo texto finalizava com a afirmação de que o problema não era do atual governo, tendo se originado há muito tempo, através da ação de “uma Administração ignorante dos princípios monetários, e financeiros, ou destituída do interesse público, e do sentimento dos seus deveres”. A atual providência, apesar dos eventuais prejuízos, era em tese correta e necessária, e havia que se conformar, porque

²²⁰ *O Propagador*...nº 26, 1 de maio de 1833.

²²¹ *O Propagador*...nº 33, 29 de maio de 1833.

“[...] a Lei é um remédio violento, mas necessário; é o ferro que vem cortar o cancro social, e que, conquanto ocasione algum sofrimento, é necessário para evitar o progresso do mal; e para o curativo ter lugar, requer a maior resignação da parte do Povo, que é o corpo afetado”.²²²

Novamente aparece a metáfora do corpo, apontando para o sentido de unidade e hierarquia. O Estado (representante da Lei), é visto como uma entidade intangível, portadora de um poder e de um saber intrínseco ao qual se deve resignação.

Mesmo quando alguns interesses importantes estavam em jogo, era preferível defender o respeito à lei e à autoridade do governo. Essa defesa intransigente era repetida em um outro artigo publicado em uma edição logo a seguir, no qual era feito um comentário sobre rumores de que o governo estaria propositadamente dificultando a aceitação das moedas de cobre na troca por cédulas, para não onerar a Fazenda Pública. O redator do *Propagador* criticava os divulgadores de tais opiniões, “pessoas mal intencionadas, ou pouco refletidas”, pois

“Outro é o juízo que fazemos dos princípios, e vistas da Administração, cuja conduta franca e patriótica, exclui a idéia de um maquiavelismo tão miserável, que equivaleria a querer evitar o aumento da dívida Nacional com o prejuízo da Nação”.²²³

Importante passagem, pois relacionava a postura administrativa do governo com a defesa dos interesses do conjunto da Nação, não concebendo a possibilidade de que o primeiro pudesse executar alguma medida que viesse a prejudicar os interesses do segundo. Aqui também era demarcada mais uma vez a diferença em relação ao período do “despotismo”, sublinhado nas críticas que eventualmente eram feitas aos governos anteriores e suas ações deletérias.

A permanente sobreposição da atividade administrativa sobre a política mostra que o *Propagador* defendia um princípio muito caro aos líderes do núcleo

²²² *O Propagador*...nº 73, 26 de outubro de 1833.

²²³ *O Propagador*...nº 77, 9 de novembro de 1833.

do poder imperial que alguns anos depois estariam à frente do governo. No dizer de Ilmar Mattos,

“Anima-os a convicção da necessidade de preservação de uma ordem que concebem como natural. Comungam a idéia de que o fundamental para o Império reside no exercício pleno e eficiente do poder administrativo, e não no jogo político”.²²⁴

Há que se ponderar que essa postura, independente de sua intencionalidade (o que é difícil de avaliar), constitui uma atitude eminentemente política. Como também o era a ação do jornal, ao escrever que, infelizmente, “a nova sociedade Brasileira começa por onde acabam as velhas Nações da Europa, pela política; enquanto os espíritos positivos se queixam de que se despreza o fundo pela forma, e os interesses materiais.”²²⁵ Talvez o redator tenha escrito isto “inspirado” pelo “Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em a Sessão ordinária de 1833, no dia 8 de Maio”. A publicação do relatório no *Propagador* só aconteceu em duas edições dos dias 8 e 12 de junho. Um comentário do ministro vale ser citado, porque fazia referência direta à Sociedade Promotora e ao periódico, evidenciando as conexões existentes entre o governo central e essa parcela da elite provincial, ou, pelo menos, uma grande identidade de princípios. Além disso, a passagem é bastante parecida com o trecho do jornal transcrito acima. Afirmava o ministro:

“O espírito de Associação há poucos anos começou entre nós, e a sua direção mais se encaminhou para objetos políticos, como pediam os tempos, do que para interesses materiais; mas é de esperar que estes tenham em breve a sua época. A Província de São Pedro já tem tomado esta direção: nela se tem formado associações para aprofundarem a entrada do porto do Rio Grande, para a abertura da barra do Rio de São Gonçalo, para navegar a lagoa em barco de vapor, e para outros objetos úteis; havendo uma Sociedade patriótica para animar o progresso industrial por meio da instrução derramada por uma Folha periódica, a que é vedado tratar de política”.²²⁶

²²⁴ MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema...* Op. cit., p. 193.

²²⁵ *O Propagador*...nº 32, 25 de maio de 1833.

²²⁶ *O Propagador*...nº 37, 12 de junho de 1833.

É evidente a semelhança entre o texto oficial e o do redator, e não importa muito se José Marcellino da Rocha Cabral leu ou não o relatório antes de escrever. Significativo é perceber que havia uma inegável identidade ideológica entre o jornal e o governo, baseada em princípios difundidos com anterioridade ao período que Mattos situa como o da consolidação do Estado imperial sob a liderança Saquarema. A folha à qual estava vedado tratar de política, nesse sentido, cumpria um importante papel, *político*, sobretudo.

A defesa do governo era firme e constante nas páginas do jornal, manifestando-se ainda mais veementemente quando envolvia medidas que vinham ao encontro dos interesses centralizadores.²²⁷ No artigo já citado sobre o projeto de implantação da Cia. de Paquetes a Vapor, após a justificativa de tão importante iniciativa, o redator escrevia que era de se esperar apoio irrestrito, por parte dos “capitalistas patriotas”, à criação da empresa, confiando que

“Não serão baldados nesta parte as vistas luminosas de um ministro, que tem olhado os negócios, a cargo da sua repartição, debaixo do seu verdadeiro ponto de vista e em todas as suas partes, e que posto a frente do movimento industrial, e do espírito de melhoramentos, que a despeito das facções se vai desenvolvendo, pode concorrer, se achar apoio na classe capitalista, para acelerar a grandeza, a prosperidade, e a glória do Brasil”.

Prosseguia Cabral afirmando que a ação dos “capitalistas”, quando orientada pelo “patriotismo” e “entusiasmo”, possuía uma direção precisa, que era a de “auxiliar uma Administração patriótica, e ilustrada, com meios eficazes, para levar a efeito os seus utilíssimos projetos”.²²⁸

²²⁷ Um quadro amplo da estruturação política dos governos do período e das principais medidas legais instituídas encontra-se em BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1967; e sobre os vínculos existentes entre a arquitetura política – principalmente em seu caráter centralizador – e os grupos de elite há o já clássico trabalho de CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª Ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

²²⁸ *O Propagador*...nº 58, 28 de agosto de 1833.

Os “utilíssimos projetos” eram principalmente os que favoreciam a produção exportadora. Portanto, a retórica do periódico também deve ser lida levando em conta o momento do desenvolvimento capitalista global que aqui assumia características peculiares. Importando e adaptando idéias européias, as elites locais promoviam discussões ou, melhor dizendo, no caso do *Propagador*, “pregações” que combinavam o que os contemporâneos chamavam *economia política com moral aplicada*, outra expressão da época.²²⁹ É considerando estes pressupostos que podemos ler um extenso artigo intitulado “A guerra e a profissão das armas”. A retórica promotora do progresso e da modernidade se apresentava aqui através de uma crítica aos “restos dos prejuízos feudais”, responsáveis pelo espírito belicoso ainda vigente em algumas sociedades. Pode-se perceber, novamente, uma referência velada aos senhores guerreiros locais, consoante à ênfase de Cabral já vista em outras passagens. Era esse resquício do feudalismo que ainda atrasava, em grande parte do mundo, o desenvolvimento da “indústria”, por desviar grande número de indivíduos dos “mistérios da produção”. Afora uma referência bastante clara com relação à mão-de-obra, interessa destacar a visão ampla que vincula a pacificação e o enquadramento dos indivíduos a um determinado tipo de desenvolvimento, estabelecido pelo avanço do capitalismo em nível internacional.²³⁰ A humanidade entrava em um outro estágio:

“Novas eras, novos séculos, trouxeram novos princípios, e novos costumes: o gênero humano se viu submetido a outras influências, e a novas necessidades. Hoje é o espírito comercial, a atividade da indústria, e o sentimento da necessidade de paz e de sossego, que dominam a Terra, substituindo esse espírito de guerra, do furor dos embates, e de ambição de uma glória devastadora e ensangüentada”.

²²⁹ Uma apreciação da emergência da “economia política” no pensamento e discurso das elites do período foi realizada no trabalho de ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia Política na Sociedade Escravista*. São Paulo: Departamento de História – FFLCH – USP / Hucitec, 1996.

²³⁰ Expressões como “avanço do capitalismo” resultam de formulações sintéticas que só tem a função de facilitar a análise e exposição de uma situação histórica passada. O grau de percepção dos contemporâneos relativo a esses processos macroeconômicos nomeados *a posteriori* é difícil de precisar. Chama a atenção, entretanto, no *Propagador*, uma visão bastante aguda de um conjunto de práticas e idéias novas, procurando marcar uma diferença significativa com outros tempos.

Um triste período estava sendo superado, pois os progressos da civilização faziam saber que era “na liberdade, na indústria, na paz, e no trabalho que consistem as origens da prosperidade pública, e particular”, chamando “os povos e os governos a outros destinos, mais em harmonia com as necessidades da existência social”.²³¹

Combinando, como de hábito, referências veladas a problemas locais com uma reflexão de tom abrangente, o jornal vinculava a atividade produtora, enquadrada nos novos moldes, com o processo civilizacional. Não era mais a glória guerreira que devia ser valorizada, mas o sucesso pelas vias pacíficas do comércio e da indústria, o que só é possível com o sufocamento das “paixões”. Nesse sentido, o discurso do periódico trazia reiteradas passagens que podem ser relacionadas aos temas que Albert Hirschman discute em sua obra *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo*. O autor propõe uma reflexão sobre os fundamentos ideológicos determinantes para a ascensão do capitalismo, centrada na questão da função dos “interesses” como neutralizadores das “paixões”. O discurso do *Propagador* era amplamente permeado por idéias que se aproximam desta e de outras muito caras ao autor, como a referente às vantagens decorrentes da previsibilidade e da constância, características inerentes a um mundo onde os interesses governam; ou a defesa das virtudes do enriquecimento e do comércio.

Hirschman mostra como durante o século XVIII “o termo *doux* foi muitas vezes utilizado em conjunção com *commerce*”, criando a expressão *doux commerce*, trazendo uma “sobrecarga de significado que denotava polidez, modos refinados e um comportamento útil socialmente”.²³² Para o redator do *Propagador*, o indivíduo socialmente útil era aquele que se “limitava” a prosperar, chegando a ser bastante explícito, como quando aconselhava os rio-grandenses a “não sair da vereda da legalidade, da submissão às Leis e à Autoridade Pública, e limitar suas ambições ao aumento de suas fortunas, e à grandeza e prosperidade da

²³¹ *O Propagador*...nº 97, 5 de fevereiro de 1834.

²³² HIRSCHMAN, Albert. *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 82.

Pátria, pelos meios legítimos e seguros, da indústria, do trabalho e da virtude”.²³³ Este pequeno trecho contém muito das idéias gerais repetidamente apresentadas pelo periódico. Novamente a defesa do governo como instância superior, que pensa e age pelo conjunto dos cidadãos, socialmente úteis na medida em que não contestam a administração do Estado, garantidor das condições que possibilitam “limitar-se” a aumentar a riqueza.

Uma das condições básicas para o aumento das fortunas era o uso da mão-de-obra escrava, jamais questionada pelo *Propagador*, afinal, era não só um meio legítimo como essencial, segundo o entendimento da época. Sobre o estranhamento que isso pode causar, Albert Hirschman faz uma interessante colocação no seguimento do trecho citado anteriormente, dizendo que

“O uso persistente do termo *le doux commerce* nos parece uma estranha aberração para uma época em que o tráfico de escravos estava no seu auge e em que o comércio em geral era ainda um negócio incerto, arriscado e muitas vezes violento”.²³⁴

De fato, para nós pode parecer aberrante – ainda que, ressalve-se, práticas não muito diferentes de exploração do trabalho e de “comércio” sigam em vigência. Mas não o era para os “promotores” da indústria rio-grandense, muitos dos quais, aliás, envolvidos no comércio de escravos.

A tese de Hirschman pode ser criticada por conferir excessiva preponderância ao “mundo das idéias” na avaliação de um processo complexo, ainda que esta seja uma opção explícita do autor. Entretanto, é inegável o reconhecimento de que muito do que ele descreve sobre o aparato ideológico presente no discurso das elites econômicas e intelectuais dos séculos XVII e XVIII estava bastante presente e disseminado no século XIX, como o mostra a retórica desse jornal de província.

Se o capitalismo era visto como “domesticador” das paixões, tinha uma função civilizadora, e mais ainda em um país “na infância” política e mesmo econômica, na medida em que este se reposicionava nos mercados mundiais com

²³³ *O Propagador*...nº 70, 16 de outubro de 1833.

²³⁴ HIRSCHMAN, A. *As paixões*... Op. cit., p. 82.

o início da expansão cafeeira. Essa tarefa de civilização também era assumida pelo *Propagador*, daí a recorrência das menções à ilustração e à razão.

Instruir os homens, difundir as Luzes – razão e ilustração

Tanto sob a consideração de fatores de ordem mais local quanto outros, diríamos, “estruturais”, é patente que a predominância da administração e dos interesses sobre a política e as paixões estava vinculada, nos textos do jornal, à força retórica de dois termos amplamente usados: razão e ilustração. Ambos eram atributos necessários para o desenvolvimento humano individual e coletivo, portanto, em tese, o alcance do uso pleno da razão, derivado da ilustração, deveria ser facultado a todos os cidadãos livres. No entanto, como lemos em um artigo chamado “Algumas reflexões acerca da Instrução primária”, no estágio de desenvolvimento em que se encontrava o Brasil, apenas uma minoria possuía aqueles atributos; assim, era lógico que a sua direção devesse ser seguida, porque

“[...] não pode dar-se moralidade no homem sem instrução; pois que não pode haver moralidade quando o bom senso está mudo, e a razão obscurecida: e só o homem ilustrado pode empregar moralidade em seus pensamentos e ações, por ter retidão em suas idéias”.

Esse homem ilustrado ao qual se fazia referência é o que possuía uma educação superior, que não se limitava às primeiras letras. A educação primária estava destinada a outro segmento social:

“Mas o que mais importa às Classes trabalhadoras da Sociedade, a quem particularmente são destinadas as Escolas primárias, é o poderem ganhar a vida, velar por si mesmos nos seus interesses, e mais que tudo adquirir a tempo o hábito do trabalho”.²³⁵

Aos menos “ilustrados”, o trabalho simples, delegando às classes detentoras das “luzes” a responsabilidade de direção e, pode-se dizer, de

²³⁵ *O Propagador...*nº 69, 12 de outubro de 1833.

construção desse Estado nascente. A esta tarefa o *Propagador* associava-se, pois também se via como agente da ilustração.²³⁶

Comentando sobre a fundação de uma filial da Caixa Econômica na Vila de Rio Grande, escrevia o redator que, para o sucesso da instituição bancária, “não será necessário mais do que difundir nas classes menos ilustradas o conhecimento da sua utilidade, incomparável segurança e vantagens”. Este convencimento – que incitaria mesmo os escravos a depositarem suas economias – seria

“[...] o mais eficaz resultado das publicações periódicas, que se ocuparem desta matéria, e dos discursos e exortações particulares dos Cidadãos ilustrados e patriotas. A filantropia e o patriotismo não tem melhor objeto, em que se empreguem, do que em infundir aquela persuasão na massa do povo”.²³⁷

Este texto traz vários verbos que se prestam a uma observação da atuação do *Propagador*. Difundir, exortar, infundir, persuadir são tarefas a cumprir pelos promotores e propagadores da indústria, das luzes e da razão. Mas ilustração e racionalidade estarão sempre enquadradas nos marcos conservadores que caracterizavam as posições do periódico e das elites no poder. O que, de resto, não constituía nenhuma apropriação indevida de idéias estrangeiras, pois sempre ocorre uma modificação na sua circulação. Abordando esse assunto, e referindo-se especificamente à heterogeneidade e aos “usos” da “ilustração”, Maria Viana Lyra é muito precisa:

“Essa nova concepção do mundo, no entanto, não se constitui num todo universal e harmônico, numa unidade de princípios. Ou seja, o *Iluminismo* ou a *Ilustração* não se manifestou através de uma única forma de pensar o homem e a sociedade,

²³⁶ A preocupação com a “domesticação” e contenção das classes “perigosas” era constante, tanto na Europa que se industrializava, quanto no Império que se utilizava da mão-de-obra compulsória. Nesse sentido, o redator do *Propagador* propunha: “Nós temos por uma idéia luminosa, a da combinação das Sociedades Promotora da Indústria, e de Beneficência, para a facilitação do trabalho à pobreza, [...] e acreditamos, [...] muito possível, que as duas Sociedades [...], cheguem a formar um estabelecimento industrial, com aquela aplicação; mandando vir algumas máquinas, tais como de cardar, filatórios, e teares de maquinismo pouco complicado, e pouco dispendioso, e próprio para o fabrico de estofos grosseiros de algodão e lã”. *O Propagador*...nº 18, 3 de abril de 1833.

²³⁷ *O Propagador*...nº 24, 24 de abril de 1833.

nem tampouco, consistiu numa única proposta de mudança e em direção a um mesmo objetivo – necessariamente revolucionário. A diversidade de reflexão sobre estruturas sociais específicas resultou em variadas interpretações sobre os direitos naturais do homem, sobre as funções do Estado e sobre as prerrogativas do poder”.

Dessa forma, a aplicação do que podemos chamar de *idéias iluministas* ou *movimento ilustrado* dependia de inúmeras variáveis contextuais, “seja ratificando ou contestando os pressupostos básicos da ordem vigente, seja propondo mudanças profundas, ou apenas a reformulação de alguns mecanismos de ação do Estado”.²³⁸

No Brasil, as *Luzes* estariam a serviço de um projeto que tinha um inegável, embora limitado, componente modernizador, na medida em que as auto-denominadas “classes ilustradas” efetivamente propunham-se a organizar um país unificado dotado de um aparelho de Estado onde há muito pouco tempo existia um aglomerado de províncias dispersas ligadas unicamente pelo nexu colonial comum. Esta realização, norteadas pelos princípios da *ilustração*, tinha um limite preciso que era a rígida estrutura social altamente hierarquizada, esta sim impermeável a qualquer “iluminação” que a pusesse em risco.

Talvez nenhum texto do *Propagador* traga mais elementos sobre a apropriação peculiar e limitada do chamado espírito das *Luzes* do que um artigo publicado em 21 de agosto de 1833, na seção Moral Social, denominado “Instruir os homens, difundir as luzes”. Aqui encontramos, depois do reconhecimento da necessidade de “ilustração” por todas as classes, todas as ressalvas que o pensamento conservador das elites imperiais impunha, invariavelmente, às doutrinas e idéias importadas, conformando um aparato ideológico original e adaptado às circunstâncias locais. Esse artigo foi reproduzido no número 915 da *Aurora Fluminense*, em 28 de maio de 1834. Constituía prática comum na imprensa da época a transcrição de outras folhas. Mas o fato de ter especificamente esse texto publicado no conceituado periódico de Evaristo

²³⁸ LYRA, M.V. *A utopia...* Op. cit., p. 32. Para uma apreciação um tanto crítica do Iluminismo como conjunto homogêneo de idéias e sua apropriação pelas elites do Brasil veja-se também o texto de COSTA, Emília Viotti da. A invenção do Iluminismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella, Ed. USP; Brasília: CNPq, 1990.

Ferreira da Veiga, além de sinal de prestígio do *Propagador*, pode ser visto como evidência da circulação e comunhão de idéias entre setores das elites do Império. Aqui, interessante notar, a manifestação dos condicionantes ideológicos assumia uma ordem contrária ao usual, isto é, ocorria antes em uma província periférica e depois repercutia no centro. A identidade se dava em torno da defesa dos princípios liberais temperados por uma poderosa dose de “moderação”, noção cara a ambos jornais.

O “difundir as luzes”, segundo o redator, era uma “necessidade do século”, mas “o sentido, e as idéias compreendidas no enunciado desta necessidade, quando se desce até os limites e objetos dessa instrução reclamada, não só diferem, mas até são opostos, de indivíduo para indivíduo, de lugar para lugar”. Partindo desse pressuposto, seguia-se uma crítica do anti-clericalismo radical, derivado das “idéias negativas da irreligião” e dos excessos cometidos em nome de uma percepção da “ciência social” baseada “exclusivamente na teoria dos direitos”, sem destacar as obrigações. Era até reconhecido que “não pode desconhecer-se em cada um dos súditos os direitos, que correspondem aquelas obrigações”, e mesmo o direito de reagir contra a sua violação, mas desde que “os resultados dessa reação não trouxerem à sociedade danos mais graves, e males mais transcendentais, do que essa ação da tirania, essa violação dos direitos”.

O texto encaminhava sua reflexão para o seu ponto central, que era promover mais uma vez a vinculação muito forte entre a população e o governo. Um tipo específico de governo, como se vê na menção à “ligação de recíprocos deveres entre o cidadão e a Associação a qual pertence, entre o súdito e o governo, depositário da força social”.²³⁹

Parece que o redator chamava de “Associação” à associação civil, o conjunto dos cidadãos, perante a qual o indivíduo era um “cidadão”. Frente ao governo, era usado o termo “súdito”. É difícil interpretar o sentido do uso desses vocábulos. Em um número anterior, já citado na página 122, também aparecia o uso dos dois termos. O texto tratava de problemas nas coletorias de impostos, e sobre a sua cobrança o redator afirmava que os “cidadãos” que se sentissem prejudicados poderiam dirigir as suas representações ao governo. Cabral

²³⁹ *O Propagador...*nº 56, 21 de agosto de 1833.

desaprovava a resistência dos particulares aos coletores, fazendo a defesa dos meios legais, porque

“[...] este direito de resistência às arbitrariedades é uma das maiores garantias sociais; mas também é o mais perigoso dos direitos, podendo-se facilmente passar os limites da justiça, quando o súdito se faz juiz na sua própria causa, julgando da legalidade ou ilegalidade da ordem”.²⁴⁰

O “cidadão” que representava junto ao governo parecia tornar-se “súdito” quando reagia mais efetivamente a uma ação da autoridade.²⁴¹ Essa terminologia é reveladora de uma tentativa de síntese – sem que se possa decidir sobre a sua intencionalidade – entre elementos novos e antigos dos sistemas políticos em vigência nas décadas iniciais do século XIX. A força da tradição, que nos escritos de Cabral se faz sentir muito fortemente, não era de forma alguma incompatível com o discurso de modernização.

Participantes do processo de construção de um Estado imperial e escravista, e ainda sujeitos aos descontentamentos dos setores desfavorecidos na organização do esquema produtivo, cabia, àqueles agentes, um entendimento ou formulação da “ilustração” que, percebe-se, estava fortemente imbricada com as características do “edifício todo novo”. Em virtude disso, o discurso sobre a ilustração estava um tanto limitado às questões práticas, evitando-se abordagens mais amplas que pudessem suscitar discussões indesejáveis, pois “uma razão clara, vontade sincera, interesse pelo bem público, e meios pecuniários podem mais do que as teorias só per si”.²⁴² No entanto, Cabral não se furtava a teorizar constantemente, ainda que fosse em defesa da razão prática ou da preferência que deviam merecer os interesses na ação humana. Mesmo esse tipo de argumentação trazia consigo, sempre, um componente teórico, centrado na lembrança da

²⁴⁰ *O Propagador...*nº 26, 1 de maio de 1833.

²⁴¹ A defesa da monarquia aparece em vários momentos no *Propagador*. A preferência do redator J.M.R. Cabral por este regime pode-se aferir por um texto seu escrito anos mais tarde, no qual afirmava que estava em jogo “se o Brasil há de ser uma Grande Monarquia Representativa, com a supremacia de poder e influência na América Meridional, ou se tem ainda de passar por todas as convulsões dos Estados vizinhos; - se há de retroceder na carreira da organização política mais de um terço de século”. CABRAL, J.M.R. Considerações sobre o actual estado político do Brasil...Op. cit., p. 4.

²⁴² *O Propagador...*nº 19, 6 de abril de 1833.

contrapartida coletiva decorrente das ações individuais. Isto demonstra mais uma vez que o foco era a sociedade e a constituição do Estado, e que a ilustração trazia prosperidade aos indivíduos ao mesmo tempo em que conformava o que o redator qualificava como “uma nova era de civilização”, marcando uma diferença importante com o passado colonial e com os tempos do “absolutismo”.

Essa “nova era”, na qual o Brasil desempenharia papel fundamental, só poderia ser atingida se os avanços propiciados pelas “luzes” fossem incorporados por uma camada maior da população, ainda que nos limites determinados pela rígida hierarquização social. É importante salientar, então, o componente de mudança que a construção do Estado implicava, com a complexificação das relações de poder. Já estava em curso, nesse momento, o duplo processo de expansão que a classe senhorial propunha realizar através do controle do Estado imperial, conforme descreve Ilmar Mattos:

“De um lado, a Coroa une aos interesses agrários, mercantis e burocráticos que se expandiam com a lavoura cafeeira os detentores de monopólios que, de modo e em graus diversos, haviam-se constituído nas demais regiões e mesmo na região de agricultura mercantil-escravista, fazendo-os superar, muitas vezes, as atitudes de desconfiança que nutriam em relação ao aparelho de Estado desde o tempo da luta contra a antiga metrópole”.

Tratava-se de uma incorporação em um nível “horizontal”, o das elites, tentando reorganizar uma divisão de poder que se modificava tanto pela mudança de status político, decorrente do processo de Independência, quanto pela nova configuração econômica, na qual o “Sul” (região sudeste atual) iniciava uma ascensão rápida.

De outro lado, eram atraídos “para a órbita dos interesses da classe senhorial os elementos que, no Império escravocrata, detêm uma única propriedade, a de suas pessoas, procedendo assim a uma segunda expansão, verticalmente”. Este processo é complexo, pois

“[...] levar a cabo esta dupla expansão não significa apenas e nem principalmente obter uma submissão, e sim proceder a

uma incorporação, a qual se apresentava, nos termos da própria proposta iluminista, como a difusão de uma *civilização*".²⁴³

Civilização, termo caro ao *Propagador*, serve de mote para discorrer novamente sobre o papel desempenhado por esta parcela da elite provincial que o publicava. Se o jornal se pretendia um agente civilizador, suas ações neste sentido devem ser entendidas de forma ampla, considerando, por um lado, o componente de autocontrole, e a “domesticação” e contenção das classes populares que o termo implicava. Por outro lado, a difusão da civilização também se aplicava a uma nova maneira de encarar a ação do governo, agora vista como revestida do conhecimento e da racionalidade ausentes nos governos absolutistas. Estes dois aspectos são analisados por Norbert Elias em *O processo civilizador*. Importa destacar aqui a discussão que o autor propõe sobre a idéia de civilização relacionada com os princípios fisiocratas, no contexto relativo aos movimentos de reforma na França do século XVIII. Elias salienta, fundamentado nas idéias básicas de Quesnay, a articulação proposta pelos reformistas da época entre a liberdade e a autonomia da vida econômica da sociedade, e a ação do governo, levando-os a admitirem que “os processos auto-reguladores devem ser compreendidos, e orientados, por uma burocracia sábia e esclarecida”.²⁴⁴ Essa articulação, que para Rosanvallon, como vimos anteriormente, parece estar contida no que ele chama de “paradoxo fisiocrático”, conduziria, segundo o autor alemão, ao “aprimoramento das instituições, da educação e da lei”, sendo realizada “pelo aumento dos conhecimentos”.²⁴⁵ Essa apreciação explicita elementos presentes com frequência no *Propagador*, situando a maneira como o jornal processava muito das idéias iluministas e “civilizacionais” da época, adaptando-as ao discurso pragmático referente à própria posição social e postura política dos membros da Sociedade Promotora. Civilização, no entendimento do jornal, e consoante com a análise realizada por Elias nesta parte específica do seu

²⁴³ MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema...* Op. cit., p. 104.

²⁴⁴ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 58, vol. 1.

²⁴⁵ *Ibid.*, p. 61.

estudo, é mais do que contenção, refere-se a uma visão nova do papel do Estado e do governo.²⁴⁶

O processo simultâneo de constituição do Estado e formação da classe dominante, sendo mais do que a obtenção da submissão, necessitava de elementos difusores que não se limitavam aos agentes identificados formalmente com a administração pública:

“Nesse sentido, o redator de uma folha local não raro se constituía em agente da centralização muito mais significativo do que um empregado público. Os valores de Ordem, de adesão ao Império e ao Imperador, de respeito à Constituição e aos Poderes Políticos que as folhas locais difundiam, ao lado das campanhas em prol dos melhoramentos materiais, cumpriam papel conservador e integrador que não encontrava comparação no desempenho do mais diligente dos empregados públicos”.

E assim contribuía para “a superação das concepções localistas e particularistas em proveito de uma concepção de vida estatal”.²⁴⁷ Nada parece caracterizar melhor a ação do *Propagador da Indústria Rio-grandense* do que o julgamento que faz Ilmar Mattos, mas é importante destacar que o periódico em questão é anterior ao período referido pelo autor. Além disso, seu redator, José Marcellino da Rocha Cabral, atuava em uma conjuntura na qual as concepções localistas se faziam sentir com extremo vigor, talvez até mais do que nos anos seguintes, de consolidação da unidade imperial. Daí a relevância do seu desempenho enquanto agente integrador.

O processo de formação do Estado ultrapassava os aspectos de coerção e submissão, e o *Propagador* era um vetor desse processo, apresentado, de maneira geral, como derivado (e em prol) da ilustração. A condução e a liderança, trazendo como pressuposto o entendimento específico e os aspectos da ilustração que deviam ser privilegiados, obviamente era prerrogativa das elites. Tudo isto tinha um sentido importante, que era o da regulamentação social e da legitimação de

²⁴⁶ A utilização de “civilização” no discurso do *Propagador* tem um sentido bastante moderno, de acordo com a análise semântica exposta por Norbert Elias. Este termo não aparece no dicionário de Moraes Silva. Existe “civilidade”, significando, muito restritamente, cortesia, urbanidade. MORAES SILVA, A. *Diccionario...* Op. cit., p. 402 (vol. 1).

²⁴⁷ MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema...* Op. cit., p. 224-225.

uma orientação política. Por isso, destacava-se, no discurso do periódico, o uso por vezes combinado que se fazia das noções de ilustração e razão, como no já citado texto “A guerra e a profissão das armas”. Aqui, vemos que, se “hoje é o espírito comercial, a atividade da indústria, e o sentimento de necessidade de paz e sossego, que dominam a terra”, isto “é devido à difusão dos conhecimentos sociais, e aos progressos da Razão”.²⁴⁸

A razão progredia na medida em que se difundiam os conhecimentos proporcionados pela ilustração. A primeira derivava da segunda, e se o governo e a Lei eram exercidos pelos cidadãos ilustrados, a razão estava com eles, sendo a contestação vista sempre como determinada pelas paixões, ou seja, fora do campo da racionalidade onde se moviam os agentes da lei.

Ainda que se possa afirmar que as menções feitas à “ilustração” e à “razão” aparecessem no jornal associadas à objetivos bastante práticos e diretos, como o disciplinamento, a contenção social, a legitimação e o respeito à autoridade pública central, devemos atentar para o fato de que tudo isto estava, sempre, vinculado a algo maior, transcendente. A retórica grandiloquente o confirma: conformava-se, mais do que o futuro, o destino do Império.

Destinos do vosso Império – Um sentido para a História

Foram trazidos exemplos de textos do *Propagador* que mostram alguns mecanismos de operação atuantes na configuração dos elementos ideológicos presentes no discurso de setores das elites brasileiras, no período de construção do Estado imperial. Esse processo era apresentado, no jornal, como algo novo, escamoteando os elementos de continuidade presentes, vitais para a reorganização política da classe dominante que se forjava.

Ao privilegiar, na análise, o processo de constituição e fortalecimento do Estado, não podemos perder de vista que também se constituía uma Nação, e a forma como estes termos aparecem relacionados no discurso do *Propagador* mostra algo da complexidade e da dificuldade que isto impunha.

²⁴⁸ *O Propagador...*nº 97, 5 de fevereiro de 1833.

Levando em consideração uma certa continuidade existente em um plano ideológico, diríamos, bastante profundo, conforme analisado por Maria Viana Lyra,²⁴⁹ é interessante destacar as posturas políticas concretas que perpassaram o período de independência e de consolidação do novo Estado. Este, agora edificado tendo como referencial uma outra nacionalidade a ser também formada, a brasileira. Observo que o reconhecimento da permanência do sonho do Império atlântico de maneira nenhuma implica tomar a Nação brasileira como pré-determinada, em uma espécie de ação retroativa que buscaria no passado os elementos determinantes desse presente que confirmaria sonhos seculares. A conformação da Nação foi tarefa levada a cabo por uma política de Estado, liderada por setores das elites, principalmente os ligados à agricultura exportadora, que se constituíam, nesse processo, como classe dominante. Esta afirmação um tanto sintética e, por isso, excessivamente simplificadora, exige duas ponderações.

Em primeiro lugar, é preciso considerar a proposição de que o Estado precede a Nação, seguindo a argumentação de Eric Hobsbawm.²⁵⁰ De certa forma, essa idéia básica serve à análise da atuação das elites que se propuseram a construir o Estado imperial brasileiro. Entretanto, cabe uma relativização dessa formulação – o que, aliás, também é feito pelo próprio Hobsbawm. Não deve ser ignorado que “a relação entre construção de estado e construção de nação não é linear, mas recíproca”, conforme reconhece Richard Graham.²⁵¹ Portanto, não se pode pensar em um Estado, açambarcado pelas elites, que agia sobre uma população amorfa e indiferente. A construção do edifício político também respondeu a pressões de outras classes sociais, e sobre isso ainda há muito por estudar.²⁵²

²⁴⁹ LYRA, M. L. V. *A utopia...* Op. cit.

²⁵⁰ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

²⁵¹ Graham faz esta afirmação respondendo a uma crítica formulada por Thomas H. Holloway à sua apreciação sobre a construção da Nação no Brasil imperial exposta em: GRAHAM, Richard. *Construindo uma nação...* Op. cit., p. 78 (em Réplica). O comentário de Holloway vem logo após o artigo.

²⁵² Nesse processo, o papel do nacionalismo assume relevância, não sendo abordado aqui por estar além dos limites do trabalho. Uma importante reflexão geral sobre o tema, com a tese original da

Em segundo lugar, mas não menos importante, deve-se ter em mente os embates intra-elites que influíram nesse processo, e a abrangência temporal e geográfica de um projeto centralizador que enfim logrou impor-se. Nesse sentido, trazendo a discussão de volta para o campo da ação política, ou seja, mais circunscrita à construção do Estado, vê-se que também aqui parte da historiografia salienta as continuidades.²⁵³

Abordando mais especificamente o momento da independência, mas já tentando caracterizar o período posterior, Maria Odila Silva Dias sustenta que um tanto de permanência do “elitismo burocrático” de matriz portuguesa e colonial se faria presente na administração imperial e seria, em parte, um instrumento de coesão das classes dominantes. Além disso, essa constância de uma inspiração portuguesa na política de Estado teria

“[...] influência decisiva sobre todo o processo de consolidação do império, principalmente no sentido de arregimentação de forças políticas pois proviria em grande parte daquela experiência a imagem do estado nacional que viria a se sobrepor aos interesses localistas”.²⁵⁴

nação como “comunidade imaginada”, é feita por ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989. Sob um ponto de vista mais atual, partindo do ressurgimento da “questão nacional” após o desmembramento da União Soviética, há a interessante obra coletiva organizada por Gopal Balakrishnan. Combinando artigos clássicos com apreciações contemporâneas referentes ao nacionalismo e à constituição dos Estados nacionais, a coletânea é bastante crítica em relação à tese de Anderson. BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

²⁵³ O debate sobre permanências ou rupturas, quando se aborda o tema da independência e período inicial da construção do Estado, possui uma já extensa produção historiográfica. Um balanço sintético sobre esta produção foi traçado por MALERBA, Jurandir. *Esboço crítico da recente historiografia sobre independência do Brasil* (desde c. 1980). Working Paper Number CBS-45-03. Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2003. Se Malerba volta-se mais para o período da independência, em Graham temos um apanhado historiográfico, também sintético, mais voltado para a questão da efetivação da construção do Estado e da Nação. GRAHAM, R. *Construindo uma nação...* Op. cit. Apreciações históricas e historiográficas sobre a independência realizadas sob distintas e amplas perspectivas estão reunidas na recente obra coletiva organizada por JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005. Uma reunião de textos que demonstram as complexidades inerentes ao tratamento da “questão nacional” e da construção do Estado no Brasil, abordando o período aqui enfocado, encontra-se em outra coletânea também organizada por JANCSÓ, István. (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. Op. cit.

²⁵⁴ DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1822-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perpectiva, 1972, p. 184.

A sobreposição da atuação do Estado aos interesses localistas é quase que uma consigna do *Propagador*. Isso é demonstrativo de que esse instrumento de luta de um grupo restrito posicionava-se em sintonia com outros setores, atuando em um espaço que se pretendia mais amplo (e ao mesmo tempo configurando-o), o qual pode ser visto como campo dos conflitos de classe.²⁵⁵ Embaso esta afirmação na convicção de que existe uma ligação muito estreita entre a tentativa de supressão das particularidades locais e a formação dessa classe dominante pela ação prática de diversos grupos de elite.

É também nessa direção que segue a análise de István Jancsó. Unindo em um mesmo raciocínio as noções de elite e de classe, o autor, ao tratar do Império como projeto, argumenta que as divergências entre as elites eram menores que sua necessidade de composição com vistas à dominação de classe:

“Na Corte do Rio de Janeiro realizou-se a síntese que anteriormente cabia a Lisboa evitar, estabelecendo a aproximação entre os diversos segmentos das elites das regiões que formavam o Reino do Brasil (1816), intercambiando experiências, confrontando interesses, construindo as bases subjetivas para a construção de uma identidade política comum. O Brasil, ainda que diverso, afigurava-se no seu todo como o espaço de afirmação e expansão de uma hegemonia de classe, na medida em que os interesses comuns eram reconhecidos como de maior monta que os divergentes”.²⁵⁶

Para Jancsó, esta percepção das elites que se constituíam em classe embasaria o que ele chama de quarto movimento de construção deste novo Estado soberano, que seria “o da reconstrução das relações internas de poder resultantes da reciclagem ou supressão da forma anterior de variável externa”.²⁵⁷

²⁵⁵ Cf. BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

²⁵⁶ JANCÓS, István. A construção dos estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do império como projeto. Op. cit., p. 23-24

²⁵⁷ Ibid., p. 6. O autor está fazendo uma análise que vale para a construção dos Estados em toda a América de colonização ibérica. Os outros movimentos seriam: revisão/contestação das relações metrópole-colônia; resgate do direito tradicional ibérico, numa releitura colonial; e ruptura da dependência política.

A reconstrução do arranjo interno de poder, determinando a configuração do Estado unitário, em detrimento das aspirações provinciais autonomistas, estava pautada pelo limite de mobilização social que era comum a todos os pontos do Império: a grande massa de escravos. Qualquer movimento de efetiva contestação ao poder central teria de valer-se de uma ampla mobilização de setores populares e utilização dos cativos, com grande risco para o próprio fundamento de uma sociedade baseada nos privilégios e na rígida hierarquização. Risco este que de nenhuma maneira os grupos de elite estavam dispostos a aceitar.²⁵⁸

Esse condicionamento estabelecido pela organização econômica marcou o projeto e a consolidação do Estado imperial, erguido sobre uma base social de escassa homogeneidade, sob qualquer aspecto que se examine. Esta base precária exigiu dos que se lançaram à obra de constituição do Estado e da própria Nação, em paralelo com os mecanismos coercitivos de dominação, uma sofisticação muito significativa no plano discursivo. Era preciso que todos olhassem para a mesma direção, e que o futuro já estivesse desenhado ali em frente. Isso somente se tornaria factível pela ação constante de folhas como a da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense.

O momento em que era publicado o *Propagador* é anterior à consolidação propriamente dita do Estado imperial. Nas páginas do periódico, a grandeza, riqueza e unidade do Império do Brasil é mais projetada do que constatada. Essa projeção, contudo, para ter maior densidade ideológica, não pode ser anunciada como possibilidade, mas sim como certeza, ou “destino”.

No dia 11 de setembro de 1833, carregando ainda mais no costumeiro tom grandiloqüente, o *Propagador da Indústria Rio-grandense* apresentava um texto festejando o dia da Independência. Como em inúmeras passagens, inicialmente era feita uma longa digressão teórica, neste caso abordando o significado da independência para o desenvolvimento pleno das potencialidades de um povo. O artigo terminava com um alerta ameaçador e depois uma conclamação:

“Não acrediteis esses órgãos da anarquia, que com o fito do poder, de que sua incapacidade os repele, sacodem entre vós o

²⁵⁸ Ibid., p. 24-25. Esse risco permanece, a rigor, durante todo o período em que vigorou a escravidão, daí sua importância como fator a considerar na análise de todo o período imperial.

archote da discórdia, e semeiam, de todas as maneiras, as desconfianças, os ódios, o espírito de vingança, o desprezo das Leis, e das Autoridades, e a mais escandalosa imoralidade. Prezai a vossa Independência como o princípio da vossa vida social; festejai o dia natalício da vossa Nacionalidade, como o maior dos dias, como o dia da vossa maior glória, em que se fixaram os destinos do vosso Império, e donde se há de contar uma grande época nos Anais Americanos”.²⁵⁹

Afora a reiteração das ameaças dos perigos da “discórdia”, há que se destacar uma referência importante, comum no discurso dominante: o enquadramento dos acontecimentos em uma sucessão contínua e determinada. Existia uma realidade ideal, cuja seqüência não podia ser modificada. Como lemos acima, os destinos do Império já estavam fixados, a Nação “nasceu” no dia sete de setembro de 1822, direcionada a um futuro brilhante.

Se o jornal frisava a inexorabilidade do processo, é porque ele devia ser visto como “natural”, absorvido em um *continuum* histórico. Daí a percepção das revoltas ou da simples contestação política como elementos que só vinham “atrasar” uma trajetória pré-fixada. Essa postura aponta para a valorização das permanências sobre as quais falamos anteriormente, mas apresentadas sob uma nova roupagem e direcionadas com vistas ao futuro.

Relacionando a consolidação do Estado imperial com a conservação do que denomina de “os mundos constitutivos do Império do Brasil – *Governo, Trabalho, Desordem*”,²⁶⁰ Ilmar Mattos também destaca os aspectos de continuidade. Para o autor,

“Fundar o Império do Brasil, consolidar a instituição monárquica e conservar os mundos distintos que compunham a sociedade faziam parte do longo e tortuoso processo no qual os

²⁵⁹ *O Propagador*...nº 61, 11 de setembro de 1833.

²⁶⁰ MATTOS, I.R. *O Tempo Saquarema*... Op. cit., p. 122-141. Os “três mundos”, *Governo, Trabalho e Desordem*, são as principais realidades com as quais tanto os promotores da Independência quanto os construtores do Império tiveram de se haver. Ao mundo do *Governo* estava relacionada a boa sociedade, ao do *Trabalho* o seu segmento social simétrico, a escravaria, e ao mundo da *Desordem* a população comum, sempre potencialmente perigosa.

setores dominantes e detentores de monopólios construía a sua identidade como uma classe social”.²⁶¹

Esse “longo e tortuoso” processo trazia as marcas do período colonial (os três mundos) e se dava em uma sociedade que, pela sua heterogeneidade, tendia à desagregação e à anomia,

“[...] motivando nos que a dominavam e pretendiam dirigi-la, ao lado de medidas estritamente políticas, a criação de imagens, logo traduzidas em ações, objetivando a preservação da coesão de seu conteúdo – um território unificado, num continente sem comoções”.²⁶²

Imagens tais como aquela acima citada e outras semelhantes, nas quais o *Propagador* era pródigo, sempre frisavam a direção da marcha para um futuro unificado e próspero cuja inexorabilidade as forças do atraso não logravam compreender – porque movidas pelas paixões e, portanto, fora do domínio da razão, à qual se atinge pela via da ilustração. Para a conservação dos fundamentos nos quais se apoiava a sociedade, cujas raízes no passado colonial eram ainda fortes, como menciona Mattos, usava-se uma estratégia, aparentemente paradoxal, de apontar para o futuro.

Identificando-se como “classes ilustradas”, os membros dessa elite, empenhada na consolidação da unidade monárquica, se auto-atribuíam o monopólio da razão. Reduziam, de outra parte, qualquer oposição a uma manifestação do descompasso daqueles ainda não atingidos pelas “novas” idéias da administração pública, que, como já vimos, prescindiam da política. Dessa forma, esvaziava-se o debate e se estabelecia um sentido para a ação do Estado que estava imbricado com o próprio sentido de história manifestado nas páginas do periódico: o progresso, rumo a um grau superior de civilização.

São inúmeras as passagens nas quais o redator se punha a fazer análises históricas ou comentários em que eram patentes os aspectos de linearidade e inexorabilidade implícitas na visão do desenvolvimento das sociedades,

²⁶¹ Ibid., p. 139

²⁶² Ibid., p. 140.

percebidas em expressões como “Gigante na infância, [...] na marcha da civilização [...], grandeza e glória, que lhe é destinada na ordem dos acontecimentos, e das revoluções do gênero humano”²⁶³; “eminente lugar que os destinos lhe reservam entre as Nações da Terra”²⁶⁴ ou ainda “destinos de grandeza e glória, a que é chamada a nossa amável Pátria”.²⁶⁵ Esse futuro brilhante reservado à “nossa amável Pátria”, contudo, era sempre relacionado com a manutenção da ordem, personificada na autoridade pública, e no fortalecimento do projeto de centralização imperial.²⁶⁶

Talvez seja importante lembrar que José Marcellino da Rocha Cabral, juntamente com mais vinte e seis “cidadãos de reconhecido saber e elevada posição social”, foi um dos fundadores, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.²⁶⁷ A presença do ex-redator do *Propagador* na formação da instituição não é somente sinal de prestígio ou de busca de inserção social. Demonstra também a efetiva participação na construção da Nação, especialmente pela elaboração de um projeto de história nacional, uma das tarefas precípua às quais o Instituto se propôs, conforme mostra Manoel Salgado Guimarães.²⁶⁸ A intenção de influir nos destinos do país que o “acolheu”, como sempre era repetido, levou o jornalista e advogado português a arroubos que beiravam o exagero. Em 1844, residindo em Mariana, Minas Gerais, ele publicou um texto, *Considerações sobre o actual estado político do Brasil, offerecidas, em testemunho de gratidão e affecto, ao povo brasileiro, por José Marcellino da Rocha Cabral*, que era na verdade o anúncio de uma obra monumental – “a extensão excederá provavelmente a 600 páginas” – composta por uma profunda

²⁶³ *O Propagador*...nº 36, 8 de junho de 1833.

²⁶⁴ *O Propagador*...nº 98, 8 de fevereiro de 1834.

²⁶⁵ *O Propagador*...nº 12, 13 de março de 1833.

²⁶⁶ Aqui podemos notar o que seria mais uma contradição, ou uma fissura no discurso do jornal. É difícil conciliar a idéia de um destino fixado com a possibilidade permanente de aniquilamento social, ameaça tantas vezes repetida.

²⁶⁷ FLEIUSS, Max. *História administrativa do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1925, p. 176.

²⁶⁸ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro, nº 1, 1988.

análise política, projeto de constituição e revisão da história do Brasil.²⁶⁹ Esse projeto de Cabral, pela amplitude, era próprio de um momento em que os contemporâneos viam-se como construtores de um Estado e de uma Nação, onde tudo estava “por fazer”, inclusive escrever ou corrigir o relato dos fatos históricos, que, de acordo com a visão das elites, estavam circunscritos ao espaço da política.

A despeito dos seus escritos posteriores, demonstrativos da trajetória interessante de um intelectual no Brasil oitocentista, importa destacar que a postura de Cabral, ainda ao tempo de articulista do jornal da Sociedade Promotora, enquadra-se na caracterização que Guimarães traça para essa construção nacional concebida no âmbito do IHGB:

“Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional.”²⁷⁰

O elemento de continuidade, aqui destacado pelo autor, é uma das marcas do texto do periódico, permanentemente buscando unir o presente que se construía a um passado fundador, português, “de cuja antiga glória vem honra ao Brasil”.²⁷¹ Mas o presente se ligava também ao futuro, este em grande medida sendo pré-determinado por uma classe que se configurava e afirmava seu domínio.

A prodigalidade na divulgação de imagens que refletiam o fundamento do seu discurso – a unidade monárquica com o mínimo de dissensão – vinculava-se a aspectos que perpassavam toda a retórica do *Propagador* e que o aproximava das elites do centro do Império: a busca permanente da conexão do destino da

²⁶⁹ O livro abordaria desde a análise da legislação orgânica, em todos os seus aspectos, e também “a indicação das emendas e complementos de que essas leis carecem”, até considerações sobre a política externa, “arbítrios para criação de recursos financeiros, o código de comércio, providências para a confecção do código civil e do processo respectivo, a instrução pública, a colonização e importação de Africanos”. A obra ainda conteria a descrição de “alguns fatos inéditos, ou inexatamente publicados, que devem ser consignados com verdade na história das Administrações do Império”. CABRAL, J. M. R. *Considerações...* Op. cit., p. 3-4.

²⁷⁰ GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização... Op. cit., p. 6.

²⁷¹ *O Propagador...*nº 65, 25 de setembro e 1833.

província ao da Nação em constituição, e a intenção manifesta de influir no processo de construção do Estado. Esses dois elementos estão imbricados, e sua abordagem merece uma reflexão mais geral sobre o papel desempenhado por instâncias locais nesse processo amplo.

Persista o governo brasileiro nos princípios adotados – construção da unidade na província

O discurso desse grupo de elite provincial contém elementos que o aproximam do que costumeira e um tanto apressadamente chamamos de “discurso dominante”, tomado como uma espécie de fórmula emanada a partir de um centro hegemônico. O questionamento dessa postura historiográfica impõe uma reflexão mais geral que conduz à percepção das ações de âmbito local para além de mero reflexo de uma dimensão estrutural que as sobrepõem.

Estudando uma outra realidade específica – a Catalunha rural do final do século XVIII e início do XIX – Ignasi Terradas i Saborit chega a resultados que lhe permitem questionar algumas convicções bem assentadas da historiografia catalã, no plano da economia, da política e da cultura, no sentido de negar uma determinação estrutural rigidamente estabelecida. O autor termina por concluir que

“Estos cambios tan grandes que decimos “afectan” al mundo agrário, es posible que también surjan de él, a pesar de que las representaciones ideológicas tienden a purificar el ambiente rural presentándolo como víctima de iniciativas comerciales y financieras, y no como partícipe en esas iniciativas”.²⁷²

Esta reflexão propõe uma discussão importante, relacionada com um argumento que julgo fundamental na análise que vem sendo feita do *Propagador* e da Sociedade Promotora. Refiro-me ao destaque que é dado à atuação de um

²⁷² TERRADAS i SABORIT, Ignasi. La historia de las estructuras y la historia de la vida. Reflexiones sobre las formas de relacionar la historia local y la historia regional. In: FERNANDEZ, Sandra e DALLA CORTE, Gabriela (compiladoras). *Lugares para la Historia. Espacio, Historia Regional e Historia Local en los estudios contemporaneos*. Rosário: UNR Editora, 2001, p. 204.

grupo social local na construção da estrutura global, na qual não está simplesmente imerso, sendo conduzido ou sofrendo suas determinações. Os agentes locais são, em maior ou menor grau, também constituidores dos âmbitos “superiores”, por vezes demasiadamente abstratos, aos quais fazemos referência no trabalho de análise histórica.

É com base nesse argumento central que a reflexão que segue procura relativizar o grau de liderança e o exclusivismo na condução das realizações integradoras e unificadoras conferidas à elite Saquarema atuante junto à Corte. Não se trata de negar a pertinência da profunda análise que Ilmar Mattos empreende sobre o tema, uma vez que está bem demonstrado o processo geral de construção simultânea do Estado imperial e da classe que o controlava. Trata-se, no entanto, de argumentar, à luz da leitura do *Propagador*, que muito do “projeto Saquarema” era menos uma emanção da Corte do que uma atividade que buscava centralizar interesses convergentes e posturas ideológicas disseminadas pelas províncias, já à época das regências.²⁷³

Esta discussão traz à tona a questão da autonomia provincial presente na estruturação política do Império. Defendendo o caráter federalista do acordo de elites que construiu o novo Estado, inscreve-se o trabalho de Miriam Dolhnikoff, “Elites regionais e a construção do Estado nacional”. A autora adota uma postura crítica com relação à tendência historiográfica de privilegiar a atuação das lideranças da Corte no processo de construção do Estado, procurando destacar o papel exercido pelas elites regionais. O que Dolhnikoff procura demonstrar é que

“[...] a unidade e a construção do Estado foram possíveis não pela ação de uma elite bem formada, articulada ao governo central, mas graças a um arranjo institucional que foi resultado

²⁷³ Ou mesmo antes, pois, nesse sentido, tem razão Helga Piccolo quando, ao analisar as proposições da Assembléia Constituinte de 1823, afirma que “a lei consagrou um executivo regional forte e o unitarismo político pela nomeação imperial dos presidentes das províncias investidos de uma enorme soma de poderes e pela ausência de um poder legislativo regional. A lei, apresentada à Assembléia Constituinte e por ela aprovada, mostrava que a centralização, como princípio político, também era defendida por representantes da Nação e, portanto, não era apanágio exclusivo do projeto imperial bragantino personificado em D. Pedro”. PICCOLO, Helga I.L., *Vida política no século 19*...Op. cit., p. 26. Tanto não era que o princípio sobreviveu, não sem violentos conflitos, claro, à abdicação de D. Pedro. Acrescento ainda que a centralização tampouco foi apanágio exclusivo, mais tarde, das lideranças da Corte.

dos embates e negociações entre várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação”.²⁷⁴

Esse “arranjo institucional” é resultante de várias medidas que se iniciaram em 1808, conformando o que a autora chama de “pacto federativo”. O projeto federativo teria uma evolução crescente, efetivando-se a partir de 1831 com as reformas liberais e aprofundado com o ato adicional em 1834, não sendo substancialmente modificado com a revisão conservadora de 1840, configurando, assim “um projeto nacional, empunhado pelas elites regionais que encontravam na monarquia federativa o atendimento de suas duas principais demandas: autonomia e manutenção da ordem interna”.²⁷⁵

Dolhnikoff contrapõe-se a Ilmar Mattos, e também a José Murilo de Carvalho, ao defender, baseando-se no arcabouço institucional que viria ao encontro do federalismo, a prevalência das lideranças políticas provinciais, notadamente as liberais, como Feijó e Vergueiro, no lançamento das bases do “edifício novo” em processo de construção. Mais do que destacar o papel destas lideranças em detrimento do que Mattos atribui em grande medida à “trindade Saquarema”²⁷⁶, o que importa salientar é que a autora apresenta uma concepção da formação do Estado imperial bastante diferente do autor fluminense. Se para ele a palavra chave é “centralização”, para ela é “federalismo”, o que coloca uma interessante questão.

A idéia de federalismo, como tantas, foi utilizada pelos grupos de elite de maneira um tanto instrumental, vinculada a interesses práticos, e limitada, como Dolhnikoff admite, pelo reconhecimento da necessidade de unidade como forma de manutenção da estrutura de dominação. Nas palavras da autora:

²⁷⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil...* Op. cit. p. 432. Os argumentos da autora são reafirmados e aprofundados em obra mais recente: DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

²⁷⁵ DOLHNIKOFF, M. Elites regionais...Op. cit., p. 439.

²⁷⁶ A “trindade Saquarema”, expressão cunhada por Joaquim Nabuco, referia-se aos principais líderes conservadores que ocuparam vários cargos no governo imperial e são tidos como os principais formuladores das políticas conservadoras: Eusébio de Queirós Matoso da Câmara, Paulino José Soares de Souza e Joaquim José Rodrigues Torres. MATTOS, I.R. *O Tempo Saquarema...* Op. cit., p. 120.

“As condições que se apresentavam para a elite escravista no início do século XIX impuseram o compromisso com a construção de um Estado com hegemonia sobre todo o território luso-americano. Conforme já apontado por outros historiadores, esse Estado, com seu peso geopolítico, era a condição para garantir a continuidade dessa sociedade naquele contexto histórico”.

O reconhecimento dessa realidade, pelas elites regionais, fazia com que acabassem por aceitar, “em certo grau, os novos padrões de comportamento político impostos pelo Estado”. Ao final, “a tônica de sua participação seria a conciliação com o governo do Rio de Janeiro”.²⁷⁷

Essa conciliação – palavra tão cara às elites, aliás – se dava com participação efetiva e forte influência liberal, cujo projeto político tinha como pilares a “unidade, autonomia regional e imposição de um Estado cujas regras burocráticas deveriam ser seguidas por todos”.²⁷⁸ A questão, contudo, me parece que reside em precisar em que grau era exercida a “autonomia”, na medida em que, no fundamental, as articulações se davam em torno do governo monárquico. Se a centralização se impunha, para as elites, como necessidade derivada de um contexto social e econômico específico, a discussão sobre a liderança da condução política perde um pouco da sua força, pois era aquela imposição que fazia a ação liberal ser tão parecida com a conservadora. Ao defender que mesmo governos conservadores atuaram em prol do que seria o cerne do projeto liberal, o argumento de Dolhnikoff pode ser visto como a inversão da célebre expressão relativa à política imperial, assim, não haveria nada mais parecido com um *luzia* do que um *saquarema* no poder.

A noção de federalismo da autora também vê-se um tanto esvaziada nesse contexto, pois corresponde a um arranjo entre elites no qual a construção do Estado era a adequação de uma estrutura política a um substrato econômico regionalmente distribuído e altamente hierarquizado, como bem o demonstra Ilmar Mattos. Assim, a questão sobre quem cedia a quem, se as províncias cediam parte de sua autonomia em favor do governo central ou se este abria mão de suas

²⁷⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais...Op. cit., p. 465.

²⁷⁸ Ibid., p. 466.

prerrogativas concedendo àquelas uma razoável independência fica diminuída quando se percebe a conciliação fundamental. Só que este concerto das elites imperiais nem sempre foi muito afinado, necessitando, por vezes, a atuação forte do governo central.

Embora no fundamental haja concordância com os argumentos centrais de Mattos, no que se refere ao período específico de atuação da liderança Saquarema, parece-me relevante observar que se deve buscar explicação para a manutenção da unidade no período anterior a esta direção centralizadora. O fato é que se a monarquia foi efetivamente consolidada depois de 1840, torna-se importante tentar perceber por quais fatores ou mecanismos a frágil unidade se manteve, a duras penas é verdade, durante os turbulentos anos da Regência. Isto faz com que o papel daquela liderança seja um tanto ponderado, pois mostra que muito do que se apresentava como projeto de governo era anterior a este, estando disseminado em muitos corações e mentes pensantes de todas as partes do “vasto” Império. A leitura do *Propagador* permite propor tal hipótese, e este texto, a rigor, vem se constituindo em uma amostragem da argumentação do periódico que vai toda nesse mesmo sentido.

Os exemplos se multiplicam e seria uma demasia acrescentar muitos mais. Observemos um último, que de certa forma simboliza e resume muito do que foi apresentado. Trata-se de um trecho do artigo intitulado “A guerra e a profissão das armas”, publicado em um dos números finais do jornal. A sua menção é relevante pela utilização do recurso de dirigir-se diretamente ao governo, o que propicia várias interpretações. O redator, de forma enérgica, argumentava:

“[...] persista o Governo brasileiro nos princípios adotados; use sem exceção da franqueza e da boa-fé nas relações da política externa, cumpra com vigor e exatidão, como até agora, as obrigações contraídas, mantendo, aumentando, e assegurando o crédito Nacional; sustente com energia a ordem pública, e a autoridade das Leis; siga sem desvio o norte, que tem tomado, da opinião geral, do movimento da civilização, e dos bem entendidos princípios sociais; corte sem hesitar, e com mão firme, a ambição, e as pretensões das classes, que quiserem restituir, ou assumir, exclusiva dominação, e prejuízos danosos à ordem social; assegure a liberdade regrada, a moral, e os bons costumes, pela ilustração do Povo, nas teorias dos direitos e dos deveres, e sobretudo pela responsabilidade dos agentes da

autoridade pública, e pela extirpação da impunidade dos crimes; poupe a sua escassa população para o desenvolvimento dos imensos elementos da prosperidade geral; anime as ciências, e com especialidade as que têm mais direta aplicação à criação e conservação das riquezas, e aos melhoramentos sociais; e desta sorte não carecerá, nem de exércitos permanentes, nem dos violentos sacrifícios da substância pública, para manter a Nacionalidade, a Independência, e as Instituições juradas, e para conduzir a Nação ao eminente lugar, que os destinos lhe reservam entre as Nações da Terra”.²⁷⁹

Este discurso imperativo pode ser revelador de um posicionamento frente a outros grupos de elite, principalmente no contexto dos movimentos que antecederam a Revolução Farroupilha. Também pode ser visto como mais um exemplo da estratégia de diferenciação em relação às classes inferiores. Ou, porque não, simplesmente demonstrar uma pretensão de ser realmente “ouvido” pelo governo. Mas é inegável que aqui se percebe o discurso de uma parcela da elite local que toma posição inequívoca ao lado do governo imperial e, mais do que isso, coloca-se como interlocutora, vendo-se como participante ativa do processo em curso, independente da opção interpretativa que se tome. Não só este, aliás, mas o conjunto de textos do jornal aponta para uma estratégia que permite a consideração simultânea de todos aqueles elementos citados.

Comparemos os termos utilizados nesse último trecho citado e nos anteriores do *Propagador*, com o que diz o autor que seguimos, referente à retórica do período do auge da dominação Saquarema, em torno do ano de 1850:

“Nas falas dos que se mostravam orgulhosos de uma posição, cada vez mais ocupavam lugar de destaque termos como *Civilização, Utilidade, Luzes, Associação, Razão e Progresso*, como se eles tivessem ganho importância em função primordialmente da trajetória que percorriam e que, sem dúvida, também traçavam, e não tivessem sido tomados de empréstimo às “nações industriais da Europa”, que trilhavam um caminho diverso”.²⁸⁰

²⁷⁹ *O Propagador*...nº 98, 8 de fevereiro de 1834.

²⁸⁰ MATTOS, I.R. *O Tempo Saquarema*... Op. cit., p. 25.

Não só as palavras se parecem,²⁸¹ o que elas expressam também, ou seja, um discurso de dominação que associa uma parcela da elite local à elite imperial que construiu o Estado e se construiu como classe hegemônica em um processo que extrapolava o âmbito da Corte.

Ilmar Mattos não deixa de fazer várias referências a uma certa “delegação” (o termo é meu) da ação da liderança Saquarema por todo o Império. Mas mesmo ao ser reconhecida a atuação dos agentes locais, parece diminuído o seu estatuto de protagonistas da história, pois estes estariam submetidos a uma direção excessivamente “externa”. Quando se afirma que os interesses cruzados de burocratas, negociantes e plantadores desenhavam o perfil da Corte, e estes interesses preponderantes se esforçavam para que os demais interesses do Império nele se reconhecessem,²⁸² acaba-se por estabelecer uma separação um tanto rígida entre a Corte e as províncias. Em relação a certos setores das elites provinciais, e parece ser o caso dos comerciantes da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, não haveria necessidade desse esforço de reconhecimento, uma vez que se percebe claramente uma identidade de princípios – fundamentada em interesses – manifestada até mesmo com anterioridade ao período abordado pelo autor.²⁸³ Com relação a este ponto, é correta a afirmação de José Honório Rodrigues, para quem “com ou sem partido conservador, a reação conservadora se inicia logo em 1831”.²⁸⁴ Ao referir-se aos redatores das folhas locais, Mattos confere à sua ação um caráter, de certa forma, “instrumental”, reduzindo a capacidade propositiva daqueles sujeitos. Há que se questionar em que medida as lideranças locais seriam também formadoras, e não simplesmente reprodutoras de uma ideologia, e nessa direção a leitura do *Propagador* pode aportar algo. O

²⁸¹ Para uma análise que se vale da contribuição dos estudos lingüísticos na análise de jornais, aspecto não contemplado neste trabalho, pode-se ver o interessante trabalho de CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e Ideologia...* Op. cit. Esse estudo baseia-se, a grosso modo, na análise da recorrência de expressões constantes no vocabulário político dos jornais paulistas da época, como forma de explorar os fundamentos ideológicos expostos no discurso. É interessante por abarcar o período aqui abordado.

²⁸² MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema...* Op. cit., p. 91.

²⁸³ Mattos afirma que, em um sentido bastante estrito, denomina de *Tempo Saquarema* o período que vai desde 1834 até o início dos anos 1860. MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema...* Op. cit., p. 266.

²⁸⁴ RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil...* Op. cit., p. 54.

jornal não “aderia” simplesmente à causa imperial, ele propagava o discurso de um grupo que via na unidade do Império a melhor garantia de interesses específicos. Ao estabelecer uma ligação entre esses interesses e os do Estado no momento de sua estruturação, procuravam fazer com que a sua verdade fosse a verdade de todos, agindo então não somente como “propagadores” da indústria rio-grandense, mas também propagadores, e, mais importante, formuladores do aparato ideológico das elites imperiais.

Esse papel de formulação crescia de importância na medida em que era desempenhado em um momento extremamente perigoso para o unitarismo, o período regencial, onde a figura do rei não tinha a força catalisadora do Primeiro e Segundo reinados. Reconhecendo a relevância da dimensão simbólica do poder político, especialmente em uma monarquia estabelecida sobre um território recente e precariamente unificado, as lideranças conservadoras do Segundo Reinado centralizaram a representação do poder na figura do rei, conforme descreve Lilia Schwarcz, em *As barbas do Imperador*.²⁸⁵ O uso dessa imagem imperial como elemento simbólico de larga utilização política ainda no Primeiro Reinado é destacado no trabalho de Iara Souza, *Pátria coroada*.²⁸⁶ A autora salienta também o trabalho de “desconstrução” da imagem de D. Pedro I efetuada após a Abdicação. A indicação destas duas obras não significa super-dimensionar o valor atribuído à representação do poder. Entretanto, sem deixar de reconhecê-lo, observo que se deve atentar para o interregno de “vazio” simbólico do período decorrido entre a Abdicação e a Maioridade.

Ao caracterizar a ação da Coroa como um partido, embora destaque mais a atuação dos líderes do governo, também Ilmar Mattos não desconsidera o uso da imagem do Imperador.²⁸⁷ Se aceitarmos que o peso dessa imagem teve um papel político importante, sobretudo em uma sociedade com fortes rasgos de Antigo Regime, como a do Brasil oitocentista, torna-se importante analisar os mecanismos de formulação e divulgação de uma política unitária em um momento

²⁸⁵ SCHWARCZ, Lilia K. M. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

²⁸⁶ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.

²⁸⁷ MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema...Op. cit.*, p.192.

no qual o rei, criança tutorada, oferecia muito pouco em termos de representação do poder que transmitisse a idéia de elemento de convergência.

Assim, para aqueles empenhados na difícil tarefa de centralização durante a Regência, havia que construir outras imagens que apontassem no mesmo sentido. O *Propagador* foi incansável nessa labuta, e note-se que dificilmente fazia referência à figura do rei. A preferência recaiu sobre fórmulas que evidenciassem o caráter de monarquia constitucional na percepção do Estado que se formava, sendo recorrente o uso do termo “Lei”, abarcando não somente o arcabouço legal como seus agentes executores. Como já foi argumentado, procurava-se colocar o governo em um plano superior, neutro, desvinculando-o da própria atividade política. Nesse sentido, são quase que intercambiáveis, na retórica do jornal, os termos “Lei”, “Governo”, “Autoridade Pública”, “Governo Ilustrado”, “Autoridades Administrativas”, todos grafados, assim mesmo, com maiúsculas. Por contraste com os perigos relacionados à “anarquia”, às “paixões” e às “dissensões”, aquelas expressões corresponderam, no discurso do periódico, ao uso do “poder imperial” e à própria figura do imperador que tanto apareceria posteriormente.

É difícil saber da efetiva força simbólica de imagens como as usadas pelo redator do *Propagador*, mas talvez não devamos subestimar sua eficácia entre uma elite que se reconhecia como “classes ilustradas”, a quem o jornal se dirigia. De qualquer maneira, são imagens que se ligavam a uma proposta de configuração do Estado que acabou vencendo, impondo-se ao território de todo o Império pela ação, claro, de uma liderança central, mas também pelo trabalho de agentes locais para os quais a unidade era também a condição de uma dominação de classe.

Conclusão

Continuidade e ruptura, complexidade, campo de possibilidades, dissensões, interesses, disputas políticas, grupos de elite, contenção social, conflitos. Várias são as expressões que, em parte pela sua indeterminação, servem ao propósito de quem se debruça sobre a história. Mas, talvez, não se trate apenas de recursos retóricos – neste trabalho, aliás, largamente utilizados. Esses termos podem efetivamente corresponder à descrição de situações sobre as quais a pretensão de um conhecimento objetivo e direto é dificultada.

Avaliar o discurso de um periódico, em um contexto cuja caracterização se vale dos elementos acima relacionados – mas, afinal, em algum momento a realidade é mais simples ou inteligível? – implica encontrar uma linha norteadora. Nesse sentido, a leitura do *Propagador* foi realizada considerando a inserção dos atores sociais que o mantinham no processo amplo de constituição de uma classe dominante. O vínculo entre a parcela da elite provincial estudada com os setores dirigentes do centro do Império foi estabelecido procurando determinar as atividades dos membros da Sociedade Promotora. A defesa dos interesses dos “negociantes, proprietários e capitalistas” e da manutenção dos circuitos de comércio embasam a relação proposta. Entretanto, ao passo que se formava a classe dirigente, constituía-se também o Estado, e erguia-se uma Nação nova. Aqui talvez seja interessante retomar o excerto do jornal que serve de epígrafe ao trabalho, justamente por condensar aspectos permanentemente reafirmados ao longo da sua trajetória. Existia um Brasil projetado, com suas enormes riquezas, memória do sonho secular do império português, agora transformado em brasileiro, felizmente “fora da política continental da Europa”. A materialização das aspirações, porém, estava condicionada, “mais do que tudo”, pelos “interesses do mundo comercial”. Interesses defendidos por um governo garantidor da marcha em direção à civilização, porque diferente dos de “outros Povos”, ainda sujeitos a uma direção “opressiva, violenta e devastadora”. O nexos, sempre sustentado no *Propagador*, entre os destinos do Império, a defesa da ação administrativa e o bom andamento das trocas comerciais, geradoras dos lucros do setor hegemônico da Sociedade Promotora, está resumido nessa passagem. Contudo, o periódico não se limitava à pregação teórica que frisava a

interdependência desses fatores. Buscava, muitas vezes, avançar, elaborando proposições concretas no intuito de também se colocar como participante ativo do Estado que se construía.

É com relação a essa construção que ganha relevância o discurso do jornal. Preocupado, no interior da província, em “pensar” na conformação do Império, o redator, visto como “voz” dos seus patrões, escrevia e inscrevia esse grupo da elite provincial na formação do Estado imperial e da própria Nação que se configurava. Nessa tarefa, combinava elementos díspares do complexo político-ideológico a que estavam sujeitos os contemporâneos.²⁸⁸ Modernização e progresso, sem dúvida estavam presentes. Porém, assentados sobre, e limitados por, uma base social e econômica a respeito da qual não se pretendiam alterações substanciais. A sombra da escravidão, nesse aspecto, era o grande fator de continuidade, representando a principal herança dos construtores que eram também herdeiros.²⁸⁹

A visão dos atores enfocados como protagonistas da construção referida busca, do ponto de vista historiográfico, promover uma espécie de inserção, agora em novos termos, do Rio Grande do Sul na constituição do Estado nacional. Apesar de diversas concepções historiográficas que já propiciaram estimulantes debates, a análise da vinculação da província com o Império pode enriquecer ao ser efetivada sob a ótica de um compartilhamento desigual e conflituado do processo de constituição de uma classe dominante. A Revolução Farroupilha, assim, pode adquirir novas nuances de interpretação ao ser analisada com base no discurso daqueles que a combatiam. Esses não se limitavam a confrontar os argumentos autonômicos ou separatistas. Viam-se também na contingência de elaborar um contra-discurso que apresentasse uma opção política viável, de acordo com os seus interesses. Essa alternativa foi vencedora, e os comerciantes da Sociedade Promotora usufruíram, por longo tempo, das boas condições que lhes propiciava a proximidade com o governo imperial, como o demonstra a

²⁸⁸ Aspecto bem lembrado por Chiaramonte, ao destacar os componentes aparentemente contraditórios detectados nas formulações dos construtores dos novos Estados americanos. CHIARAMONTE, J. C. *Ciudades, provincias, Estados...* Op. cit.

²⁸⁹ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: JANCSÓ, I. *Independência: história e historiografia*. Op. cit.

evolução de suas trajetórias.²⁹⁰ Se tiveram êxito, não foi por adesão a um projeto que logrou impor-se mas, sobretudo, por participarem da sua elaboração.

As divisões da elite provincial, à época da secessão, incluindo os anos que a antecederam, ainda merecem ser melhor avaliadas, seguindo a boa direção apontada por Spencer Leitman.²⁹¹ O *Propagador* constitui apenas um exemplo de uma fonte apreciável para refletir sobre estas questões, mas que permite a sugestão da possibilidade de ampliação deste objeto de pesquisa.

Um tema local, restrito também no aspecto da amplitude temporal, como a análise desse jornal de província que durou pouco mais de um ano, propicia uma reflexão mais ampla sobre a sempre revisitada questão da relação local/global. Nesse caso, como decorrência da observação da ação dos “promotores da indústria” sul-rio-grandenses na configuração do Estado no Brasil oitocentista. O que se convencionou designar como história regional também pode constituir, com a licença de Capistrano de Abreu, capítulos da história imperial. Porque, propalando as suas idéias peculiares sobre o que considerava moderno e progressista, em contraposição ao que correspondia ao barbarismo dos “restos dos prejuízos feudais”, a retórica exposta no jornal objetivava organizar a sociedade de acordo com os princípios da elite constituinte da Sociedade Promotora. E, simultaneamente, organizava o seu tempo, a exemplo dos Saquaremas dos anos posteriores. Para os “propagadores da indústria”, a época que viviam e construía já buscava ser entendida como superior, porque “*lugar da Ordem e da Civilização*”, valores que o período imperial consagrou, e aos quais aqueles homens já se associavam.²⁹²

A leitura do *Propagador* traz uma sensação de atualidade. Embora essa afirmação comporte o risco sempre permanente do anacronismo, é inegável que chama a atenção uma certa continuidade nos mecanismos de conciliação que cercam o processo permanente de construção do Estado no Brasil. Vivemos, novamente, uma época onde o principal argumento político, paradoxalmente,

²⁹⁰ Lembremos que vários morreram ricos, já quase ao final do período imperial. Além disso, outros, ou, em alguns casos, seus filhos, governaram províncias e alcançaram altos cargos. Em diferentes instâncias, enfim, participaram ativamente, e com sucesso, da vida política e econômica da província e do Império.

²⁹¹ LEITMAN, S. *Raízes...* Op. cit.

²⁹² MATTOS, I. R. *O Tempo saquarema*. Op. cit., p. 297.

procura apontar para o esvaziamento, ou mesmo para a inutilidade da própria discussão política. A defesa da ação administrativa de outrora, pretensamente imune aos descabros das “paixões”, hoje como que ressurgiu, por exemplo, sob o manto da “proteção” a uma determinada política econômica, sempre sobreposta aos anseios e críticas daqueles que, sem dúvida por ignorância ou má fé, não “entendem” as vicissitudes de uma economia globalizada. Talvez a diferença fundamental seja a forma mais explícita com que as questões referentes à hierarquização social eram tratadas pelas elites do século XIX. Notemos, porém, a utilização reiterada do discurso de dominação que apelava e apela, ontem como hoje, para o argumento de que a contestação política da realidade social é sempre potencialmente desestabilizadora, sem permitir o questionamento da “estabilidade” da qual se fala.

Fontes documentais manuscritas

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

Correspondência expedida e recebida pela Câmara de Vereadores de Rio Grande – anos de 1833 e 1834.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

Livro de Notas de Rio Grande – Segundo notário – 19/12/1831 até 9/1/1835.
Livro 14 - 53 (localização no acervo).

Inventários:

Anacleto José de Medeiros – 1º Cart. Cível e Crime/Rio Grande. Nº 79, mç 4, (1845).

Anselmo José Pereira – 1º Cart. Órfãos e Provedoria/Rio Grande. Nº 489, mç 21, (1843).

Antonio Correa de Mello – 2º Cart. Cível e Crime/Rio Grande. Nº 131, mç 5, (1860).

Antonio de Moraes Figueiredo Viseu – 1º Cart. Orf. e Prov./Pelotas. Nº 499, mç 33, (1860).

Domingos Rodrigues Ribas – 1º Cart. Orf. e Prov./Pelotas. Nº 717, mç 44, (1870).

Faustino José Correa – 1º Cart. Orf. e Prov./Rio Grande. Nº 715, mç 34, (1855).

Francisco Vieira Braga – 1º Cart. Cível e Crime/Pelotas. Nº 61, mç 2, (1870).

Ignácio José de Oliveira Guimarães – 1º Cart. Orf. e Prov./Pelotas. Nº 310, mç 21, (1852).

João da Costa Gularte – 1º Cart. Orf e Prov./Rio Grande. Nº 626, mç 31, (1853).

João Francisco Vieira Braga (pai) – 1º Cart. Orf. e Prov./Rio Grande. Nº 286, mç 20, (1847).

João Jacintho de Mendonça – 2º Cart. Cível e Crime/Pelotas. Nº 41, mç 1, (1862).

João de Miranda Ribeiro – 1º Cart. Orf. e Prov./Rio Grande. Nº 1067, mç 50, (1879).

José de Brum da Silveira – 1º Cart. Orf. e Prov./Rio Grande. Nº 662, mç 31, (1856).

José Rodrigues de Oliveira – 1º Cart. Orf. e Prov./ Rio Grande. Nº 542, mç 24, (1848).

José dos Santos Magano – 1º Cart. Orf. e Prov./Rio Grande. Nº 707, mç 33, (1859).

Matheus Gomes Vianna – 1º Cart. Órfãos e Provedoria/Pelotas. Nº 263, mç 18, (1846).

Vicente Manoel de Espíndola – 2º Cart. Cível e Crime/Rio Grande. Nº 179, mç 5, (1873).

Periódicos

Aurora Fluminense. Rio de Janeiro, 1833-1834.

(Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre)

O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, 1834-1837.
(Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro)

O Despertador. Rio de Janeiro, 1838-1841.
(Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro)

O Noticiador. Rio Grande, 1832-1836.
(Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre)

O Observador. Rio Grande, 1832-1835.
(Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre)

O Propagador da Indústria Rio-grandense. Rio Grande, 1833-1834.
(Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre, Biblioteca Rio-Grandense – Rio Grande, e Biblioteca Pública Pelotense – Pelotas)

O Recopilador Liberal. Porto Alegre, 1832-1835.
(Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre)

Fontes documentais publicadas e obras contemporâneas

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Volumes 1 a 12. Porto Alegre: IEL, 1975-1998. (documentação geral da Coleção Alfredo Varela)

AZEVEDO, M. Duarte Moreira de. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 48, 1885.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902 (7 vol.).

CABRAL, José Marcelino da Rocha. *Collecção de alguns artigos escriptos e publicados no Brasil, pelo portuguez José Marcellino da Rocha Cabral, bacharel formado em Leis pela universidade de Coimbra, e actualmente encarregado do consulado geral de Portugal no Rio de Janeiro, seguida de alguns documentos e precedida e seguida de observações em refutação as calumnias e convícios contra elle publicados*. Rio de Janeiro: Typographia da Ass. Do Despertador, dirigida por F. S. Torres Homem. Rua da Quitanda, n.55, 1839 (publicado). Datado (redação) de 21 de setembro de 1838.

_____ Considerações sobre o actual estado político do Brasil, offerecidas, em testemunho de gratidão e affecto, ao povo brasileiro, por José Marcellino da Rocha Cabral. Datado: Mariana, 17 de outubro de 1844. In: *Papeles varios sobre el Rio de la Plata*. (Biblioteca Nacional, Setor de Livros Raros, 51,1,27,nº 11A)

CHAVES, Antonio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1978. (1ª edição 1822)

Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva: 1835/1845. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.

Despachos dos cônsules dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul: 1829 – 1841. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS / Instituto Histórico e Geográfico do Estado do RS, 1998.

Fundo Visconde de São Leopoldo – correspondência recebida. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS.* Porto Alegre, 1998. nº 132.

LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil.* Brasília: Senado Federal, 1999. (1ª edição 1810)

MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario de Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Fluminense, 1922. (Fac-símile da 2ª Edição, 1813)

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821.* Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1974.

Bibliografia

AITA, Carmem; AXT, Gunter; ARAÚJO, Vladimir. (org.). *Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias 1821-1996.* Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português.* Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ALONSO, Paula (compiladora). *Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920.* México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina: o estudo de alguns “fragmentos” do século XIX.* Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995.

_____. *Indústria e imprensa na cidade do Rio Grande.* In: ALVES, F. N. (org). *Indústria e comércio na cidade do Rio Grande: estudos históricos.* Rio Grande: FURG, 2001.

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. (coord.) *República em migalhas.* São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional.* São Paulo: Ática, 1989.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973-76.

_____. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação Política do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1967. 2 vol.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.

BITTENCOURT, Feijó. *Instituto Histórico: os fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. (org.). *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UNB, 1999.

BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das “classes”. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos fins do século XVIII: 1780 – 1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARMAGNANI, Marcello (coord.). *Federalismos Latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CARONE, Edgard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *Escravidão e Razão Nacional*. In: *Dados: revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro, vol. 31, nº 3, 1988, pp.287-307.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª Ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume Dumará, 1996.

CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la republica caudillesca (1820-1838)*. *Historia uruguaya/Tomo 3*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1988.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. *Ao sul da História. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2ª Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Dir. Sérgio Buarque de Holanda. Tomo II, vol. 2. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CERUTTI, Mario. Monterrey y su Ámbito Regional (1850-1910). Referencia histórica y sugerencias metodológicas. In: FERNANDEZ, Sandra, e DALLA CORTE, Gabriela (compiladoras). *Lugares para la Historia. Espacio, Historia Regional e Historia Local en los estudios contemporaneos*. Rosário: UNR Editora, 2001.

CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ- Editora FGV, 1998.

_____. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música. Administração de um latifúndio rio-grandense em 1832*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/IEL; Caxias do Sul: UCS, 1978.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1997.

_____. *Nación y Estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3ª Ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis – Campinas: Vozes/UNICAMP, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 5ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1974.

_____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. A invenção do Iluminismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella / Ed. da USP; Brasília: CNPq, 1990.

COSTA, Wilma Peres. A economia mercantil escravista e o processo de construção do estado no Brasil (1808-1850). In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da USP/ Imprensa Oficial, 2002.

DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

_____. (org.) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

DIAS, Maria Odila Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *Revista do IHGB*. Vol. 279, abril/junho 1968.

_____. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (org.). Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999.

Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros; sócios falecidos entre 1839 e 1860/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (vol. 6). Rio de Janeiro: O Instituto, 1998.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo – Ijuí: FAPESP/UNIJUÍ, 2003.

_____. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 2 vol.

EMERY, Edwin. *História da imprensa nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1965.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *A Maçonaria e as forças secretas da revolução*. Rio de Janeiro: Aurora, s.d.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. 5ª Ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

FLEIUSS, Max. *História administrativa do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

FRADKIN, Raúl. Poder y conflicto social en el mundo rural: notas sobre las posibilidades de la Historia Regional. In: FERNANDEZ, Sandra, e DALLA CORTE, Gabriela (compiladoras). *Lugares para la Historia. Espacio, Historia Regional e Historia Local en los estudios contemporaneos*. Rosário: UNR Editora, 2001.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: *Topoi*. Rio de Janeiro: PPG em História Social da UFRJ/7 Letras, set. 2002, nº 5.

_____. e FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª Ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo, CASTELNUOVO, Enrico e PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro-Lisboa: Bertrand Brasil-DIFEL, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GOUBERT, Pierre. História local. In: *Revista Arrabaldes*. Ano I, nº 1, maio/agosto 1988.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. In: *Diálogos*. V. 5, nº 1, 2001.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

GRYNZSPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997. (Tese de doutorado inédita)

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3ª Ed. México: FCE/MAPFRE, 2001.

GUHA, Ranajit. *Las voces de la historia y otros estudios subalternos*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro, nº 1, 1988, pp. 5-27.

GUTFRIEND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2ª Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

HARDMAN, Francisco F. e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. In: *Logos*. Canoas: Ulbra, v.11 nº 1, maio 1999.

HESPANHA, António Manuel (coord.). *O Antigo Regime (1620-1807)*. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. (vol. 4). Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

HIRSCHMAN, Albert. *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções – 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JANCSÓ, István. A construção dos estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do império como projeto. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da USP/ Imprensa Oficial, 2002.

_____. (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo – Ijuí: Hucitec/FAPESP/UNIJUÍ, 2003.

_____. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LOBO, Eulália L. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LOVE, Joseph e BARICKMAN, Bert. Elites regionais. In: CONNIFF, Michael e McCANN, Frank. *Modern Brazil: Elites and masses in historical perspective*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1991. Título original: “Regional Elites”. Traduzido por Flávio M. Heinz.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798/1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. UNESP / Moderna, 1997.

MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre independência do Brasil (desde c. 1980). Working Paper Number CBS-45-03. Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2003.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, A. A. de Barros. *Esboço histórico do Real Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro – 1837 a 1912*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1912.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil. Contribuição ao estudo da formação brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *Elites e poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820/1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, PPG em História, 1990. (dissertação de mestrado inédita)

_____. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999. (tese de doutorado inédita)

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PICCOLO, Helga I. L. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002.

PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais do município de Rio Grande*. Porto Alegre: Oficina gráfica da Imprensa Oficial, 1944.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *História e desenvolvimento. A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro – 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia Política na sociedade escravista*. São Paulo: Depto de História – FFLCH – USP / Hucitec, 1996.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROSA, Othelo. *Vultos da epopéia farroupilha. Escorços biográficos*. Porto Alegre: Globo, 1935.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Bauru: Edusc, 2002.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István

(org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo – Ijuí: FAPESP/UNIJUÍ, 2003.

RÜDIGER, Francisco. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Revista do IFCH da UFRGS*. nº 13. Porto Alegre, 1985. pp. 116-43.

_____. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARCZ, Lilia M. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVA, Elmar Manique da. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. (org) *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece - A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827 – 1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1979. (dissertação de mestrado inédita)

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Iara Lis F. S. Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil. Volume VI – Evaristo da Veiga*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.

_____. *História dos fundadores do Império do Brasil. Volume VIII – Três golpes de Estado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Triunfo: Petroquímica Triunfo S.A., 1987.

STONE, Lawrence. Prosopography. In: *Daedalus, Journal of the American Academy of Arts and Sciences*. v.100, 1971, nº 1, winter.

TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (primeiro centenário) 1837-1937*. Rio de Janeiro: s/e, 1940.

TERRADAS i SABORIT, Ignasi. La historia de las estructuras y la historia de la vida. Reflexiones sobre las formas de relacionar la Historia local y la Historia general. In: FERNANDEZ, Sandra, e DALLA CORTE, Gabriela (compiladoras). *Lugares para la Historia. Espacio, Historia Regional e Historia Local en los estudios contemporaneos*. Rosário: UNR Editora, 2001.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1978.

VAN YOUNG, Eric. Haciendo historia regional: consideraciones metodológicas y teóricas. In: *Anuário*. IEHS/Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, nº 2.

VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. 6 vol. Porto Alegre: IHGRS/Gov. do Estado, 1933.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei. Aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1970.

VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VILAR, Pierre. *Crecimiento y desarrollo*. Barcelona: Ariel, 1983.

WERNET, Augustin. *Sociedades políticas: 1831-1832*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1978.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

ZARTH, Paulo. *História agrária do planalto gaúcho – 1850-1920*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

_____. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.